



INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
INSTITUTO DE PESQUISAS - INPES

CLÓVIS DE FARO

CRITERIOS QUANTITATIVOS PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPEA

Presidente do Conselho de Administração

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
Ministro do Planejamento e Coordenação Geral

Presidente da Fundação

MÁRIO CLÁUDIO DA COSTA BRAGA
Secretário Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral

Superintendente de Pesquisa

ANIBAL VILLANOVA VILLELA

Superintendente de Planejamento

ANTONIO NILSON CRAVEIRO HOLANDA

Este trabalho é da inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPEA)
INSTITUTO DE PESQUISAS (INPES)

MONOGRAFIA Nº 2

CRITÉRIOS QUANTITATIVOS PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO
DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS

(Estudo Especial da Pesquisa sôbre Análise Governamental de Projetos de Investimentos no Brasil)

Clóvis de Faro

RIO DE JANEIRO

IPEA/INPES

1971

Faro, Clóvis de

Critérios quantitativos para a avaliação e seleção de projetos de investimentos, por Clóvis de Faro. Apresentação de Annibal Villanova Villela e Hamilton Carvalho Tolosa. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971.

142 p. tab. graf. (Brasil. IPEA/INPES. Monografia, nº 2).

1. Análise de projetos. 2. Modêlos matemáticos. I. Villela, Annibal Villanova. II. Tolosa, Hamilton Carvalho. III. Brasil. Instituto de Planejamento Econômico e Social. Instituto de Pesquisas. IV. Título. V. Série.

CDD 658.1514

CDU 658.15:332.67

Êste estudo foi realizado no decorrer de 1970, inicialmente sob a coordenação do Dr. Gracia no Sá, do Setor de Planejamento Geral do IPEA. Posteriormente, passou a integrar a pesquisa sobre "Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil", realizada no INPES sob a supervisão do Dr. Edmar Bacha. O autor agradece a êsses dois técnicos suas sugestões e comentários a versões preliminares dêste trabalho, eximindo-os de responsabilidade por possíveis falhas na versão final.

CLÓVIS DE FARO

Janeiro 1971

S U M Á R I O

	Página
APRESENTAÇÃO	7
CRITÉRIOS QUANTITATIVOS PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO	9
1 - INTRODUÇÃO	9
2 - CONVENÇÕES E DEFINIÇÕES	10
3 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ECONÔMICA	15
3.1 - Definição e Aplicações dos Métodos Citados	15
3.1.1 - Tempo de Retorno do Capital Investido	16
3.1.2 - Razão Receita/Custo	18
3.1.3 - Razão Receita-Média/Custo	19
3.1.4 - Método do Valor Atual	20
3.1.5 - Método da Taxa Interna de Retorno	23
3.1.6 - Critério do Custo (Benefício) Periódico Equivalente	27
3.1.7 - Critério da Razão Benefício/Custo	29
4 - CONCLUSÕES PRELIMINARES SÔBRE O USO DOS CRITÉRIOS CITADOS	31
5 - ESTUDO COMPARATIVO DOS CRITÉRIOS DO VALOR ATUAL, DA RAZÃO BENEFÍCIO/CUSTO E DA TAXA INTERNA DE RETORNO	32
5.1 - Confronto Valor Atual x Taxa Interna de Retorno	32
5.2 - Preliminares	33
5.3 - Caso de Projetos Mutuamente Exclusivos	34

	Página
5.3.1 - Seleção pelo Critério da Taxa Interna de Retorno	35
5.3.2 - Seleção pelo Método do Valor Atual	38
5.3.3 - Ilustração Gráfica da Comparação entre os Projetos A e B	39
5.4 - Comparação do Projeto com Vidas Úteis Diferentes . . .	41
5.5 - Primeira Conclusão	44
5.6 - Confronto Valor Atual x Razão Benefício/Custo	45
5.7 - Conclusão Final	48
6 - DETERMINAÇÃO DA TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE . . .	48
6.1 - Ausência da Restrição Orçamentária	49
6.2 - Restrição Orçamentária Parcial: Revenda Permissível. .	51
6.3 - Restrição Orçamentária	52
6.4 - Outros Tratamentos da Restrição Orçamentária	53
6.4.1 - O Modelo de Hirshleifer et al, [11]	54
6.4.2 - O Modelo da OCDE [16]	55
6.4.3 - Modelos de Programação Matemática	56
APÊNDICES	59
APÊNDICE I - CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS RELATIVAS AOS CRITÉRIOS DO VALOR ATUAL E DA TAXA DE RETORNO	61
1 - Caso dos Projetos de Investimento Simples . . .	61
2 - Caso dos Projetos de Investimento do Tipo Convencional	63
3 - Caso dos Projetos de Investimento do Tipo Não Convencional	75
APÊNDICE II - NOTAS SÔBRE O USO DA CAPITALIZAÇÃO CONTÍNUA	83
1 - Conceituação e Dedução de Fórmulas	83
2 - Influência da Escolha da Convenção Relativa aos Fluxos de Caixa na Seleção de Projetos	90
3 - Descrição e Uso das Tabelas	92
APÊNDICE III - PROGRAMA PARA DETERMINAÇÃO DA (S) TAXA (S) INTERNA (S) DE RETORNO DE UM PROJETO	119
APÊNDICE IV - PROGRAMA PARA DETERMINAÇÃO DE ALGUNS ÍNDICES DE AVALIAÇÃO.	131
BIBLIOGRAFIA	141

APRESENTAÇÃO

A presente monografia, desenvolvida como parte de uma pesquisa mais ampla sobre Análise Social de Projetos,* procura analisar, do ponto de vista quantitativo, alguns dos critérios mais conhecidos para a avaliação de projetos de investimento.

Inicialmente, o estudo faz uma exposição detalhada, com exemplos de aplicações, sobre critérios comumente utilizados por Agências de Financiamento na avaliação de projetos. Segue-se uma análise comparada entre três dos principais critérios - relação benefício-custo, taxa interna de retorno e valor atual - tendo o autor concluído pela superioridade deste último. Em virtude do caráter prático do estudo, não são discutidos critérios de interesse mais teórico, tais como o de Produtividade Marginal Social (Chenery) e suas variações (Eckstein), o Método de Semi-Insumo-Produto (Tinbergen) etc.

* Ver a publicação "Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil: Procedimentos e Recomendações" (Relatório de Pesquisa Nº 1 - INPES/IPEA, 1971) de autoria de Edmar L. Bacha, Aloisio B. Araújo, Milton da Mata e Rui L. Modenesi.

O estudo cresce de interêsse quando passa a discutir problemas relativos à determinação da taxa mínima da rentabilidade de um projeto e sua relação com uma taxa social de desconto. Trata-se de assunto complexo e controvertido em Teoria Econômica e, portanto, de difícil solução. Ainda neste capítulo, o autor apresenta algumas técnicas de análise pouco difundidas entre os economistas brasileiros, dentre as quais destaca-se a formulação do problema de restrição orçamentária como um modelo de programação matemática, ou mais precisamente, de programação discreta.

Acreditamos que, além do interêsse óbvio para os analistas de projetos em geral, o presente trabalho se caracteriza pela sua exposição clara e didática prestando-se, inclusive, como texto para cursos sôbre Avaliação de Projetos.

ANNIBAL VILLANOVA VILLELA

HAMILTON CARVALHO TOLOSA

CRITÉRIOS QUANTITATIVOS PARA AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem apresentar, em primeira aproximação, o resultado de estudos relativos a alguns dos métodos usuais de seleção e avaliação de alternativas de investimento. O número dos critérios encontrados na copiosa literatura existente sobre o assunto é muito vasto, cada um deles partindo de determinadas premissas, não existindo um consenso geral quanto ao mais indicado.

Aprioristicamente, deixamos de lado a consideração de métodos que partem da análise do que se costuma denominar período padrão do projeto, usualmente estabelecido como ano típico, não só pela dificuldade em definir tal período como, mais ainda, por ser nossa opinião que a economicidade de uma alternativa só pode ser avaliada desde que se leve em consideração a distribuição de receitas e despesas, a ela associadas, ao longo de todo o espaço de tempo, incluindo as fases de construção e maturação, em que irá operar. Por esse motivo, abordamos tão somente os métodos que têm como ponto de partida a chamada sequência dos fluxos de caixa periódicos associada ao projeto em análise, e, dentre estes, limitamo-nos ao estudo dos critérios mais usuais.

Nosso objetivo foi o de apontar o critério que, satisfazendo requisi-

tos básicos, como simplicidade de aplicação e consistência nos resultados, fôse capaz de ser utilizado no caso mais geral e não somente em certos casos particulares. Procurou-se evidenciar que tal método é o do valor atual. Não obstante, como os casos particulares são de ocorrência frequente, concluímos ser recomendável, em caráter complementar, por traduzir um melhor sentido de ordenação, a utilização simultânea do critério da taxa interna de retorno, e, em alguns casos ainda, a aplicação, também, do método do tempo de recuperação do capital.

Sob forma de apêndices, além de algumas considerações teóricas adicionais, são apresentados algoritmos e correspondentes programas para processamento, escritos em FORTRAN-IV, para o emprêgo do critério do valor atual e do da taxa interna de retorno.

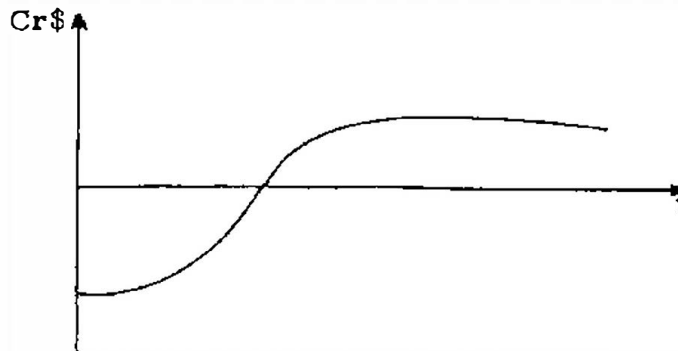
2 - CONVENÇÕES E DEFINIÇÕES

Por projeto de investimento entendemos a inversão de capital em de terminado empreendimento, quer seja êle uma aplicação no mercado de capitais ou a montagem de uma unidade produtiva como uma fábrica ou um hospital, com a finalidade de obtenção de receitas. Isto é, nessa abordagem, estaremos supondo que todos os insumos e produtos associados ao projeto possam ser quantificados em termos monetários; os chamados itens intangíveis porventura existentes, como, por exemplo, a melhoria da moral resultante da utilização de um equipamento mais silencioso, ou terão suas consequências avaliadas mediante um procedimento "ad hoc", ou não serão considerados em nossa análise.⁺ De maneira geral, teremos um projeto de investimento quando nos depararmos com a eventualidade de ter que alocar recursos escassos, passíveis ou não de serem medidos em termos de dinheiro, visando-se à obtenção de determinados resultados, os quais, também, poderão ou não ser traduzidos monetariamente.

Ao contemplar-se um projeto de investimento, o primeiro passo será a determinação, através de estudos de engenharia e de economia, de estima-

⁺ Nessa última hipótese caberá ao órgão encarregado de tomar as decisões finais, após o recebimento dos dados "objetivos" resultantes da aplicação dos critérios de avaliação, a consideração quanto a oportunidade de levar em conta ou não êsses itens.

tivas dos desembolsos e receitas que ocorrerão, ao longo do tempo, caso o projeto seja levado a efeito. Isto é, estudos preliminares fornecerão ao analista um cronograma financeiro do projeto, o qual, genêricamente, considerando-se as receitas líquidas, terá a forma dada no esquema abaixo:



Nas despesas, além dos custos de operação e manutenção, estarão incluídos todos os gastos com aquisição de equipamentos e construção de obras civis, bem como o capital de giro necessário à implementação do empreendimento. Quanto à depreciação dos chamados bens de capital, não sendo esta efetivamente uma despesa, mas tão somente uma rubrica contábil não correspondendo a nenhum desembolso físico de caixa, teremos duas possibilidades:

- a) no caso em que a análise do projeto seja feita considerando-se as receitas líquidas antes da incidência do imposto de renda, a depreciação não será incluída;
- b) sendo considerada a aplicação de uma alíquota de imposto de renda, a depreciação deverá ser incorporada, indiretamente, às despesas, pois sua finalidade é, justamente, a de permitir uma redução no tributo. Assim, o que será incorporado às despesas é o valor a ser pago como tributo, o qual é dado pelo produto da alíquota pela diferença entre a receita líquida e a depreciação.

Neste estudo iremos supor que as receitas e despesas só ocorram após intervalos de tempo iguais e finitos,⁺ ou seja, se o ano for o intervalo de tempo tomado como base para efeito de determinação das estimativas financeiras, admitiremos que as receitas e despesas a ocorrer durante um ano qualquer estejam concentradas no fim desse ano.

⁺ No Apêndice II é abordado o caso em que seja mais adequada a hipótese de reduzir-se o intervalo até o limite, passando-se a ter fluxos de caixa contínuos.

Dêsse modo, cada projeto será caracterizado por uma sequência de números reais, a_j , $j = 1, 2, \dots, n$, onde a_j , receita líquida relativa ao período j , representa o denominado fluxo de caixa associado ao projeto durante o j -ésimo período, fluxo êsse suposto concentrado no fim do intervalo de tempo ao qual se refere. Teremos $a_j > 0$ se, ao longo do período j , tivermos excesso de receitas em relação às despesas, e, teremos $a_j < 0$ em caso contrário. O investimento inicial, representando gastos tais como o custo de elaboração de projetos técnicos⁺ e o de aquisição de terrenos, será admitido como concentrado no início do primeiro período e será representado por a_0 .

Sem perda de generalidade, podemos assumir que $a_0 < 0$ e que $a_n \neq 0$; em períodos intermediários, para $0 < j < n$, poderemos ter receitas igualando despesas quando, então, $a_j = 0$.

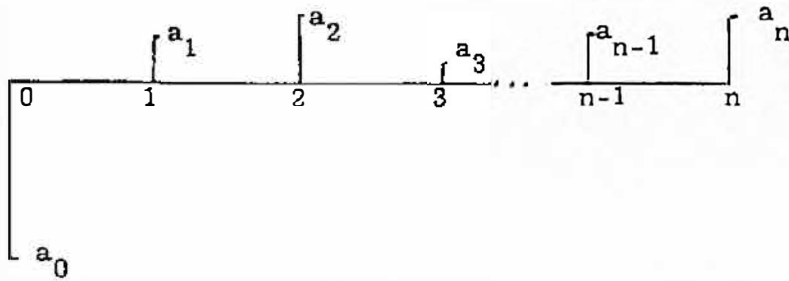
Em nossa análise, o período de estudo das consequências financeiras do projeto, representado por n e expresso em um número inteiro de períodos base, será o denominado horizonte de dados, que é o espaço de tempo dentro do qual podemos estimar, com razoável precisão, os futuros fluxos de caixa associados à alternativa. Poderemos ter o caso em que o horizonte de dados seja inferior ao chamado horizonte de planejamento, período durante o qual estima-se irá o empreendimento operar e que é intimamente relacionado com a vida econômica dos equipamentos envolvidos no projeto; em tais casos, devemos introduzir, de uma maneira que será um tanto ou quanto arbitrária, crédito ou débito, na época n , que reflita receitas e gastos futuros. Tal procedimento corresponde a atribuir ao projeto, no fim do horizonte de dados, o que se pode denominar de valor residual do projeto.

Dentro do horizonte de dados, que ora assumimos coincidir com o de planejamento, iremos supor que tôdas as estimativas de fluxo de caixa, a_j , sejam eventos certos; ou seja, estudaremos, nessa primeira abordagem, somente o caso dito determinístico.

Definiremos como sendo um projeto de investimento simples aquêlê no qual $a_0 < 0$, $a_j \geq 0$ para $j=1, 2, \dots, n$ e $\dots \sum_{j=1}^n a_j > -a_0$. A rigor, projetos para os quais $\sum_{j=1}^n a_j \leq -a_0$ são também, obedecidas as outras características citadas, ditos de investimento simples, mas não serão abordados por não serem, a priori, economicamente justificáveis.

⁺ Exclusive os dos chamados projetos de viabilidade, pois êstes ocorrem quer seja o projeto implementado ou não.

De uma maneira geral, o cronograma financeiro de um projeto de investimento simples terá a seguinte representação gráfica:



Entendemos por projeto convencional de investimento como aquele tal que $a_0 < 0$, $a_j \leq 0$ para $j = 1, \dots, k$, $a_j > 0$ para $j = k + 1, \dots, n$ e $\sum_{j=k+1}^n a_j > - \sum_{j=0}^k a_j$. Isto é, um projeto convencional de investimento é aquele em que só há uma mudança de sinal na sequência de seus fluxos de caixa; após um espaço de tempo em que as despesas excedam ou igualem as receitas, passamos a ter, até o fim do horizonte de dados, receitas superiores ou iguais às despesas. Notemos que um projeto de investimento simples é um caso particular de projeto de investimento convencional.

Um exemplo de projeto convencional de investimento é o representado pela alternativa A_1 cujos fluxos de caixa são:

$$A_1 : a_0 = -100; a_1 = -80; a_2 = 50; a_3 = 100; a_4 = 60.$$

Finalmente, definimos como projeto de investimento não convencional aquele no qual $a_0 < 0$ e que apresenta mais de uma variação de sinal na sequência de seus fluxos de caixa, satisfazendo ainda a condição $\sum_{j=0}^n a_j > 0$.

Um exemplo de projeto não convencional de investimento seria o representado pela proposta A_2 , cuja sequência de receitas líquidas periódicas é:

$$A_2 : a_0 = -100; a_1 = a_2 = 50; a_3 = -20; a_4 = 30; a_5 = 20.$$

Projeto nos quais $a_0 > 0$ serão ditos de financiamento, e classificar-se de maneira análoga aos de investimento.

Dois ou mais projetos serão ditos técnicamente compatíveis se a

execução de qualquer um deles não implicar na impossibilidade da execução simultânea dos demais; em caso contrário, o que aconteceria na hipótese em que as alternativas em análise fôsem, por exemplo, ou construir uma fábrica ou erigir um hotel em determinado terreno, os projetos serão denominados incompatíveis ou mutuamente exclusivos.

Como contrapartida econômica da noção de compatibilidade, que é baseada em características físicas e tecnológicas dos empreendimentos, temos o conceito de dependência. Dois ou mais projetos são ditos independentes quando a execução de um deles não acarretar mudanças nas estimativas dos fluxos de caixa associados aos outros; em caso contrário, o que aconteceria, por exemplo, caso tivéssemos alternativas cujos produtos sejam insumos auxiliares para os demais, os projetos serão denominados dependentes.

Observemos que projetos mutuamente exclusivos constituem um caso extremo de dependência, posto que, ao executarmos um deles estaremos anulando os fluxos de caixa dos demais, já que êsses últimos não mais serão cogitados.

Notemos, ainda, que a noção de independência é relacionada com a disponibilidade de capital. Mesmo no caso em que todos os projetos em pauta sejam compatíveis e independentes de per si, o fato de termos que nos restringir, por uma imposição exógena qualquer, a um determinado orçamento de capital que seja insuficiente para cobrir os gastos de investimento com tôdas as propostas em consideração, as alternativas deixarão de ser independentes no sentido mais geral, pois algumas delas deverão ser preteridas em favor das demais.

Por avaliação de um projeto entenderemos o cotejo do número a ser obtido mediante a aplicação, aos fluxos de caixa a êle associados, de um dos métodos adiante descritos (os quais são genêricamente denominados critérios de avaliação econômica), com um outro número previamente fornecido. Dependendo do resultado dessa comparação, o projeto será dito economicamente viável ou interessante, segundo o critério utilizado.

No caso em que devemos decidir entre dois ou mais projetos, que r por limitação do capital disponível, quer porque sejam mutuamente exclusivos, será necessário proceder-se à chamada seleção dos mesmos. A seleção consiste em eleger para implementação o(s) projeto(s) melhor(es) situado(s) na lista resultante da ordenação dos resultados numéricos obtidos segundo um dos métodos de avaliação.

Em nosso estudo partiremos da premissa de que cabe ao analista tão somente decidir como distribuir o capital, dado como disponível, entre as alternativas de investimento em aberto. Ou seja, diferentemente da análise de Hirshleifer, [10], suporemos que a questão da consideração das oportunidades alternativas entre consumir e investir sejam resolvidas fora do âmbito de nosso estudo.

3 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ECONÔMICA

Iremos tratar, de uma maneira comparativa, procurando mostrar as vantagens e desvantagens de cada método, dos resultados das avaliações obtidas através da aplicação dos critérios clássicos mais usuais.

De maneira geral, êsses métodos podem ser classificados em dois grandes grupos:

a) aqueles em que não se considera a variação que o capital sofre com o tempo. Entre êles, por que são de uso mais freqüente, abordaremos:

a. 1 - critério do tempo de retôrno do capital investido ("payback period");

a. 2 - critério da razão receita/custo;

a. 3 - critério da razão receita-média/custo.

b) aqueles em que é levada em conta a variação que o capital sofre com o tempo.

b. 1 - critério do valor atual;

b. 2 - critério da taxa interna de retôrno;

b. 3 - critério do custo (benefício) periódico equivalente;

b. 4 - critério da razão benefício/custo.

3.1 - Definição e Aplicações dos Métodos Citados

Consideremos o caso, seguindo a orientação em [3], em que tenhamos os seguintes projetos de investimento simples, os quais iremos avaliar e ordenar segundo cada um dos critérios mencionados. Iremos supor que êsses

projetos sejam compatíveis e independentes, e, ainda, que não haja restrição orçamentária, isto é, dispomos de recursos suficientes para os gastos com a inversão simultânea de capital em todos os projetos.

Projeto	Custo Inicial (a_0)	Futuras Receitas Líquidas Anuais			
		(a_1)	(a_2)	(a_3)	(a_4)
A	- 50 000	25 000	25 000	-	-
B	- 50 000	25 000	25 000	5 000	-
C	- 50 000	10 000	20 000	15 000	15 000
D	- 50 000	20 000	10 000	15 000	15 000

Antes de procedermos à aplicação dos critérios de avaliação, notemos que, como tôdas as alternativas apresentam o mesmo gasto inicial de investimentos, é óbvio, por simples inspeção direta dos fluxos de caixa, que certos projetos são preferíveis a outros. Assim, temos que a proposta B é mais interessante do que a A; nos dois primeiros anos ambos apresentam as mesmas receitas líquidas, sendo que B ainda apresenta um superavit no terceiro período. É também evidente, devido à inversão na ordem de ocorrência das duas primeiras receitas, ser o projeto D mais desejável que o C; isto porque, por influência da existência de taxas de juro, o valor do dinheiro sofre uma variação ao longo do tempo. De maneira geral, a presença de taxas de juro positivas faz com que haja uma preferência generalizada em receber-se uma mesma soma nominal de capital em datas mais próximas daquela em que nos encontramos. ⁺

Isto pôsto, passemos às avaliações segundo cada um dos métodos aludidos.

3. 1. 1 - Tempo de Retorno do Capital Investido

O tempo de retorno do capital investido, ou tempo de recuperação do

⁺ Eliminaremos a possibilidade de taxas de juro negativas e estaremos supondo também que, se houver inflação, esta incida por igual em todos os setores da economia.

capital, é definido como o espaço de tempo necessário para que a soma das receitas nominais futuras iguale o valor do investimento inicial.

A definição acima que é relativa ao caso de projetos simples, pode ser facilmente estendida ao caso de alternativas convencionais de investimento, bastando chamar de investimento inicial a $\sum_{j=0}^k a_j$, sendo $k + 1$ o índice relativo à primeira receita líquida positiva; notemos, porém, que essa definição não se aplica a propostas não-convencionais.

No caso de projetos simples, sendo usada a mesma unidade de tempo que a para o intervalo de tempo entre os fluxos de caixa consecutivos, o tempo de recuperação do capital, T , supondo que as receitas sejam constantes, será dado por:

$$T = - \frac{a_0}{R}$$

onde R é a receita constante, isto é, $a_j = R$ para $j = 1, \dots, n$.

Num caso mais geral, quando as receitas não forem constantes, sendo \underline{m} a parte inteira de T , devemos ter:

$$\sum_{j=1}^{\underline{m}} a_j \leq -a_0$$

No caso de igualdade, logicamente, $T = \underline{m}$; caso contrário, a parte fracionária de T será determinada supondo-se que a receita a ser verificada na época $\underline{m} + 1$ possa ser admitida como crescendo linearmente, a partir de zero, entre as épocas \underline{m} e $\underline{m} + 1$. Então, representando-se por \underline{f} a parte fracionária, teremos:

$$f = \frac{a_0 + \sum_{j=1}^{\underline{m}} a_j}{a_{\underline{m}+1}}$$

Na prática, entidades que utilizam este critério (veja-se [2]), costumam estipular um valor limite acima do qual o projeto deve ser rejeitado. Portanto, de acordo com o método do tempo de recuperação do capital, a alternativa mais interessante será a que apresentar o menor valor para T . Então, para as propostas em apreço, teremos a seguinte ordem de preferência:

Projetos	T (anos)	Ordenação
A	2	1
B	2	1
C	3 1/3	2
D	3 1/3	2

Notemos que os resultados obtidos nos levam a classificar como e-
quivalentes, no sentido de que ocupam, segundo o critério considerado, a mes-
ma posição na escala de preferência, as propostas A e B, e C e D. Tal fato evi-
dencia que o método do tempo de retôrno do capital investido, embora de largo
uso, pode apresentar resultados inconsistentes quanto à seleção das alternati-
vas. Isto decorre do fato de que êsse critério, além de não considerar a prefe-
rência pelo adiantamento de receitas, apresenta ainda o grande inconveniente de
não levar em consideração as receitas a ocorrer após esgotar-se o tempo de re-
tôrno, deixando, assim, de contemplar tôda a vida do projeto. ⁺

Essas imperfeições nos levam a concluir que o método do tempo de
recuperação do capital não pode ser sózinho o critério decisivo para a seleção
de projetos.

3.1.2 - Razão Receita/Custo

De acôrdo com o critério da razão receita/custo, também chamada
taxa de retôrno relativa ao período n (vida do projeto), as alternativas serão con-
sideradas tanto melhores quanto maior fôr a relação:

$$r_m = \frac{\sum_{j=1}^n a_j}{a_0}$$

⁺ Em [18] é apresentada uma versão modificada dêsse critério a qual parece
padecer menos do último defeito apontado, já que trabalha com a média aritmé-
tica das receitas. Porém, essa vantagem é aparente, pois que, no caso frequên-
te, de receitas constantes, a nova versão conduz aos mesmos resultados do que a
que apresentamos.

Então, para os nossos exemplos, teremos:

Projetos	$\sum_{j=1}^n a_j$	a_0	r_m	Ordenação
A	50 000	- 50 000	1	3
B	55 000	- 50 000	1, 1	2
C	55 000	- 50 000	1, 2	1
D	60 000	- 50 000	1, 2	1

Agora, embora a ordenação de B e A, considerados isoladamente, seja correta, vemos que C e D foram ainda classificados como alternativas equivalentes.

Não obstante o fato de que esse método contemple toda a vida do projeto, o que podemos inferir pela ordenação correta dos projetos A e B, o critério da taxa de retorno relativa à vida da alternativa sofre do inconveniente de não considerar a variação do valor do dinheiro com o tempo, visto que atribui o mesmo peso a todas as receitas, independentemente da época em que elas se verificam.

3.1.3 - Razão Receita-Média/Custo

O princípio atrás desse critério seria o da determinação de uma taxa média de retorno, por período, obtida no empreendimento.⁺ Para sua obtenção, divide-se pelo investimento inicial a média aritmética das receitas, inclusive as nulas; ou seja, calcula-se a relação:

$$r = - \frac{\sum_{j=1}^n a_j}{n \cdot a_0}$$

⁺ Em [7] este método é apontado como largamente utilizado para o caso em que se têm receitas e despesas periódicas constantes, incluindo-se nestas últimas, como artifício, uma parcela de depreciação.

As alternativas serão classificadas por ordem decrescente do valor de r . Assim, no nosso caso, teremos:

Projetos	r	Ordenação
A	0,5	1
B	0,37	2
C	0,3	3
D	0,3	3

A ordenação resultante indica-nos que esse critério, além de não ter levado em conta a preferência pelo adiantamento de receitas, já que, mais uma vez, as propostas C e D foram classificadas como equivalentes, nos conduziria ao absurdo de preferir a alternativa A à B.

Pelo exposto, podemos concluir que os critérios que não consideram o valor no tempo do dinheiro, ou seja, que não levam em conta a existência de taxas de juro positivas, podem conduzir a resultados inconsistentes, no sentido de diferirem dos óbvios, para a seleção de projetos, sendo, portanto, em princípio, desaconselháveis.

Passemos agora a tratar dos métodos que, tendo presente a existência de taxas de juro, utilizam o chamado desconto dos fluxos de caixa, isto é, atribuem diferentes ponderações às receitas líquidas em função de sua distribuição ao longo do tempo.

3.1.4 - Método do Valor Atual

Considerada a taxa i , sob forma unitária e que seja relativa ao mesmo período que o do intervalo de tempo entre receitas consecutivas, definiremos o valor atual, na época zero, de um projeto como sendo:

$$V = \sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{-j}$$

A consideração de uma taxa de juros positiva reflete a preferência

em receber Cr\$ 100,00 agora, do que entrar na posse dos mesmos Cr\$ 100,00 no fim de um ano. Isso porque se, por exemplo, fôr possível a inversão de capital à taxa de 10% a. a., a aplicação dos Cr\$ 100,00 recebidos agora nos dará o direito de receber $100(1 + 0,10)^1 = \text{Cr\$ } 110,00$ no fim de um ano. Como contrapartida, considerando-se ainda a taxa de 10% a. a., isso significa que o valor que atribuímos, na data de hoje, a Cr\$ 110,00 pagáveis no fim de um ano é Cr\$ 100,00. Dizemos que Cr\$ 100,00 é o valor atual, ou valor descontado, à taxa de 10% a. a., de Cr\$ 110,00 considerados no fim de um ano.

Por conseguinte, considerando-se o regime de juros compostos a taxa i , o valor atual de um projeto nada mais é do que a soma algébrica dos valores descontados dos fluxos de caixa a ele associados.

Conceitualmente, o fato de o valor atual de um projeto ser positivo significa que, para a taxa de juros considerada, o valor que atribuímos, na data de hoje, a suas receitas futuras é superior ao valor do investimento inicial necessário a sua implementação.¹ Portanto, um valor atual positivo indica ser o projeto, com relação à taxa estipulada, economicamente interessante. Além do mais, o projeto será tanto mais interessante quanto maior o seu valor atual.

A questão a ser levantada aqui é a de qual a taxa de desconto a ser considerada na determinação do valor atual. Por enquanto iremos adiar esta discussão, supondo que a taxa a ser utilizada seja um dado institucional. Isto é, tendo em vista o que foi dito anteriormente sôbre avaliação, a taxa de desconto seria o parâmetro fixado exôgenamente.

Para o caso do projeto A, de que estávamos tratando, uma vez fixada a taxa de 12% a. a., o seu valor atual será:

$$V_A(12\%) = -50\,000 + 25\,000(1 + 0,12)^{-1} + 25\,000(1 + 0,12)^{-2}$$

Lançando mão de uma tabela que apresenta o valor de $(1 + i)^{-j}$, genericamente denominado fator de valor atual à taxa i para o prazo j , para a taxa de 12% e para os prazos considerados, teremos:

⁺ Essa interpretação, que se refere ao caso de projetos simples, é facilmente estendida aos demais tipos de projetos, bastando chamar de investimento inicial à soma dos valores descontados de todos os fluxos de caixa negativos.

$$V_A (12\%) = - 7748,72$$

Como o valor atual do projeto A é negativo, significando que o valor atribuído às receitas futuras é inferior ao gasto com investimento, concluiríamos que, para a taxa de juros de 12% a. a., o projeto A é economicamente injustificável ou desinteressante.

Procedendo-se à determinação dos valores atuais dos demais projetos, ainda à taxa de 12% a. a., obteremos o seguinte quadro:

Projeto	Valor Atual	Ordenação
A	- 7 749	4
B	- 4 190	2
C	- 4 918	3
D	- 3 961	1

Vemos que, embora para a taxa de 12% a. a. todos os projetos sejam economicamente injustificáveis, pois apresentam valores atuais negativos, foram verificadas as conclusões resultantes da inspeção inicial. Isto é, vemos que B é preferível, ou menos desinteressante, a A e D é também superior a C.

Infelizmente, ao contrário do que ocorre no caso dos demais critérios, onde a variação do parâmetro exógeno, seja ele, por exemplo, a mínima taxa média de retorno ou o máximo tempo de recuperação do capital, poderá acarretar alteração na avaliação mas não na seleção, a ordenação global dos projetos depende da taxa de juros considerada. Assim se, por exemplo, a taxa de juros fôsse de 7% a. a., obteríamos:

Projeto	Valor Atual	Ordenação
A	- 4 800	4
B	- 718	3
C	502	2
D	1 114	1

Notemos que agora, em comparação com os resultados anteriores, embora a posição relativa entre os projetos B e C tenha sido trocada, continuamos a preferir B a A e D a C.

De maneira geral, apesar de que a ordenação global, e portanto a seleção, dependa da taxa de juros utilizada na determinação do valor atual de cada projeto, a posição relativa, na escala de preferência, de projetos que possam ser cotejados por simples inspeção de seus fluxos de caixa não será alterada.

3.1.5 - Método da Taxa Interna de Retorno

Por definição, tratando-se de um projeto simples ou convencional, a taxa interna de retorno de um projeto é a taxa de juros α , real e não negativa, para a qual se verifica a relação:

$$\sum_{j=0}^n a_j (1 + \alpha)^{-j} = 0$$

Ou seja, a taxa interna de retorno é a taxa de juros que faz com que o valor atribuído às receitas futuras iguale o custo de investimento, isto é, é a taxa que anula o valor atual do projeto.

Nos casos de projetos simples e convencionais, como definidos, esta taxa existirá sempre e será única. Para certos tipos de projetos não-convencionais, é possível a existência de mais de uma taxa, real e não negativa, que anule o valor atual do projeto, o que constituiria um caso de múltiplas taxas internas de retorno.

Deixando para o Apêndice I o caso de projetos do tipo não-convencional, passemos a concentrar nossa análise no estudo dos projetos de investimento simples e/ou convencionais.

Visando a tornar mais concreto o critério de avaliação de um projeto segundo sua taxa interna de retorno, consideremos um projeto de investimento com as características seguintes:

$$a_0 = -10\ 000 \text{ e } a_j = 1\ 000 \text{ para } j = 1, 2, \dots, 15$$

O seu valor atual, à taxa i , será:

$$V(i) = \sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{-j} = -10\,000 + 1\,000 \sum_{j=1}^{15} (1+i)^{-j} = -10\,000 + 1\,000 \left[\frac{(1+i)^{15} - 1}{i(1+i)^{15}} \right]$$

ou, usando a notação clássica de matemática financeira:

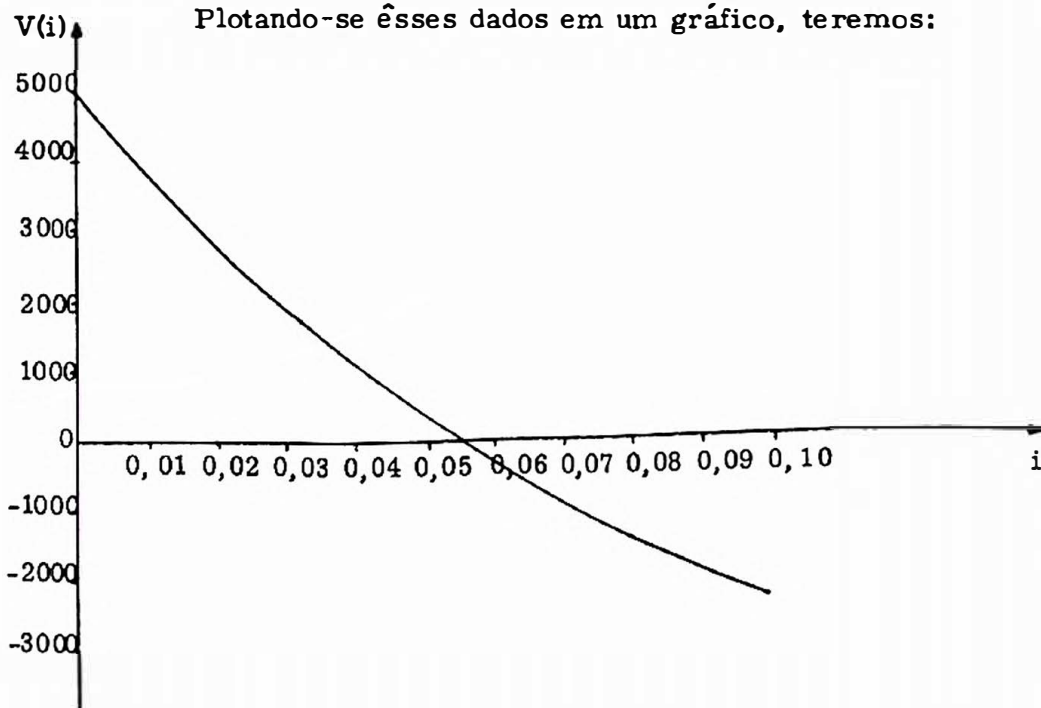
$$V(i) = -10\,000 + 1\,000 \cdot \alpha_{\overline{15}|i}$$

Onde $\alpha_{\overline{15}|i}$ é o valor atual, à taxa i , de uma sucessão, dita anuidade, de 15 pagamentos unitários e periódicos, usualmente tabelado, [5].

Fazendo-se i assumir diversos valores, isto é, fazendo-se variar a taxa de juros considerada para a determinação do valor atual, obteremos os dados constantes da tabela abaixo:

i (%)	v	i (%)	v	i (%)	v
0	5 000	4	1 118	6	- 288
1	3 865	5	380	7	- 892
2	2 849	5,5	38	8	- 1 441
3	1 938	5,6	- 29	9	- 1 939
				10	- 2 394

Plotando-se êsses dados em um gráfico, teremos:



Notemos que à medida que se aumenta a taxa de juros temos menor valor atual.

A taxa interna de retôrno, raiz real e positiva da equação $\sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{-j} = 0$, representa, como inferimos do gráfico, a maior taxa de juros para a qual o projeto apresenta valor atual não negativo. Portanto, para taxas inferiores à taxa de retôrno as receitas futuras compensam o capital investido, no sentido de que, se considerarmos o investimento inicial como resultante de um empréstimo a ser restituído a determinada taxa de juros, as receitas futuras seriam mais do que suficientes para o resgate do empréstimo, [4]. Por conseguinte, em princípio, um projeto será tanto mais desejável quanto maior a sua taxa interna de retôrno, pois tanto maior seria a taxa de juros que aceitaríamos pagar pelo empréstimo do capital inicial.

No caso da avaliação de um projeto pelo critério da taxa interna de retôrno, sua aceitação, no sentido de ser economicamente desejável, ocorrerá se a sua taxa interna de retôrno for superior a uma dada taxa de juros, taxa essa cujo valor é passível das mesmas discussões que surgem quando se usa o critério do valor atual e que, usualmente, é denominada de taxa mínima de atratividade, [8].

Observemos que a determinação da taxa interna de retôrno é trabalhosa, pois consiste na resolução de um polinômio de grau n , sendo que n , geralmente, é um número elevado. O método utilizado para encontrar a raiz real e positiva do polinômio, quando não se dispõe de um computador, vide Apêndice III, é o de tentativas; procura-se determinar, com o auxílio de tabelas financeiras, o menor intervalo, entre taxas tabeladas, em cujas extremidades o valor atual do projeto muda de sinal, procedendo-se, a seguir, a uma interpolação linear entre estas últimas taxas.

Assim, no caso do exemplo, como as taxas tabeladas variavam de 0,5% a 0,5% e determinou-se que $V(0,055) = 38$ e $V(0,060) = -288$, uma interpolação linear indicou que a taxa interna de retôrno desse projeto, que é a taxa real e positiva que anula seu valor atual, é de, aproximadamente, 5,6% por período.

Notemos que a equação $\sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{-j} = 0$ é equivalente, para $i \neq -1$, à equação $\sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{n-j} = 0$, pois esta última resultou da multiplicação de am

bos os membros da primeira por $(1+i)^n$. Ora, a equação $\sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{n-j} = 0$, traduz o fato de, considerada a taxa i , igualarmos o que se denomina montante, na época n , do capital investido à soma dos montantes, na mesma época e à mesma taxa i , das receitas líquidas.

Então, estaria implícito, ao analisar-se um projeto pelo método da taxa interna de retôrno, que se está supondo que as receitas líquidas sejam reinvestidas à taxa interna ∞ raiz da equação $\sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{n-j} = 0$.⁺

Considerando-se o caso dos nossos projetos, a aplicação do método da taxa interna de retôrno conduzirá à seguinte ordenação na escala de preferência:

Projeto	Taxa Interna (∞ % a. a.)	Ordenação
A	0,000	4
B	6,043	3
C	7,427	2
D	8,023	1

Êsses resultados indicam que, individualmente, sendo considerada uma taxa mínima de atratividade de 7% a. a., por exemplo, os projetos A e B seriam recusados, pois apresentam taxas internas inferiores à mínima de atratividade, sendo considerados como economicamente interessantes somente os projetos C e D.

Notemos que, deixando de lado a avaliação individual, a ordenação obtida, e sempre será o caso, admitidas as hipóteses iniciais de compatibilidade e independência, corrobora o resultado da nossa inspeção inicial, isto é, B é preferível a A e D é mais interessante do que C.

Observemos, ainda, o que será o motivo para discussão posterior,

⁺ Esta é uma hipótese algo controvertida; veja-se, por exemplo, [13] e [20] para pontos de vista opostos.

que a ordenação global obtida concorda com a resultante da adoção do método do valor atual à taxa de 7% a. a., mas que difere da que obteríamos à taxa de juros de 12% a. a.

3.1.6 - Critério do Custo (Benefício) Periódico Equivalente

Considerada a taxa i , sob forma unitária e que seja relativa ao mesmo período que o adotado para o intervalo entre os fluxos de caixa, definimos o custo, se fôr negativo, ou benefício, se fôr positivo, periódico equivalente de um projeto através a relação:

$$C(i) = V(i) \cdot a_{\overline{n}|i}^{-1}$$

onde $V(i)$ é o valor atual do projeto à taxa i e $a_{\overline{n}|i}^{-1} = \frac{1(1+i)^n}{(1+i)^n - 1}$

é o chamado fator de recuperação de capital.

Ou seja, $C(i)$ será o fluxo de caixa líquido, periódico e constante, o primeiro suposto concentrado na época um, de um "projeto" que, com vida igual à da alternativa que está sendo analisada, apresenta o mesmo valor atual.

Esse indicador é muito utilizado na prática quando, por exemplo, estão sendo cotejados equipamentos alternativos para a execução de uma mesma tarefa. Nesse caso, como as receitas brutas (benefícios) serão as mesmas qualquer que seja a alternativa adotada, estas serão caracterizadas pela sucessão de desembolsos a elas associadas: custo inicial de aquisição e instalação e gastos periódicos de operação e manutenção, considerando-se, ainda, como um custo negativo, a receita estimada para a venda do equipamento no fim do período de estudo (valor residual). Então, supondo que os equipamentos tenham a mesma duração (vida útil) e que o período base seja o ano, o equipamento a ser selecionado é aquele que, para a taxa de juros anual considerada com a mínima de atratividade, apresentar o menor custo anual equivalente.

Notemos que esse critério é, para o caso acima, inteiramente coincidente com o valor atual, pois que:

$$C_A(i) > C_B(i) \Rightarrow V_A(i) \cdot a_{\overline{n}|i}^{-1} > V_B(i) \cdot a_{\overline{n}|i}^{-1}$$

$$\therefore V_A(i) > V_B(i) \text{ já que } a_{\overline{n}|i}^{-1} > 0 \text{ para taxas positivas.}$$

Considerando a taxa de 12% a. a. , o custo anual equivalente para o caso do projeto A, será:

$$\begin{aligned} C_A(0, 12) &= V_A(0, 12) \cdot a_{\overline{2}|12}^{-1} \\ &= -7749 \times 0,4717 = -3655 \end{aligned}$$

Isto é, a "alternativa" que apresenta um fluxo de caixa igual a - 3655 unidades de capital no fim do primeiro ano, e ainda o mesmo fluxo de caixa no fim do segundo ano, apresentará, para a taxa de 12% a. a. , o mesmo valor atual que o projeto A.

Como o fluxo anual equivalente é negativo, sendo pois um custo, segue-se que, para a taxa de 12% a. a. , o projeto A deve ser rejeitado.

Procedendo-se de maneira análoga para o caso dos demais projetos, obtemos o seguinte quadro:

Projeto	Custo Anual	Ordenação
A	- 3655	4
B	- 1744	3
C	- 1619	2
D	- 1304	1

Notemos que a ordenação resultante não entra em conflito com a obtida mediante simples inspeção, porém há uma ligeira discrepância dada pela ordem dos projetos B e C, em relação à seleção produzida pela aplicação do critério do valor atual à mesma taxa de 12% a. a. Entretanto, como na prática o método do custo periódico equivalente só costuma ser empregado para o cotejo entre equipamentos alternativos, que é um caso de projetos mutuamente exclusivos, torna-se necessário, como mostraremos adiante, que as alternativas sejam reduzidas ao caso de vida comum. Nessa hipótese, o critério do mínimo

custo anual, como é comumente chamado, passará a apresentar resultados de seleção inteiramente coincidentes com os obtidos através do método do máximo valor atual.

O método descrito, também chamado de regra do benefício líquido anual equivalente, [11], apresenta uma série de variantes que remontam tão sò-mente a relativamente grosseiras aproximações do valor correto do benefício lí-quido anual equivalente. Descrições de diversas dessas variantes podem ser encontradas em [7] e [8].

3.1.7 - Critério da Razão Benefício/Custo

Outro critério que considera a variação do valor do dinheiro com o tempo, e que é muito empregado na avaliação e seleção de projetos governamen-tais, é o denominado método da razão benefício/custo.

É inerente a projetos de obras públicas a dificuldade em identificar e mensurar o que sejam as receitas a êles associadas. Para contornar essa difi-culdade criou-se, no jargão econômico, o eufemismo benefício, o qual passou a representar a tradução monetária, por meio de regras "ad hoc", do que corres-ponderia ao conceito usual de receita bruta do projeto.

Dentro dêsse espírito, consideremos agora o projeto como sendo caracterizado por duas seqüências, desprovidas de sinal algébrico, de fluxos de caixa; a primeira sendo a de custos e a segunda de receitas brutas (benefícios). Nesse caso, designando-se por VB (i) e por VC (i), respectivamente, o valor a-tual à taxa i da seqüência de benefícios e da sucessão de custos, a razão bene-fício/custo do projeto é definida através da relação:

$$R(i) = \frac{VB(i)}{VC(i)}$$

Ou seja, a razão benefício/custo nada mais é do que o quociente en-tre o valor atual da seqüência de receitas e o da sucessão de custos.

Notemos que, se:

$$R(i) > 1 \therefore \frac{VB(i)}{VC(i)} > 1 \therefore VB(i) > VC(i) \therefore V(i) = VB(i) - VC(i) > 0$$

Ou seja, se a razão benefício/custo exceder a unidade, o valor atual do projeto, como anteriormente definido, é positivo; portanto, considerada uma dada taxa de atratividade i , o projeto será economicamente interessante se apresentar razão benefício/custo superior à unidade (e tanto mais atrativo quanto mais a razão exceder a um).

Observemos ainda que, se:

$$R(i) = 1 \implies VB(i) = VC(i) \quad \therefore \quad V(i) = 0$$

Isto é, a taxa interna de retorno associada a um projeto pode também ser definida como sendo a taxa que faz com que sua razão benefício/custo iguale a unidade.

Como ilustração da aplicação do método, suponhamos que os fluxos de caixa líquidos relativos aos projetos dos nossos exemplos tenham resultado, respectivamente, da composição entre as seguintes seqüências de custos (c_j) e de benefícios (b_j) anuais:

$$\begin{array}{l}
 A \quad \left\{ \begin{array}{l} c_0 = 50\,000; \quad c_1 = c_2 = 10\,000 \\ b_0 = 0; \quad b_1 = b_2 = 35\,000 \end{array} \right. \\
 B \quad \left\{ \begin{array}{l} c_0 = 50\,000; \quad c_1 = c_2 = c_3 = 10\,000 \\ b_0 = 0; \quad b_1 = b_2 = 35\,000; \quad b_3 = 15\,000 \end{array} \right. \\
 C \quad \left\{ \begin{array}{l} c_0 = 50\,000; \quad c_1 = c_2 = c_3 = c_4 = 5\,000 \\ b_0 = 0; \quad b_1 = 15\,000; \quad b_2 = 25\,000; \quad b_3 = b_4 = 20\,000 \end{array} \right. \\
 D \quad \left\{ \begin{array}{l} c_0 = 50\,000; \quad c_1 = c_2 = c_3 = c_4 = 5\,000 \\ b_0 = 0; \quad b_1 = 25\,000; \quad b_2 = 15\,000; \quad b_3 = b_4 = 20\,000 \end{array} \right.
 \end{array}$$

Então, considerando-se uma taxa de atratividade de 7% a. a., obtemos a seguinte ordenação para os projetos:

Projeto	Razão Benefício/Custo	Ordenação
A	0,929	4
B	0,991	3
C	1,007	2
D	1,017	1

Observemos que, mais uma vez, foi confirmado o resultado obtido por inspeção direta. Notemos também que, em relação aos resultados obtidos pela aplicação do critério do valor atual a taxa de 7% a. a., chegamos às mesmas indicações quanto a avaliação e seleção dos projetos.

4 - CONCLUSÕES PRELIMINARES SÔBRE O USO DOS CRITÉRIOS CITADOS

O primeiro ponto a ser observado, em relação aos critérios de avaliação que foram apresentados, é que os métodos que não levam em consideração a variação do valor do dinheiro com o tempo são os de mais simples aplicação e, por isso mesmo, de larga utilização na prática.

Em particular, [4], o critério do tempo de recuperação do capital investido chega mesmo a ser o mais adotado. Isso deve-se não só à sua fácil de terminação, como também devido ao fato de existir, por parte do agente investidor, uma grande preocupação com a liquidez do empreendimento, donde, via de regra, preferir apropriar os seus recursos em projetos que permitam a mais rápida recuperação do capital investido. Além do mais, para determinados tipos de empreendimentos, existe certo receio em relação à taxa de progresso tecnológico para o tipo particular de equipamento sendo considerado, o qual pode vir a tornar-se obsoleto em prazos muito curtos e de difícil previsão. Este último fato também contribui para com que os investidores atribuam uma grande importância ao rápido retôrno do capital empatado, procurando fixar valores limites superiores bastante baixos, para o tempo de recuperação do capital [2], e, portanto, atrelando um grande pêso a êsse critério.

Porém, como notamos no caso dos exemplos abordados, o fato de não ser levada em conta a existência de uma taxa de juros positiva, o que corresponde a atribuir o mesmo pêso para fluxos de caixa que ocorrem em diferentes pontos no tempo, pode conduzir a resultados inconsistentes, e mesmo absurdos, quando adotamos os critérios do primeiro grupo para a seleção de projetos.

Por êsse motivo, com exceção do critério do tempo de retôrno do capital investido, o qual, pelas razões apontadas e que são ponderáveis, poderá ser utilizado com caráter complementar, abandonaremos os métodos de avaliação que não consideram a presença de uma taxa de juros positiva, em favor dos

critérios do valor atual, da taxa interna de retôrno e da razão benefício/custo. [†]

Quanto a êsses últimos não podemos, pela simples análise dos resultados até aqui encontrados, concluir que um seja superior ao outro. Por enquanto só podemos afirmar que, no caso de projetos de investimento do tipo simples ou convencional que sejam compatíveis e independentes entre si, e não havendo restrição orçamentária, os resultados da seleção segundo os três critérios serão sempre consistentes. Podemos também afirmar que, em se tratando da avaliação individual de projetos do tipo de investimento simples ou convencional, êsses três métodos conduzirão ao mesmo diagnóstico; pois se $\alpha > i$, onde α é a taxa interna e i a mínima de atratividade, o projeto não só apresentará um valor atual positivo quando calculado à taxa i , como também, considerada ainda a taxa i , sua razão benefício/custo será superior à unidade.

O fato de ainda não podermos chegar à uma conclusão definitiva quanto ao melhor critério, nos leva a estudar mais detalhadamente o comportamento dos métodos do valor atual, da taxa interna de retôrno e da razão benefício/custo, procurando avaliar o comportamento de cada um para casos que não os particulares acima citados.

5 - ESTUDO COMPARATIVO DOS CRITÉRIOS DO VALOR ATUAL, DA RAZÃO BENEFÍCIO/CUSTO E DA TAXA INTERNA DE RETÔRNO

5.1 - Confronto Valor Atual x Taxa Interna de Retôrno

Iremos agora proceder a uma comparação mais profunda entre os métodos do valor atual e da taxa interna de retôrno, procurando estabelecer qual o mais indicado. Êsse estudo indicará que, ainda na hipótese de projetos de investimentos do tipo simples ou convencional, existem casos, mais especificamente para certas eventualidades de projetos mutuamente exclusivos, em que a aplicação do critério da taxa interna de retôrno poderá conduzir a uma seleção errônea, o que não acontece quando se adota o método do valor atual.

[†] Deixaremos de lado o critério do benefício líquido periódico equivalente pois que, sendo equivalente ao do valor atual, constitui-se em uma versão mais trabalhosa d'êste último.

Tal fato nos permitirá concluir, sem necessidade de incluir na análise o caso de projetos de investimentos do tipo não-convencional, o que será feito no Apêndice I e que irá contribuir para a justificativa de nossa escolha, que o critério do valor atual é o mais indicado.

5.2 - Preliminares

Como vimos no item 3, o ponto crucial na aplicação do critério do valor atual para a avaliação de um projeto é a escolha da taxa de juros a ser considerada para sua determinação. Ainda tendo em mente os resultados obtidos com os exemplos do item 3, lembremos que a mudança na taxa de juros adotada para a determinação do valor atual de cada projeto fez não só com que projetos considerados antieconômicos, para uma certa taxa, passassem a ser dados como viáveis quando avaliados segundo uma outra taxa, como também acarretou uma variação na ordenação das alternativas. Portanto, a taxa de juros a ser utilizada na aplicação do método do valor atual pode influenciar grandemente a seleção de projetos, donde ser necessário caracterizá-la perfeitamente para cada caso em análise.

Esta taxa de juros, chamada taxa mínima de atratividade, deve representar, para cada caso em estudo, o que se deixa de ganhar pela não aplicação do capital a ser investido em uma outra alternativa disponível.⁺ Então quando da adoção do critério do valor atual, o problema passa a ser, como exaustivamente discutido em [15], o da determinação da taxa mínima de atratividade em presença das alternativas em análise e da possível limitação do capital disponível para investimento, do que trataremos no item 6.

Uma vez conhecida a taxa mínima de atratividade, que representamos por ρ , a aplicação do método de valor atual conduzirá, à exceção do caso de certos projetos não-convencionais, a resultados de avaliação individual sempre consistentes, no sentido agora, como definido em [19], de que o resultado de avaliação é consistente se, para $\rho_2 > \rho_1$ e sendo $V(\rho_1)$ e $V(\rho_2)$ valores posi-

⁺ Obviamente, no caso em que o projeto seja financiado por um empréstimo específico, a taxa a ser utilizada para a aplicação do critério do valor atual não deve ser inferior à cobrada no financiamento.

tivos, tivermos $V(\rho_1) > V(\rho_2)$. Isto, porque, obviamente, tanto maior aprêço atribuíremos às receitas futuras quanto menor fôr a taxa corrente de juros.

À primeira vista pareceria, então, que o critério da taxa interna de retôrno, que aparentemente independe de ρ visto só utilizar os dados inerentes à alternativa, deveria ser o mais indicado. Tal porém é ilusório; basta atentar para o fato de que, no caso de termos de decidir pela aceitação ou não de um projeto único, ser necessário comparar a taxa interna de retôrno obtida, com a taxa que usufruiríamos em um empreendimento alternativo, como, por exemplo, investir em títulos à taxa de mercado. Recairíamos, pois, no mesmo problema que no caso da adoção do método do valor atual, qual seja o da determinação dessa taxa alternativa. Tendo em vista a condição imposta de simplicidade de aplicação do critério, essa discussão nos leva a pender pela adoção do valor atual que, ao contrário da taxa interna de retôrno, não requer a resolução de uma equação de grau n .

Além do mais, na hipótese de ser necessária a comparação de dois ou mais projetos de investimentos que sejam mutuamente exclusivos, quando a aceitação de um deles implica a rejeição dos demais, não só teremos de preocupar-nos com a taxa alternativa, como ainda é possível que o projeto com a maior taxa interna de retôrno, α , não seja o mais atrativo, como mostraremos a seguir.

5.3 - Caso de Projetos Mutuamente Exclusivos

Quando se procuram cotejar projetos que sejam mutuamente exclusivos, o que aconteceria se, por exemplo, tivéssemos que decidir entre o emprego de dois ou mais materiais tecnicamente viáveis, tais como aço ou concreto armado, para a construção de uma ponte, não é suficiente a determinação da taxa interna de retôrno de cada projeto, pois necessitaremos ainda de calcular a denominada taxa interna de retôrno do investimento incremental, comparando-a com a taxa alternativa.

Isto é, no caso da aplicação do critério da taxa interna de retôrno para a seleção de projetos que sejam mutuamente exclusivos, devemos determinar a também chamada, [1], taxa de retôrno sôbre os custos de Fisher, e que nada mais é do que a taxa interna de retôrno do "projeto" cujos fluxos de caixa re

sultam da diferença entre os fluxos de caixa homólogos de dois projetos em análise, o que deve ser feito para cada par de alternativas do conjunto em estudo.

Ou seja, representando-se por a_j o fluxo de caixa, na época j , associado ao projeto A, e por b_j o fluxo de caixa associado ao projeto B nessa mesma época j , e supondo que os dois projetos tenham a mesma vida, no sentido de que ambos possuam o mesmo horizonte de planejamento, a taxa "fisheriana" relativa à comparação entre os projetos A e B será a taxa, representada por α_{B-A} , que seja a solução real e não negativa da equação:

$$\sum_{j=0}^n (b_j - a_j) (1 + i)^{-j} = 0.$$

Consideremos, a título de ilustração, o caso em que seja necessário decidir qual o preferível entre os dois projetos A e B, supostos mutuamente exclusivos, e que são caracterizados pelos seguintes fluxos de caixa:

$$A: a_0 = -10065; a_j = 1500, j = 1, 2 \dots, 10$$

$$B: b_0 = -15100; b_j = 2200, j = 1, 2 \dots, 10$$

Suponhamos ainda que o agente investidor disponha de capital suficiente para levar avante qualquer uma dessas alternativas, e, admitamos também, que possa aplicar seus recursos disponíveis em outros empreendimentos, como investir em títulos colocados no mercado de capitais, que rendem a taxa de juros de 6% por período. Em outras palavras, estamos assumindo que a taxa mínima de atratividade, ρ , para o caso em apreço, seja de 6% por período.

5.3.1 - Seleção pelo Critério da Taxa Interna de Retorno

Tendo em vista o nosso exemplo, caso adotássemos o critério de seleção segundo a ordenação pela taxa interna de retorno, o primeiro passo seria a determinação de α para cada projeto; para tanto, teremos de resolver as seguintes equações:

$$\sum_{j=0}^{10} a_j (1 + i)^{-j} = -10065 + 1500 \sum_{j=0}^{10} (1 + i)^{-j} = -10065 + 1500 \cdot \frac{1 - (1 + i)^{-11}}{1 + i} = 0$$

$$e \quad \sum_{j=10}^{10} b_j (1+i)^{-j} = -15100 + 2200 \sum_{j=1}^{10} (1+i)^{-j} = -15100 + 2200 \cdot \frac{\alpha}{10|i} = 0$$

Ora, essas equações são verificadas, respectivamente, para $i=0,080$ e para $i = 0,075$; donde $\alpha_A = 8\%$ por período e $\alpha_B = 7,5\%$ por período.

Então, como ambos os projetos são economicamente justificáveis, pois a respectiva taxa interna supera a mínima de atratividade, deveríamos, em princípio, optar pelo projeto A, visto ser o que apresenta maior taxa interna de retôrno. Porém, tratando-se de alternativas que sejam mutuamente exclusivas, nem sempre a que apresentar a maior taxa interna deverá ser escolhida, pois que êste critério não considera as diferenças entre os gastos de investimento dos projetos que estão sendo cotejados.

Isto é, no caso, se escolhermos o projeto A, como apontado pelo critério da maior taxa interna de retôrno, teríamos disponível, de acôrdo com a hipótese inicial, a diferença entre os custos iniciais dos projetos B e A, ou seja, $15100 - 10065 = 5035$ unidades de capital, as quais iremos aplicar à taxa mínima de atratividade considerada, 6% por período. Logo, precisamos comparar o investimento de 15100 unidades de capital no projeto B, contra a aplicação de 10065 unidades de capital (U. C.) no empreendimento A e mais o investimento de 5035 unidades de capital à taxa de atratividade.

Esta comparação pode ser efetuada, por exemplo, determinando-se os montantes, nessa mesma época, que seriam obtidos segundo cada alternativa.

Então, dentro do implicitamente presumido no critério da taxa interna de retôrno, isto é, reaplicação das receitas futuras a essa taxa interna,⁺ o total de capital que teríamos, caso adotássemos o projeto A, seria:

a) devido ao investimento em A:

$$\sum_{j=1}^{10} 1500 (1 + \alpha_A)^j = 10065 (1 + 0,08)^{10}$$

⁺ Nêsse ponto adotamos a hipótese, controversa, de reaplicação das receitas à taxa interna de retôrno, sômente para mostrar que, mesmo na situação mais otimista, visto que, no caso, as taxas internas superam a mínima de atratividade, o investidor fará um mau negócio caso opte pelo projeto A.

b) devido à aplicação das 50035 u. c. à taxa ρ :

$$5035 (1 + 0,06)^{10}$$

$$\text{TOTAL} \longrightarrow 10065 (1 + 0,08)^{10} + 5035 (1 + 0,06)^{10} = 30753$$

Já se o projeto B for o escolhido, o total de capital que disporemos no fim dos mesmos períodos, será:

$$\sum_{j=1}^{10} 2200 (1 + r_B)^j = 15100 (1 + 0,075)^{10} = 31106$$

Ou seja, muito embora as diferenças não sejam grandes para o caso deste particular exemplo, obteríamos mais se optássemos pelo investimento das 15 100 u. c. no projeto B, não obstante ser este o que apresenta menor taxa interna de retôrno.

Para casos tais como este, de escolha entre dois projetos mutuamente exclusivos onde um apresenta maior investimento inicial do que o outro, se quisermos continuar utilizando o critério da taxa interna de retôrno faz-se necessário, antes que se decida pela simples comparação entre as respectivas taxas internas, calcular a taxa de retôrno sobre os custos de Fisher, e cotejá-la com a mínima de atratividade.

No nosso exemplo temos que o fluxo de caixa da diferença B-A é:

$$\text{B-A: } c_0 = - 5035; c_j = 700, j = 1, \dots, 10$$

Ora, a solução real e não negativa da equação:

$$- 5035 + 700 \left[\frac{(1+i)^{10} - 1}{i (1+i)^{10}} \right] = 0$$

é $r_{B-A} = 0,065$; ou seja, a taxa "fisheriana", ou taxa interna de retôrno sobre o investimento incremental, é de, aproximadamente, 6,5% por período. Como essa taxa é maior do que a mínima de atratividade, $\rho = 6\%$ por período, conclui-se que o excesso de investimento de B em relação a A será melhor remunerado do que aplicando-o na oportunidade alternativa, indicando-se, assim, que o projeto B é superior ao A.

Convém notar que a hipótese de que o investidor disponha de número suficiente para financiar o investimento em qualquer dos projetos em análise, não é, em absoluto, restritiva. Desde que consiga obter fundos à uma taxa inferior a α_{B-A} será interessante solicitar um empréstimo para financiar o acréscimo de investimento necessário à implantação de B ao invés de A.

Um artifício, [7], que ajuda a visualizar o motivo pelo qual o projeto B, muito embora seja o que apresenta menor taxa interna de retorno, deva ser o escolhido, consiste em decompor os fluxos de caixa associados ao projeto com maior investimento inicial em dois outros fluxos, de tal forma que um deles seja igual ao fluxo de caixa correspondente do outro projeto em análise.

No caso, vemos que os fluxos de caixa associados ao projeto B podem ser admitidos como resultantes das somas dos seguintes fluxos de caixa:

$$a) a_0 = -10065; a_j = 1500, j = 1, \dots, 10$$

$$b) c_0 = -5035; c_j = 700, j = 1, \dots, 10$$

Ora, a primeira sequência, sendo igual à associada ao projeto A, apresenta uma taxa interna de 8% por período, e a segunda, sendo a relativa à diferença B-A, apresenta 6,5% por período como sua taxa interna. Por conseguinte, sendo B o projeto escolhido, obter-se-á para 10 065 unidades de capital a mesma remuneração que a que seria conseguida caso se escolhesse o projeto A, obtendo-se ainda, para as 5035 unidades adicionais uma remuneração superior à que lograríamos investindo-as à taxa mínima de atratividade.

5.3.2 - Seleção pelo Método do Valor Atual

Agora, considerada ainda a taxa mínima de atratividade de 6% por período, a aplicação do método do valor atual para o caso dos projetos em apreço irá conduzir à seleção do projeto com o maior valor atual.

Ora, temos que:

$$V_A(0,06) = -10065 + 1500 \cdot \alpha_{10|6} = 975$$

e

$$V_B(0,06) = -15100 + 2200 \cdot a_{\overline{10}|0,06} = 1092$$

Então, como $V_B(0,06) > V_A(0,06)$, concluiríamos ser o projeto B o mais interessante.

A seleção a que chegamos pelo método do valor atual, que, como vimos, é correta, foi obtida diretamente, sem necessidade, como no caso da aplicação do critério da taxa interna, de proceder-se à análise do investimento incremental. Tal deve-se ao fato de que o critério do valor atual leva em conta, implicitamente, a diferença entre os investimentos iniciais. Isto é facilmente observável no caso do exemplo, visto que, escolhendo-se A, ter-se-iam disponíveis 5035 u. c. que seriam investidas na oportunidade que rende a taxa mínima de atratividade; portanto, em última análise, iremos comparar a alternativa B com a alternativa do projeto A e mais o "projeto" investimento à taxa mínima de atratividade. Porém, este último "projeto" apresenta, para a taxa considerada, valor atual nulo; logo basta somente comparar as alternativas A e B.

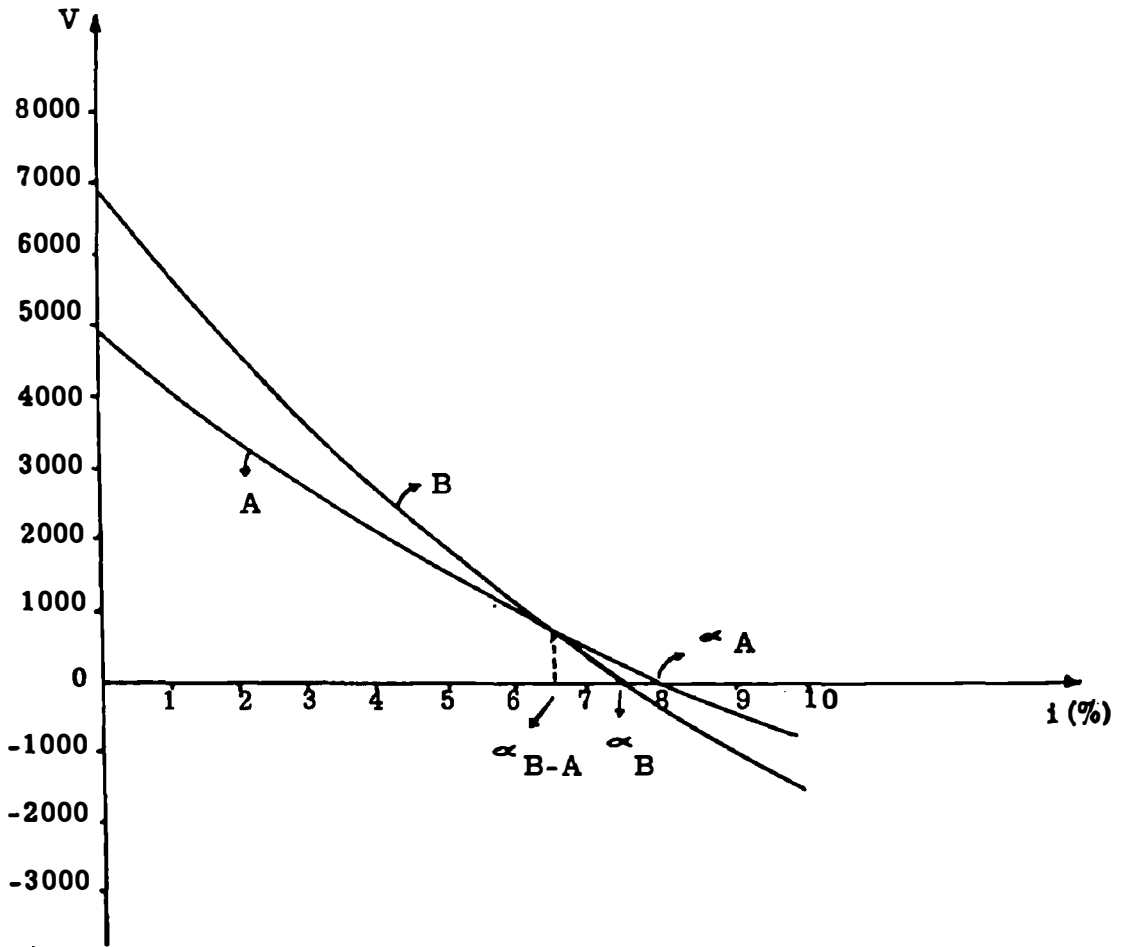
5.3.3 - Ilustração Gráfica da Comparação entre os Projetos A e B

Calculemos os valores atuais, à diversas taxas de juros, de cada um dos projetos A e B, e plotemos os valores obtidos em um mesmo gráfico.

i (%)	$V_A(i)$	$V_B(i)$
0	4 935	6 900
1	4 142	5 737
2	3 409	4 662
3	3 720	3 666
4	2 101	2 744

i (%)	$V_A(i)$	$V_B(i)$
5	1 518	1 888
6	975	1 092
6,5	718	716
7	470	352
7,5	231	0

i (%)	V_A (i)	V_B (i)
8	0	- 338
9	- 439	- 981
10	- 848	- 1 582



Do gráfico vemos que para taxas inferiores à "fisheriana", que é de aproximadamente 6,5% por período, o valor atual do projeto B é superior ao do projeto A, sendo, pois, o investimento em B preferível ao investimento em A para taxas no intervalo $[0; 0,065]$.⁺ Inversamente, para taxas no intervalo $(0,065; \infty)$, o valor atual do projeto A é superior, passando a ser este o preferível.

Interpretemos agora o que acontece no caso em que a taxa utilizada como a mínima de atratividade, que é a empregada para o cálculo dos valores atuais, coincida com a taxa "fisheriana". Nesta hipótese os valores atuais dos dois projetos são iguais, o que significa que ficaremos indiferentes entre os dois projetos, que serão então, ditos economicamente equivalentes.

Notemos que nessa última eventualidade, igualdade entre taxa mínima de atratividade e a interna de retorno sobre o investimento incremental, um critério tal como o do tempo de recuperação do capital investido passará a ser decisivo, pois poderá permitir o desempate. Isto é, se no caso do nosso exemplo tivéssemos $p = 6,5\%$ por período, o projeto A, na hipótese de considerar-se como critério adicional o do tempo de retorno do capital investido, seria o escolhido, já que temos $T_A = 6,71 < T_B = 6,86$.

Mantido o critério do valor atual, observemos que, para casos tais como o do exemplo, o que vai decidir por qual dos dois projetos devemos optar é a posição relativa da taxa mínima de atratividade, ρ , em relação à taxa "fisheriana", ρ_{B-A} .

5.4 - Comparação de Projetos com Vidas Úteis Diferentes

Na maioria⁺⁺ dos casos de seleção entre investimentos alternativos,

⁺ A rigor não devemos considerar incluída a possibilidade de taxa nula, pois que exatamente afastamos essa eventualidade como justificativa da eliminação dos critérios que não considerem a variação do capital com o tempo.

⁺⁺ Existem exceções; uma delas, como apontada em [3], sendo a hipótese de decisão entre vender a patente de um novo produto ou explorá-la. Em outros casos, [14], a não redução a uma vida comum pode conduzir a paradoxos.

que sejam mutuamente exclusivos e que tenham vidas diferentes, é necessário tornar a análise das alternativas em um caso de vidas comparáveis, ou seja, vidas iguais. Para tanto, temos, [7], dois procedimentos. O primeiro deles consiste em tomar como período de estudo o mínimo múltiplo comum entre as vidas dos projetos que estão sendo cotejados; esse procedimento nem sempre é possível, pois pode conduzir-nos a casos em que o mínimo múltiplo comum seja superior ao horizonte de dados, colocando-nos assim fora do caso determinístico que estamos assumindo. Além do mais, estaremos explicitamente admitindo que os investimentos serão renovados nas mesmas condições; hipótese que não é muito plausível.

Um segundo procedimento consiste em estimar valores residuais, no fim da vida do projeto que a tem menor, para as demais alternativas. Esta segunda hipótese, a menos da dificuldade de estimação desses valores residuais, deverá, dentro do caso determinístico, ser a preferível, pois não nos colocará fora do horizonte de dados.

A título de ilustração, suponhamos que fôsse necessário selecionar um dentre os seguintes projetos:

$$A: a_0 = -10\,000; a_j = 1\,500, j = 1, \dots, 10 \text{ (anos)}$$

$$B: b_0 = -17\,045; b_j = 2\,000; j = 1, \dots, 15 \text{ (anos)}$$

Admitindo-se que a taxa mínima de atratividade seja de 8% a. a., caso não levássemos em conta o fato de que as vidas são diferentes, teríamos:

$$V_A(0,08) = -10000 + 1500 \cdot \alpha_{\overline{10}|8} = 65$$

$$V_B(0,08) = -17045 + 2000 \cdot \alpha_{\overline{15}|8} = 74$$

Então, como $V_A < V_B$, deveríamos escolher o projeto B. Porém, esta indicação somente por acaso estará certa, pois o critério utilizado na sua determinação é basicamente incorreto, visto que não se está contemplando possíveis oportunidades que poderiam surgir no período compreendido entre o fim da vida do projeto A e o da vida do projeto B.

Para contornar a deficiência apontada, teremos, procedendo-se como acima sugerido:

1) Tomando-se como período de estudo o mínimo múltiplo comum entre as vidas dos projetos em pauta.

No caso o m.m.c. é 30 anos; então, supondo-se que os projetos sejam renovados nas mesmas condições iniciais, devemos comparar os empreendimentos admitindo que estejam a eles associadas as seguintes seqüências de fluxos de caixa:

$$A: \begin{cases} a_0 = -10\,000; a_j = 1\,500; j = 1, \dots, 9; a_{10} = -8\,500; \\ a_j = 1\,500; j = 11, \dots, 19; a_{20} = -8\,500; a_j = 1\,500, j = 21, \dots, 30 \end{cases}$$

$$B: \begin{cases} b_0 = -17\,045; b_j = 2\,000; j = 1, \dots, 14; b_{15} = -15\,045; \\ b_j = 2\,000, j = 16, \dots, 30 \end{cases}$$

Logo, teremos agora:

$$V_A(0,08) = -10\,000 + 1\,500 \cdot \alpha_{\overline{10}|8} - 10\,000 \cdot s_{\overline{10}|8}^{-1} \cdot \alpha_{\overline{20}|8} \cong 109^+$$

e

$$V_B(0,08) = -17\,045 + 2\,000 \cdot \alpha_{\overline{30}|8} - 17\,045 (1 + 0,08)^{-15} \cong 102$$

Portanto, como $V_B < V_A$, o projeto A é, realmente, o mais indicado.

2) Adotando-se, no fim da vida do projeto A, um valor residual para o projeto B.

Agora, o projeto B será o preferível se, mantida sua receita líquida na época 10, seu valor residual no fim de 10 anos, R, fôr tal que:

$$^+ \text{ - Onde } s_{\overline{n}|i}^{-1} = \frac{(1+i)^n}{(1+i)^n - 1}$$

$$V_B(0,08) = -17045 + 2000 \cdot \alpha_{\overline{10}|8} + R(1+0,08)^{-10} > V_A(0,08) =$$

$$= -10000 + 1500 \cdot \alpha_{\overline{10}|8}$$

ou

$$R(1+0,08)^{-10} > 7045 - 500 \cdot \alpha_{\overline{10}|8}$$

ou

$$R > 8014$$

O valor residual pode ser entendido como o valor de revenda dos bens, físicos (como equipamentos) e intangíveis (como patentes), associados ao projeto, menos o valor de indenização por possíveis quebras contratuais.

Para contornar a dificuldade na estimativa do valor residual R, que é uma tarefa algo delicada e subjetiva, um procedimento que pode ser adotado é o de determinar R a partir dos dados originais do projeto. O que se sugere é que o valor residual seja igualado ao valor atual, calculado à taxa interna de retorno, dos fluxos de caixa líquidos posteriores ao fim da vida do projeto de menor duração.

Assim, para o caso do exemplo, tendo em vista que a taxa interna de retorno do projeto B é, aproximadamente, de 8,1% a. a. o valor residual R será, tomando-se o valor atual na época 10 das receitas líquidas posteriores a essa época:

$$R = 2000 \cdot \alpha_{\overline{5}|8,1} = 7964 < 8014$$

Donde o projeto A ser o mais economicamente indicado, o que corrôbora o resultado anterior.

5.5 - Primeira Conclusão

A análise dos resultados observados permite-nos concluir que a sele

ção de projetos pelo critério da taxa interna de retôrno, como inicialmente definido, não é consistente, pois pode conduzir, para certos casos de alternativas que sejam mütuamente exclusivas, a ordenações incorretas. Como vimos para os exemplos apresentados, esta deficiência pode ser contornada, ao preço de acréscimo de trabalho, mediante a introdução do cálculo da taxa interna de retôrno sobre o investimento incremental, mas ficando agora evidente a necessidade de também explicitar-se a taxa mínima de atratividade.

Porém, o preço a pagar pela manutenção do critério da taxa interna de retôrno é muito alto. Assim, no caso de termos que cotejar M projetos que sejam mütuamente exclusivos, poderemos ser obrigados a determinar até $\binom{M}{2} = \frac{M(M-1)}{2}$ taxas internas adicionais. É ainda possível, mesmo que os projetos sejam todos do tipo de investimento simples, existir, como mostraremos no Apêndice I, mais de uma solução real ou positiva para a equação que iguala a zero o valor atual do "projeto diferença". Ou seja, poderemos deparar-nos com o caso de múltiplas taxas "fisherianas", o que introduziria uma dificuldade adicional na aplicação do critério da taxa interna de retôrno.

Pelos motivos expostos passamos a dar preferência à aplicação do método do máximo valor atual a uma dada taxa mínima de atratividade. Restamos, portanto, procurar a determinação da taxa a ser utilizada na aplicação do critério do valor atual, o que intentaremos mais adiante.

5.6 - Confronto Valor Atual x Razão Benefício/Custo

Preliminarmente, investiguemos se os dois métodos são equivalentes. Isto é, verifiquemos se os dois métodos, quando aplicados a um mesmo conjunto de alternativas, conduzem aos mesmos resultados de avaliação e de seleção.

Como já vimos, considerada uma certa taxa mínima de atratividade, se a razão benefício/custo de um dado projeto fôr superior à unidade, o seu valor atual será positivo. Reciprocamente, é fácil verificar que, se o valor atual de um projeto fôr positivo, sua razão benefício/custo, calculada à mesma taxa, será superior a um, ou seja, quanto ao resultado de avaliações individuais, os dois critérios são equivalentes.

Resta-nos, portanto, verificar se o mesmo acontece em relação ao resultado de seleção entre alternativas.

Consideremos o caso de dois projetos A e B, que são mutuamente exclusivos e que têm a mesma vida, e, para uma dada taxa i , suponhamos que:

$$R_A(i) > R_B(i) > 1$$

onde $R_A(i)$ e $R_B(i)$ representam, respectivamente, a razão benefício/custo do projeto A e do projeto B.

Então:

$$\frac{VB_A(i)}{VC_A(i)} > \frac{VB_B(i)}{VC_B(i)}$$

ou

$$\frac{VB_A(i)}{VC_A(i)} - \frac{VC_A(i)}{VC_A(i)} > \frac{VB_B(i)}{VC_B(i)} - \frac{VC_B(i)}{VC_B(i)}$$

ou

$$\frac{V_A(i)}{VC_A(i)} > \frac{V_B(i)}{VC_B(i)}$$

logo:

$$V_A(i) > \left[\frac{VC_A(i)}{VC_B(i)} \right] V_B(i)$$

Ou seja, poderemos garantir que $V_A(i) > V_B(i)$, sendo pois a alternativa A preferível à B, somente se $VC_A(i) / VC_B(i) > 1$.

Isto é, embora do ponto de vista da avaliação individual o critério da razão benefício/custo coincida com o do valor atual, não podemos garantir que o mesmo ocorra quando estão sendo cotejadas alternativas mutuamente exclusivas.

Torna-se, então, necessário que façamos o confronto entre os dois métodos para um caso específico. Para tanto, retomemos o exemplo das alter-

nativas A e B visto no item 5.3, na hipótese de ausência de restrição de capital, e, para facilidade de cálculo, suponhamos que os fluxos de caixa líquidos apresentados tenham resultado, respectivamente, da composição entre as seguintes seqüências de custos e de benefícios:

$$\begin{array}{l}
 \text{A:} \quad \left\{ \begin{array}{l} c_0 = 10065; \quad c_j = 0; \quad j = 1, \dots, 10 \\ b_0 = 0; \quad b_j = 1500; \quad j = 1, \dots, 10 \end{array} \right. \\
 \\
 \text{B:} \quad \left\{ \begin{array}{l} c_0 = 15100; \quad c_j = 0, \quad j = 1, \dots, 10 \\ b_0 = 0; \quad b_j = 2200, \quad j = 1, \dots, 10 \end{array} \right.
 \end{array}$$

Nestas condições, considerada a taxa de 6% por período, teremos as seguintes razões benefício/custo:

$$R_A(0,06) = \frac{VB_A(0,06)}{VC_A(0,06)} = \frac{1500 \cdot a_{\overline{10}|6}}{10065} = \frac{11040}{10065} = 1,097$$

e

$$R_B(0,06) = \frac{VB_B(0,06)}{VC_B(0,06)} = \frac{2200 \cdot a_{\overline{10}|6}}{15100} = \frac{16192}{15100} = 1,072$$

Então, como $R_A(0,06) > R_B(0,06)$, o critério da razão benefício/custo relacionaria o projeto A como sendo o preferível, o que contraria o indicado pela aplicação do método do valor atual à mesma taxa.⁺

Ora, como já havíamos concluído que o projeto B é, para a taxa mínima de atratividade de 6% por período, realmente o mais indicado, segue-se que, análogamente ao que acontece com o método da taxa interna de retorno, o critério da razão benefício/custo não leva em consideração a diferença entre os investimentos iniciais. Por conseguinte, torna-se também necessário que façamos a análise do investimento incremental. Ou seja, devemos determinar a relação benefício/custo do "projeto" diferença e compará-la com a unidade (já que a alternativa de investimento à taxa de atratividade apresenta relação benefício/custo unitária).

⁺ Notemos que esse resultado numérico corrobora nossa investigação analítica, já que $VC_A(0,06)/VC_B(0,06) = 10065/15100 < 1$.

No caso do nosso exemplo, devemos proceder à avaliação do seguinte "projeto":

$$B-A \quad \begin{cases} c_0 = 5035; & c_j = 0, \quad j = 1, \dots, 10 \\ b_0 = 0; & b_j = 700, \quad j = 1, \dots, 10 \end{cases}$$

Temos que:

$$R_{B-A}(0,06) = \frac{700 \cdot \overbrace{10}^6}{5035} = 1,023 > 1$$

Resultado que nos levará a selecionar, agora corretamente e como indicado pelo critério do valor atual, a alternativa B.

5.7 - Conclusão Final

Visto que o critério da razão benefício/custo apresenta, também, a deficiência de não contemplar possíveis diferenças entre as parcelas de investimento inicial dos projetos em confronto, passamos a dar preferência, quanto mais não seja por questão de simplicidade de aplicação, ao método do máximo valor atual a uma dada taxa tomada como mínima de atratividade.

6 - DETERMINAÇÃO DA TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE

Uma vez que chegamos à conclusão de que o critério do valor atual é, preferencialmente, aquele que deve ser adotado para proceder-se a avaliações e seleção de projetos de investimento, é como o valor atual de um empreendimento é dependente da taxa de juros, cabe-nos agora analisar a determinação da taxa a ser considerada para sua aplicação, taxa essa que chamamos de mínima de atratividade e que representamos por p .

Para tanto, iremos supor que o agente investidor encontre-se de posse de todos os dados (sequência de fluxos de caixa) relativos às várias possíveis alternativas de investimento (projeto), incluindo-se entre elas as oportunidades

de empréstimos de seu capital disponível, e que, sendo sua tarefa determinar a taxa mínima de atratividade a ser utilizada para a seleção dos projetos que serão levados avante (aceitos), esteja sujeito a uma das hipóteses que se enumeram a seguir. ⁺

6.1 - Ausência de Restrição Orçamentária

Admitindo-se que não haja limitação do capital disponível para investimento, o que aconteceria se os orçamentos pudessem ser dilatados mediante a obtenção de capital adicional através de empréstimos tomados num mercado financeiro ilimitado e que cobra uma certa taxa de juros, esta taxa de juros do mercado deverá ser a utilizada para o desconto da sequência de fluxos associada a cada projeto. Ou seja, a taxa de mercado será a nossa taxa mínima de atratividade, ρ .

Por conseguinte, de acordo com o critério de maximização do valor atual para o investidor, ou seja, da soma dos valores atuais dos projetos, devemos aceitar os empreendimentos que apresentem valor atual positivo quando descontados (calculados) à taxa de mercado. ⁺⁺

Observemos que, na hipótese em que os projetos sendo cotejados sejam todos do tipo convencional de investimento e independentes entre si, esse procedimento conduziria à aceitação dos mesmos projetos que, segundo o critério da taxa interna de retorno, apresentassem $\alpha > \rho$. No caso de haver projetos que sejam economicamente dependentes, não mais poderíamos confiar estritamente no método da taxa interna de retorno, pois que esse critério nos indicaria tão somente se os projetos são ou não economicamente viáveis, deixando de indicar qual o preferível entre dois ou mais que sejam mutuamente exclusivos

⁺ A discussão que se segue acompanha estreitamente a apresentada por McKean, [15], capítulo V.

⁺⁺ Projetos, no sentido mais restrito da palavra, cujos fluxos de caixa, descontados à taxa ρ , apresentassem valor atual nulo (na prática muito pequeno), não seriam aceitos. Para projetos tais como esses, seria teoricamente indiferente investir, nelas ou emprestar o capital necessário à taxa de mercado; obviamente, porém, a alternativa de empréstimo seria a preferível, pois, embora violando nossa premissa de determinismo, seria a de menor risco.

(precisaríamos calcular a taxa "fisheriana" e compará-la com ρ).

Portanto, a regra mais geral seria a de aceitar os projetos que, à taxa de mercado, apresentassem valor atual positivo, tomando-se o cuidado de eliminar os projetos mutuamente exclusivos que tivessem menor valor atual de que os seus competidores.

A escolha da taxa mínima de atratividade como sendo aquela cobrada para empréstimos tomados no mercado de capitais é justificada por dois argumentos. O primeiro deles deriva do fato de que, admitida a eventualidade de o agente investidor colocar à venda, logo após a etapa de construção, um de seus projetos, o preço que irá obter, sendo uma função da procura no mercado, será o determinado pelo cálculo do valor atual dos futuros fluxos de caixa associados ao projeto posto à venda, valor atual êsse computado à taxa de juros de mercado. Um segundo argumento é o de que, afastada a hipótese de venda dos projetos, as receitas futuras podem ser admitidas como sendo reinvestidas, no mínimo, por meio de empréstimos, à taxa de mercado; assim, para o caso de dois projetos do tipo simples e de mesma duração, o total de capital que se teria acumulado no fim da vida comum seria maior para o caso de ter-se aceito o projeto que apresentasse o maior valor atual calculado à taxa de mercado (evidentemente, estamos assumindo a hipótese, algo restritiva, de que a taxa de mercado mantenha-se constante ao longo do horizonte de dados).

Segundo a terminologia empregada em [15], o critério a ser adotado na hipótese de ausência de restrição de capital, pode ser enunciado como: "se fôr possível obter-se empréstimos a uma dada taxa de mercado, aceite os projetos de modo a maximizar o valor atual total quando os fluxos de caixa são descontados à taxa marginal de retôrno", onde a taxa marginal de retôrno é a taxa interna de retôrno que seria obtida caso fôsse feito um investimento adicional.

Lògicamente, no caso de não existir uma limitação orçamentária, qualquer investimento incremental, viável, no sentido de ao menos não apresentar uma taxa interna de retôrno inferior à taxa de mercado, será tal que $\alpha = \text{taxa de mercado}$. Isto porque, se o capital originalmente disponível no orçamento do agente investidor fôsse igual ou excedesse aos custos iniciais dos projetos que, supostos em estudo, produzem mais do que a taxa de mercado (no sentido de se ter $\alpha > \text{taxa de mercado}$), o investidor não conseguiria fazer melhor do que aplicar o excesso, ou qualquer disponibilidade adicional, em empréstimos à taxa de mercado. Portanto, qualquer investimento adicional será feito à taxa de mercado; lembrar que no caso de empréstimo de capital a uma taxa de juros t ,

a definição de taxa interna de retorno nos levará, para essa operação, a $\rho = t$. Já se o orçamento original fosse escasso, o investidor tomaria empréstimos à taxa de mercado, alocando o capital assim obtido até esgotar os projetos que produzam mais do que a taxa de mercado; e então, análogamente ao caso anterior, qualquer disponibilidade adicional seria empregada em empréstimos à taxa de mercado.

6.2 - Restrição Orçamentária Parcial: Revenda Permissível

Admitamos agora que, por uma imposição institucional qualquer, não mais seja possível à entidade investidora obter empréstimos à taxa de mercado, t . Então, poderemos ter o caso em que o capital disponível no orçamento original não seja suficiente para cobrir os gastos de investimento em todos os projetos que apresentem taxa interna de retorno $\rho > t$, isto é, projetos com taxa interna superior à de mercado. Ora, nesse caso, haverá então a possibilidade de que uma disponibilidade adicional de capital seja aplicada em um projeto que apresente uma taxa interna de retorno, ρ_1 , superior à taxa de mercado. Ou seja, teríamos uma taxa marginal de retorno maior do que a taxa de juros de mercado.

Como consequência, em princípio,⁺ poderíamos inferir que o critério a ser adotado deveria ser o de tomar para a taxa mínima de atratividade a taxa $\rho_1 > t$; isto é, aceitar-se-iam os projetos que apresentassem valor atual positivo quando calculados à taxa ρ_1 . Entretanto, admitindo-se que, logo após findar-se a etapa de construção de projetos implementados, seja permissível a revenda dos empreendimentos, o agente investidor poderá relaxar suas futuras restrições de capital. Mas, como já frisamos, seus projetos postos à venda terão seus valores avaliados à taxa de juros do mercado, t . Portanto, devido ao fato de que a entidade investidora tenha de se preocupar com possíveis avaliações de seus projetos à taxa t e não à taxa ρ_1 , a taxa a ser adotada como mínima de atratividade será a de juros do mercado, ou seja $\rho = t$.

⁺ Evidentemente, se o orçamento de capital igualasse, ou fosse superior, aos gastos com projetos que apresentassem $\rho > t$, a taxa marginal de retorno seria a do mercado.

Logo, na hipótese de restrição orçamentária parcial (revenda permíssível), o critério a ser adotado será, ainda, o de aceitar aqueles projetos que, descontados à taxa de mercado, apresentarem valor atual positivo.

6.3 - Restrição Orçamentária

Agora, havendo limitação na disponibilidade de capital e não mais sendo considerada a possibilidade de revenda de projetos implementados, admitindo-se a hipótese de que as receitas futuras serão reinvestidas na melhor alternativa que deixar de ser aceita por insuficiência orçamentária, a taxa a ser adotada como a mínima de atratividade, ρ , deverá ser a taxa interna de retorno daquele projeto marginal.

Evidentemente, a taxa marginal de retorno e que será feita mínima de atratividade será, no mínimo, igual à taxa de juros do mercado, já que incluímos entre os projetos aquele do empréstimo ao mercado. Este caso sucederia se o orçamento do capital disponível igualasse ou excedesse o gasto com o investimento necessário para a execução dos projetos com taxa interna de retorno superior à de juros de mercado, t .

Nosso problema passa a ser, portanto, o da determinação do projeto marginal e de sua respectiva taxa interna de retorno. O procedimento aconselhado, [15] é o de descontar, a várias taxas, os fluxos de caixa associados a cada um dos projetos em estudo, até encontrar a taxa à qual o capital disponível é exaurido por investimento em empreendimentos com valores atuais positivos. No caso de projetos simples, o valor atual é decrescente com a taxa utilizada para sua determinação, e, portanto, haverá uma taxa, $\rho \approx t$, para a qual a soma dos investimentos iniciais necessários à execução dos projetos com valor atual positivo igualará a restrição de fundos. Essa taxa será a taxa marginal de retorno, pois, na hipótese de uma gama contínua de projetos, fará com que um dos empreendimentos, não aceito por insuficiência de capital, tenha valor atual nulo, ou seja, essa será a taxa interna de retorno do projeto marginal.

Esse procedimento, porém, é demasiado trabalhoso, sendo, usualmente, preterido pela adoção do rateio (alocação) do capital disponível nos projetos ordenados segundo o critério da taxa interna de retorno. Isto é, inicialmente, os projetos que apresentassem $\rho > t$ seriam listados por ordem decres-

cente de suas respectivas taxas internas de retôrno; a seguir, aceitar-se-iam os empreendimentos, na ordem de preferência dada pela lista segundo \mathcal{L} , até esgotar o orçamento de capital. No caso em que os projetos sejam todos do tipo de investimento simples e independentes entre si, êsse procedimento conduzirá à mesma seleção que a que seria obtida segundo o critério do valor atual calculado à taxa marginal de retôrno. Entretanto, na maioria dos casos, teremos projetos economicamente dependentes, e mesmo mutuamente exclusivos, bastando levar em conta que devemos considerar não só diferentes localizações mas ainda diversos possíveis tamanhos (escalas) para um mesmo projeto, donde o critério da ordenação pela taxa interna de retôrno nem sempre levar à mesma seleção que a dada pelo método do valor atual calculado à taxa marginal de retôrno.

Convém notar que, mesmo que se considere a seleção segundo o critério do valor atual calculado à taxa interna de retôrno do projeto marginal, poderemos ter a possibilidade de que mais de um conjunto de alternativas esgotem o orçamento de capital, para diferentes taxas de juros. Isto porque, no caso de termos projetos do tipo não convencional de investimento, é possível que o valor atual não seja decrescente com a taxa em todo o campo de variação desta última.⁺ Nesta eventualidade, deveremos lançar mão de critérios adicionais, como o do tempo de recuperação do capital investido, para promover o desempate.

6.4 - Outros Tratamentos da Restrição Orçamentária

Um dos tópicos mais controversos na literatura que versa sobre seleção de projetos é o de limitação no capital disponível para inversão. Não só divergem os autores quanto ao procedimento a ser adotado no caso dessa eventualidade, como ainda chega-se a duvidar de que a situação de restrição orçamentária represente uma possibilidade importante na prática, [11].

Devido a êsse fato, julgamos conveniente mencionar alguns dos outros procedimentos sugeridos, sem no entanto aprofundar-nos no estudo de cada um dêles.

⁺ Vide Apêndice I para as condições em que a função valor atual é estritamente decrescente.

6.4.1 - O modelo de Hirshleifer et al, [11].

As hipóteses básicas do modelo são:

- a) somente existe limitação de capital na época atual (instante zero);
- b) mediante empréstimos tomados ou cedidos a uma certa taxa de mercado de t por período, é possível a transferência monetária de fluxos de caixa a ocorrer em períodos futuros.

Verificadas essas premissas, o procedimento sugerido é o de listar, após prévia eliminação de alternativas mutuamente exclusivas, os projetos de investimento em ordem decrescente da relação:

$$R^i(t) = -\frac{V^1(t)}{a_0} = -\frac{\sum_{j=1}^n a_j (1+t)^{-j+1}}{a_0}$$

Da mesma forma que é possível criticar-se o modelo de McKean, apresentando-se um exemplo em que o critério prático da ordenação segundo a taxa interna de retorno conduz a uma seleção errônea, é também possível construir um exemplo que contradiga o procedimento ora sugerido. Em particular, retomemos o caso dos projetos A e B exemplificados no item 5.3; e, admitindo-se a taxa de mercado como sendo de 6% por período, suponhamos que se dispõem exatamente de 15 100 unidades de capital para a realização do investimento.

Calculando-se a relação sugerida, teremos:

$$R_A^i(0,06) = \frac{1500 (1 + a_{9|6})}{10065} = 1,16$$

$$R_B^i(0,06) = \frac{2200 (1 + a_{9|6})}{15100} = 1,14$$

Por conseguinte, como $R_A^i(0,06) > R_B^i(0,06)$, os resultados obtidos nos conduziram, errôneamente como vimos, a selecionar o projeto A, investindo-se a diferença então disponível no mercado (ou consumindo-a).

6.4.2 - O modelo da OCDE, [16]

Adotando hipóteses algo similares à do modelo anterior, o manual de projetos da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), preconiza que os projetos sejam ordenados de acordo com a seguinte relação:

$$R''(t) = \frac{B}{I}$$

onde

$$B = -I + \sum_{j=1}^n (R_j - D_j) (1+t)^{-j}$$

sendo R_j e D_j , respectivamente, a receita e a despesa operacionais durante o j -ésimo período.

e

$$I = \sum_{j=0}^n I_j (1+t)^{-j},$$

sendo I_j a despesa de investimento na época j .

No caso particular de um projeto de investimento simples, tendo em vista nossa notação usual, teremos:⁺

$$R''(t) = - \frac{\sum_{j=0}^n a_j (1+t)^{-j}}{a_0} = - \frac{V(t)}{a_0}$$

Notemos que, mais uma vez, esse procedimento resulta falho para o caso do exemplo recém-abordado, pois como

⁺ Convém observar que o programa para cálculo da razão benefício/custo, como apresentado no Apêndice IV, pode ser utilizado para a determinação dessa relação, mesmo no caso de projetos de investimento do tipo não convencional.

$$R''_A(0,06) = \frac{V_A(0,06)}{10065} = \frac{975}{10065} \approx 0,097$$

e

$$R''_B(0,06) = \frac{V_B(0,06)}{15100} = \frac{1092}{15100} \approx 0,072$$

teremos

$$R''_A(0,06) > R''_B(0,06)$$

6.4.3 - Modelos de Programação Matemática

Lembremos que os modelos até então citados não são capazes de resolver, diretamente, o problema do cotejo entre projetos que sejam interrelacionados. Isto é, no caso de haver alternativas que, por razões técnicas ou econômicas, só possam ser levadas a efeito se determinados outros projetos forem previamente aceitos, o que se denomina um caso de projetos contingentes, ou concomitantemente rejeitados, ou caso de alternativas mutuamente exclusivas, os modelos anteriores nos obrigariam a construir tantas listas de ordenação quantos fossem os números de possibilidades de combinações de projetos. Como de corência, no caso de termos um grande número de possibilidades de combinações de projetos, a tarefa numérica tornar-se-ia de tal forma exaustiva que desencorajaria a aplicação daqueles métodos.

Modernamente, com o advento de algoritmos eficientes e com o avanço dos sistemas de processamento de dados, tem-se voltado a atenção para os modelos de programação matemática. Tais modelos, além de contemplar o caso de projetos interrelacionados, permitem ainda que se considerem restrições de capital e de quaisquer outros insumos para qualquer número de períodos.

Sem descer a maiores detalhes,⁺ um modelo simples de programa-

⁺ Aos interessados recomendamos [9] e a bibliografia específica aí mencionada.

ção linear inteira, para o caso em que os projetos sejam todos do tipo de investimento simples e que só haja restrição de capital na época atual, na hipótese de que o objetivo seja a maximização do valor atual dos m projetos em pauta, pode ser construído como se segue.

Seja $V_i(\rho) = \sum_{j=0}^{n_i} a_{ij} (1 + \rho)^{-j}$, o valor atual, a uma dada taxa

de ρ por período, do projeto i ; $i = 1, 2, \dots, m$.

Sendo X_i a variável de decisão relativa ao projeto i , a função objetivo pode ser escrita como:

$$Z = \sum_{i=1}^m X_i \cdot V_i(\rho)$$

As restrições do modelo serão do tipo:

a) limitação de capital

Sendo B o total de capital disponível para investimento, devemos ter:

$$B + \sum_{i=1}^m X_i \cdot a_{i0} \geq 0$$

b) alternativas mutuamente exclusivas

Se os projetos i_1, i_2, \dots, i_l forem mutuamente exclusivos, devemos ter:

$$\sum_{k=1}^l X_{i_k} \leq 1$$

c) projetos contingentes

Se o projeto i_1 puder ser aceito independentemente, mas com o projeto i_2 só podendo ser aceito se i_1 também o for, essa restrição pode ser expressa pela relação:

$$X_{i_2} - X_{i_1} \leq 0$$

d) variáveis de decisão

As variáveis de decisão, X_i , devem ser tais que só possam assumir ou o valor zero ou o valor um; sendo que:

$$X_i = \begin{cases} 0, & \text{o projeto } \underline{i} \text{ é rejeitado} \\ 1, & \text{o projeto } \underline{i} \text{ é aceito.} \end{cases}$$

APÊNDICE

APÊNDICE I
CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS RELATIVAS AOS CRITÉRIOS
DO VALOR ATUAL E DA TAXA DE RETORNO

1 - CASO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO SIMPLES

Teorema A

Para um projeto de investimento simples, o valor atual é uma função estritamente decrescente e convexa, para taxas no intervalo $[0, \infty)$.⁺

Demonstração

Temos que,

$$V(i) = \sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{-j}$$

⁺Na realidade, [18], o teorema é válido para todo $i > -1$. Deixamos, porém de considerar $i \in (-1, 0)$ pois, regra geral, taxas nesse intervalo carecem de significação econômica.

Logo, derivando-se com respeito a i , vem:

$$\frac{dV(i)}{di} = \sum_{j=0}^n j \cdot a_j (1+i)^{-j-1}$$

$$= 0 - a_1 (1+i)^{-2} - 2 a_2 (1+i)^{-3} - \dots - n \cdot a_n (1+i)^{-n-1} < 0$$

pois, num projeto de investimento simples, $a_0 < 0$ e $a_j \geq 0$ para $j=1,2,\dots,n$, e, $(1+i)^{-k} > 0$ para todo o k se $i \geq 0$.

Então, como a derivada primeira é negativa, segue-se que a função valor atual é estritamente decrescente com a taxa, no intervalo $[0, \infty)$

Temos ainda que:

$$\frac{d^2 V(i)}{di^2} = \sum_{j=0}^n j(j+1) a_j (1+i)^{-j-2} =$$

$$= 0 + 2 a_1 (1+i)^{-3} + 6 a_2 (1+i)^{-4} + \dots + n(n+1) a_n (1+i)^{-n-2} > 0$$

Portanto, a função valor atual é, também, estritamente convexa para taxas no intervalo $[0, \infty)$

Teorema B

Se, para um projeto de investimento simples, tivermos $\sum_{j=1}^n a_j > -a_0$, o seu valor atual anular-se-á para um $i \in (0, \infty)$, o que se dará somente uma vez. Isto é, um projeto do tipo de investimento simples, no qual a soma algébrica de seus fluxos de caixa é positiva, possui uma taxa interna de retorno que é positiva e única.

Demonstração

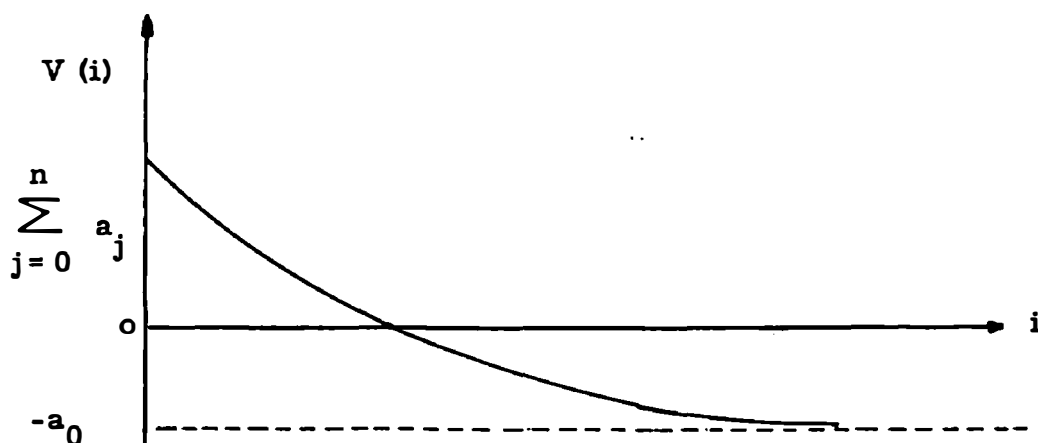
$$\text{Se } \sum_{j=1}^n a_j > -a_0 \Rightarrow V(0) = \sum_{j=0}^n a_j > 0$$

Por outro lado, temos que:

$$\lim_{i \rightarrow \infty} V(i) = \lim_{i \rightarrow \infty} \sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{-j} = a_0 < 0$$

Ora, sendo o valor atual de um projeto uma função contínua, pois que é um polinômio em i , segue-se que esta irá anular-se ao menos uma vez para i , no intervalo $(0, \infty)$. Porém, pelo teorema A, o valor atual é estritamente decrescente; portanto, concluímos que a equação $V(i) = 0$ só será verificada para um única taxa $i \in (0, \infty)$.

Gràficamente, as condições do teorema B implicam em que;

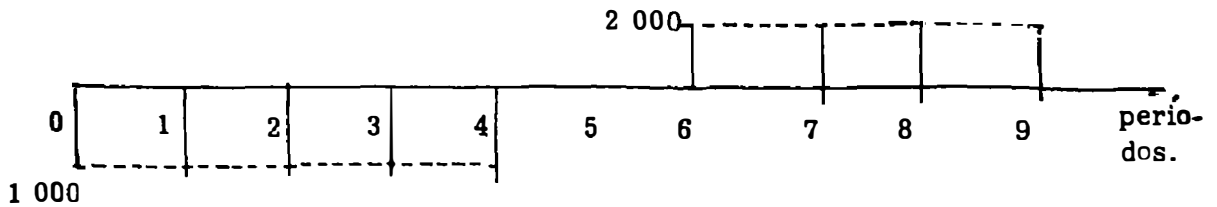


2 - CASO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO DO TIPO CONVENCIONAL

Como motivação, suponhamos que nos fôsse dado a analisar o projeto convencional caracterizado pela seguinte seqüência de fluxos de caixa:

$$A: \begin{cases} a_j = -1\,000, & j = 0, \dots, 4; & a_5 = 0 \\ a_j = 2\,000, & j = 6, \dots, 9 \end{cases}$$

Gràficamente, êsse projeto poderia ser especificado pelo diagrama abaixo:



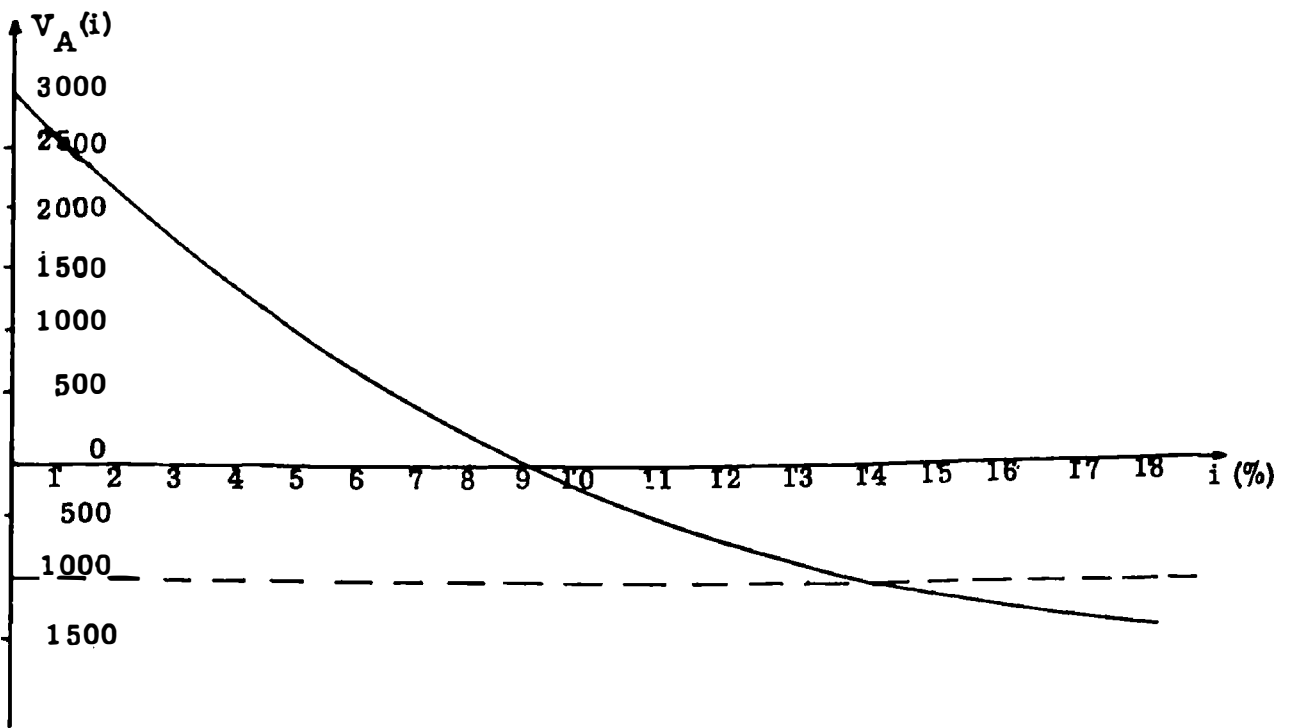
Sendo o valor atual dêsse projeto, calculado à taxa i por período, da dó por:

$$V_A(i) = \sum_{j=0}^9 a_j (1+i)^{-j} = -1000 (1+i)^{-0} + 2000 (1+i)^{-5} a_{\overline{4}|i}$$

vejamos seu comportamento quando se faz variar a taxa. Para tanto, calculemos o valor atual a diversas taxas, e plotemos os pontos obtidos em gráfico.

Temos:

i (%)	$V_A(i)$	i (%)	$V_A(i)$
0	3 000	8	196
0,25	2 876	8,5	81
0,5	2 756	9	- 29
1	2 523	9,5	- 133
1,5	2 301	10	- 233
2	2 090	11	- 420
2,5	1 888	12	- 590
3	1 696	13	- 746
4	1 337	14	- 887
5	1 011	15	- 1 016
6	714	18	- 1 338
7	443		



Já que, de uma maneira completamente geral, sendo $\lim_{i \rightarrow \infty} V(i) =$

$$= \lim_{i \rightarrow \infty} \sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{-j} = a_0, \text{ no nosso caso teremos } \lim_{i \rightarrow \infty} V_A(i) = -1000. \text{ Ora,}$$

como $V_A(i) < -1000$ para, pelo menos, $i = 15\%$ e $i = 18\%$ por período, segue-se que, em ao menos um trecho de intervalo $(18, \infty)$, a função, valor atual do projeto A, será crescente.

Essa observação nos leva a concluir que, ao contrário do que ocorre no caso dos projetos simples, a função valor atual de um projeto de investimento do tipo convencional não é necessariamente decrescente ao longo do intervalo $[0, \infty)$.

Tal fato nos conduz a perguntar se existe mais de uma taxa positiva para a qual $V_A(i) = 0$. Isto é, colocando a pergunta de uma forma mais geral, é possível que tenhamos projetos convencionais com mais de uma taxa interna de retorno positiva?

Para responder esta pergunta, procuremos, inicialmente, supondo

que não tivéssemos ainda visto que a função valor atual não é sempre decrescente, tentar estabelecer condições de suficiência para a existência de uma única taxa interna de retorno no intervalo $(0, \infty)$.

Essas condições, do mesmo modo que no caso de um projeto simples, são, para o caso geral de um projeto do tipo convencional:

$$a) \quad V(0) > 0 \Rightarrow \sum_{j=k+1}^n a_j > - \sum_{j=0}^k a_j$$

$$b) \quad \frac{dV(i)}{di} < 0 \Rightarrow - \sum_{j=0}^k j \cdot a_j (1+i)^{-j-1} < \sum_{j=k+1}^n j \cdot a_j (1+i)^{-j-1}$$

ou, multiplicando-se ambos os membros da relação b por $(1+i)$, que é positivo para $i > 0$, esta se torna:

$$- \sum_{j=0}^k j \cdot a_j (1+i)^{-j} < \sum_{j=k+1}^n j \cdot a_j (1+i)^{-j}$$

Infelizmente, o estudo da condição b, mesmo para casos bastantes particulares, é demasiado trabalhoso, como constataremos com o nosso exemplo e não nos leva à nenhuma conclusão a priori.

Como ilustração, considerando-se o projeto A em estudo, teremos:

$$a) \quad \sum_{j=k+1}^9 a_j = \sum_{j=6}^9 2000 = 8000 > - \sum_{j=0}^k a_j = \sum_{j=0}^4 1000 - 0 = 5000$$

$$b) \quad - \sum_{j=0}^k j \cdot a_j (1+i)^{-j} = 1000 \sum_{j=1}^4 j (1+i)^{-j}$$

e

$$\sum_{j=k+1}^n j \cdot a_j (1+i)^{-j} = 2000 \sum_{j=6}^9 j (1+i)^{-j}$$

Ora, como se verifica em [5] pag. 124, onde nos referimos às fórmulas de matemática financeira, temos que:

$$\sum_{j=1}^4 j (1+i)^{-j} = \frac{a_{\overline{4}|i} - 4(1+i)^{-4}}{i}$$

e

$$\begin{aligned} \sum_{j=6}^9 j (1+i)^{-j} &= \sum_{j=1}^9 j (1+i)^{-j} - \sum_{j=1}^5 j (1+i)^{-j} = \\ &= \frac{a_{\overline{9}|i} - 9(1+i)^{-9}}{i} - \frac{a_{\overline{5}|i} - 5(1+i)^{-5}}{i} \end{aligned}$$

onde $a_{\overline{n}|i} = 1 + a_{\overline{n-1}|i}$

Logo:

$$- \sum_{j=0}^k j \cdot a_j (1+i)^{-j} = 1000 \left[\frac{a_{\overline{4}|i} - 4(1+i)^{-4}}{i} \right]$$

e

$$\sum_{j=k+1}^n j \cdot a_j (1+i)^{-j} = \frac{2000}{i} \left[a_{\overline{9}|i} - a_{\overline{5}|i} - 9(1+i)^{-9} + 5(1+i)^{-5} \right]$$

Portanto, no caso do nosso exemplo, a função valor atual será decrescente no intervalo $(0, \infty)$ se:

$$a_{\overline{4}|i} - 4(1+i)^{-4} < 2 \left[a_{\overline{9}|i} - a_{\overline{5}|i} - 9(1+i)^{-9} + 5(1+i)^{-5} \right]$$

ou

$$a_{\overline{4}|i} - 4(1+i)^{-4} < 2 \left[1 + a_{\overline{8}|i} - 1 - a_{\overline{4}|i} - 9(1+i)^{-9} + 5(1+i)^{-5} \right]$$

ou

$$a_{\overline{4}|i} - 4(1+i)^{-4} < 2 \left[a_{\overline{4}|i} + (1+i)^{-4} a_{\overline{4}|i} - a_{\overline{4}|i} - 9(1+i)^{-9} + 5(1+i)^{-5} \right]$$

ou

$$S_{\overline{4}|i} - 4 < 2 \left[a_{\overline{4}|i} - 9(1+i)^{-5} + 5(1+i)^{-1} \right]$$

onde

$$S_{\overline{n}|i} = (1+i)^n a_{\overline{n}|i}$$

Ora, para, por exemplo, $i = 0,5$ por período temos:

$$S_{\overline{4}|i} = 4 \approx 8,1875 > 2 \left[a_{\overline{4}|i} - 9(1+i)^{-5} + 5(1+i)^{-1} \right] \approx 6,5062$$

Por conseguinte, como já tínhamos previsto, para certas taxas no intervalo $(0, \infty)$, a condição \underline{h} não será satisfeita, impedindo-nos, assim, de assegurar a existência de uma única taxa interna de retôrno positiva.

Tentemos, então, uma segunda abordagem. Para tanto, seguindo [18], introduziremos o conceito de balanço de um projeto no fim do período \underline{j} e à taxa \underline{i} por período, que representaremos por $M_{\underline{j}}(i)$, e que é definido através a seguinte relação:

$$M_{\underline{j}}(i) = \sum_{k=0}^{\underline{j}} a_k (1+i)^{j-k}$$

Ou seja, $M_{\underline{j}}(i)$ é o montante do projeto, na época \underline{j} e à taxa \underline{i} , considerando-se apenas os fluxos de caixa não posteriores à essa época.

Em particular, para $\underline{j} = n$, o balanço é chamado de montante do projeto, sendo representado simplesmente por $M(i)$, e apresenta a seguinte relação com o valor atual dos projeto:

$$\underline{j} = n \implies M_n(i) = M(i) = \sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{n-j} = (1+i)^n \sum_{j=0}^n (1+i)^{-j} = (1+i)^n V(i)$$

Notemos que a função balanço pode ser definida recursivamente através das relações:

$$M_0(i) = a_0$$

$$M_j(i) = (1+i) M_{j-1}(i) + a_j, \quad j = 1, \dots, n$$

Por definição, um projeto é dito ser do tipo investimento puro, à taxa i se $M_j(i) < 0$ para $j = 0, 1, \dots, n-1$

Teorema C

A função montante de um projeto que é do tipo investimento puro para todo $i \geq 0$, é estritamente decrescente ao longo do intervalo $[0, \infty)$.

Demonstração

Ainda seguindo [18], faremos a demonstração por indução.

Da definição de balanço, temos que:

$$\frac{d M_0(i)}{di} = \frac{d a_0}{di} = 0$$

$$\frac{d M_1(i)}{di} = \frac{d}{di} (1+i) M_0 + a_1 =$$

$$= M_0(i) + (1+i) \frac{d M_0(i)}{di} + \frac{d a_1}{di} = M_0(i)$$

Logo $d M_1(i)/di < 0$, pois, por hipótese, o projeto é do investimento puro, e, portanto, $M_j(i) \leq 0$ para $j = 0, 1, \dots, n-1$.

Suponhamos agora que $d M_k(i)/di < 0$, então:

$$\frac{d M_{k+1}(i)}{di} = M_k(i) + (1+i) \frac{d M_k(i)}{di} < 0$$

já que a primeira parcela é, por hipótese, nula ou negativa, e a segunda é negativa.

Então, por indução, $d M_n(i)/di < 0$ e $M_n(i) = M(i)$ é estritamente decrescente ao longo do intervalo $[0, \infty)$.

NOTA

Obviamente, o único tipo de projeto que se encaixa, aprioristicamente, nas condições do teorema C é o tipo particular de projeto convencional de investimento em que $a_0 < 0$ e $a_j \leq 0$ para $j = 1, \dots, n-1$. Ou seja, o teorema C só é válido, a priori, no caso de projetos nos quais as receitas só excedem às despesas no último período de sua vida.

Por outro lado, sendo um projeto de investimento caracterizado pelo fato de ter-se $a_0 < 0$, é fácil verificar, partindo da definição de balanço, existir uma taxa $i = i_{\min} > -1$, a partir da qual o projeto será de investimento puro. Então, como extensão do teorema C, podemos afirmar que a função montante de um projeto de investimento convencional será estritamente decrescente ao longo do intervalo $[i_{\min}, \infty)$; em particular, se $i_{\min} \leq 0$,⁺ o teorema C será válido no intervalo $[0, \infty)$.

Corolário do Teorema C

Todo o projeto no qual $M(0) = V(0) = \sum_{j=0}^n a_j > 0$ e que for do tipo investimento puro para todo $i > 0$, terá uma única taxa interna de retorno positiva.

⁺ Como exemplo de caso em que $i_{\min} < 0$ temos o projeto no qual:

$$a_0 = -1000; a_1 = -1500; a_2 = 2000; a_3 = -1000; a_4 = 2000.$$

Pois, tomando-se $i = -0,1$, por exemplo, teremos que:
 $M_0(-0,1) = a_0 = -1000 < 0$; $M_1(-0,1) = (1-0,1) M_0(-0,1) + a_1 = -900 - 1500 = -2400 < 0$; $M_2(-0,1) = (1-0,1) M_1(-0,1) + a_2 = -2160 + 2000 = -160 < 0$ e $M_3(-0,1) = (1-0,1) M_2(-0,1) + a_3 = -144 - 1000 = -1144 < 0$.

Demonstração

Sendo a função montante uma função contínua, pois é um polinômio em i , e, de acordo com o teorema C, estritamente decrescente no intervalo $[0, \infty)$, segue-se que, sendo

$$\lim_{i \rightarrow \infty} M(i) = \lim_{i \rightarrow \infty} (1+i)^n \sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{-j} = -\infty, \text{ haverá uma taxa } i \in (0, \infty), \text{ e}$$

que será única, raiz da equação

$$M(i) = \sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{n-j} = 0.$$

Ora, sendo $V(i) = (1+i)^{-n} M(i)$ e como $(1+i)^{-n} > 0$ para todo $i > 0$, teremos:

$$M(i) = 0 \Rightarrow V(i) = 0$$

Portanto, haverá uma única taxa interna de retorno positiva.

OBSERVAÇÃO

Segundo [18] o teorema C tem como consequência a afirmativa de que, também, a função valor atual seja estritamente decrescente no intervalo $[0, \infty)$, no caso de projetos do tipo investimento puro para todo o $i \geq 0$. Discordamos, porém, dessa afirmativa, pois que:

$$V(i) = (1+i)^{-n} M(i)$$

Seja i^* a taxa $\in (0, \infty)$ tal que $M(i^*) = 0$. Então, sendo

$$\frac{dV(i)}{di} = -n(1+i)^{-n-1} M(i) + (1+i)^{-n} \frac{dM(i)}{di}$$

e como, por hipótese, a segunda parcela é negativa, o sinal de $dV(i)/di$ dependerá não só do sinal mas, também, do valor assumido pela primeira parcela.

Ora, para $i \in [0, i^*)$ teremos que $M(i) > 0$, e, portanto, a primeira parcela também será negativa, implicando que $V(i)$ seja monótona decres-

cente no intervalo $[0, i^*]$.⁺

Porém, para $i > i^* \Rightarrow M(i) < 0$, fazendo com que a primeira parcela passe a ser positiva. Logo, para que $dV(i)/di < 0$ para $i \in (i^*, \infty)$, é necessário que:

$$\left| (1+i)^{-n} \frac{dM(i)}{di} \right| > \left| n(1+i)^{-n-1} M(i) \right|$$

ou, multiplicando-se ambos os membros por $(1+i)^{n+1}$, que é positivo para $i > 0$:

$$\left| (1+i) \frac{dM(i)}{di} \right| > \left| n M(i) \right| \quad (I)$$

relação que não podemos, a priori, garantir ser verdadeira para todo $i \in (i^*, \infty)$

Em particular, consideremos o projeto caracterizado por:

$$a_0 = -100; a_1 = -200; a_2 = 400$$

o qual, como se verifica facilmente, é do tipo investimento puro para todo $i \geq 0$.

Temos que:

$$M(i) = -100(1+i)^2 - 200(1+i) + 400$$

$$\therefore M(4) = -100 \times 25 - 200 \times 5 + 400 = -3100$$

$$\frac{dM(i)}{di} = -200(1+i) - 200 < 0 \text{ para todo } i \geq 0$$

$$\therefore \left. \frac{dM(i)}{di} \right|_{i=4} = -200 \times 5 - 200 = -1200$$

⁺ Para $i = i^* \rightarrow M(i) = 0 \therefore dV(i)/di < 0$.

Então, $i = 4$ (taxa de 400% por período), implicará que:

$$i = 4 \rightarrow \begin{cases} (1 + i) \frac{dM(i)}{di} = 5 (-1200) = -6000 \\ n M(i) = 2 (-3100) = -6200 \end{cases}$$

Logo:

$$\left| (1 + i) \frac{dM(i)}{di} \right|_{i=4} = 6000 < | n M(i) |_{i=4} = 6200$$

e, portanto, como a relação (I) não é satisfeita, segue-se que:

$$\left. \frac{dV(i)}{di} \right|_{i=4} > 0$$

Por conseguinte o fato de que o montante seja decrescente, não implica que o valor atual também o seja.

Constatamos, então, que esta segunda abordagem também, é a priori, inconclusiva. A não ser no caso particular apontado, precisamos determinar, para o estudo dos demais tipos de projetos convencionais, a taxa mínima a partir da qual o projeto passa a ser de investimento puro.

A determinação de i_{\min} , além de ser trabalhosa, poderá deixar de nos dar a palavra final, pois, se a taxa mínima fôr positiva, não mais poderemos garantir a existência de uma única taxa interna de retôrno positiva.

Procuremos, então, olhar o problema sob uma nova ótica. Ora, a determinação de uma taxa interna de retôrno remonta, tão somente, à resolução da seguinte equação geral:

$$V(i) = \sum_{j=0}^n a_j (1+i)^{-j} = 0$$

ou, fazendo-se $x = (1+i)^{-1}$, esta equação pode ser escrita como:

$$a_0 + a_1 x + a_2 x^2 + \dots + a_n x^n = 0$$

Mas esta última é uma equação algébrica do grau n em x (e, em virtude do teorema binominal, do grau n em i), a qual, como sabemos pelo teorema fundamental da álgebra, terá n raízes. Portanto, ao menos teoricamente, todo projeto com vida igual a n períodos, terá n taxas internas de retorno.⁺ Obviamente, do ponto de vista econômico, só terão significado as raízes (taxas) positivas, carecendo pois de interesse as raízes negativas e as complexas. Logo, se, dado o projeto, soubermos quantas raízes positivas e distintas obtivermos ao igualar o seu valor atual a zero, o nosso problema estará resolvido.

Afortunadamente, no estudo da álgebra superior, é conhecido o teorema devido a Descartes, o qual é um corolário de um teorema mais geral dito de Budin - Fourier (com referência a [6], pag. 192), que diz:

"O número de raízes positivas da equação

$$f(x) = a_0 + a_1 x + \dots + a_n x^n = 0$$

não ultrapassa o número de variações na sequência dos sinais dos coeficientes, e se for inferior diferirá de um número par".

Por conseguinte, projetos de investimento do tipo convencional, sendo caracterizados por somente uma variação na sequência dos sinais dos fluxos de caixa, apresentarão uma, e somente uma, raiz x positiva.

Seja x^* essa raiz; como $x = (1 + i)^{-1}$, a taxa interna de retorno, i^* , será $i^* = (1 - x^*)/x$. Logo, esta taxa só terá significado econômico no sentido de ser positiva, se $x^* < 1$. Porém, como, aprioristicamente, um projeto de investimento só será considerado se $\sum_{j=0}^n a_j > 0$, poderemos garantir que a condição acima será satisfeita ($x^* < 1$). Isto porque, se $V(0) = \sum_{j=0}^n a_j > 0$, como $\lim_{i \rightarrow \infty} V(i) = a_0 < 0$, existirá ao menos uma $i^* > 0$; então, como só existe um $x^* > 0$, concluímos que este deve ser inferior a unidade.

⁺Incluindo-se, evidentemente, todas as raízes não simples.

3 - CASO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO DO TIPO NÃO CONVENCIONAL

Agora, como um projeto não convencional de investimento é caracterizado pelo fato de haver períodos em que as despesas excedem as receitas, alternando-se com períodos nos quais as receitas superam as despesas, o Teorema de Descartes permite-nos prever a possibilidade da existência de mais de uma raiz $i^* > 0$ que seja solução da equação $V(i) = 0$.

Inicialmente, procuremos a justificativa econômica da existência de projetos não convencionais e depois passemos a tentar a interpretação de múltiplas taxas internas de retorno.

Uma primeira possibilidade de análise de um projeto de investimento do tipo não convencional pode surgir quando, ao procurarmos a determinação da taxa fisheriana, tomamos a diferença entre os fluxos de caixa de dois projetos que são mutuamente exclusivos. Como exemplo, e a título de ilustração, consideremos os seguintes projetos, que são considerados mutuamente exclusivos:

$$A: a_0 = -1000; a_1 = 400; a_2 = 300; a_3 = 300; a_4 = 200.$$

$$B: b_0 = -1500; b_1 = 350; b_2 = 500; b_3 = 250; b_4 = 800.$$

A taxa fisheriana será a taxa interna de retorno associada ao "projeto" cujos fluxos de caixa são dados pelas diferenças entre os fluxos de A e de B; ou seja, do seguinte "projeto":

$$C: c_0 = -500; c_1 = -50; c_2 = 200; c_3 = -50; c_4 = 600.$$

O "projeto" C é do tipo de investimento não convencional, e, como apresenta 3 variações de sinal de sequência de seus fluxos de caixa, poderá ter 3 taxas internas de retorno positivas.

Uma segunda possibilidade de ocorrência comum como apontado em [13] pág. 65, é a análise de um investimento em mina de carvão, por exemplo. "O problema é que uma mina de carvão envolve algum investimento inicial, a seguir gera um fluxo positivo de renda durante alguns anos, e então requer um custo positivo para que a mina seja fechada por razões de segurança".

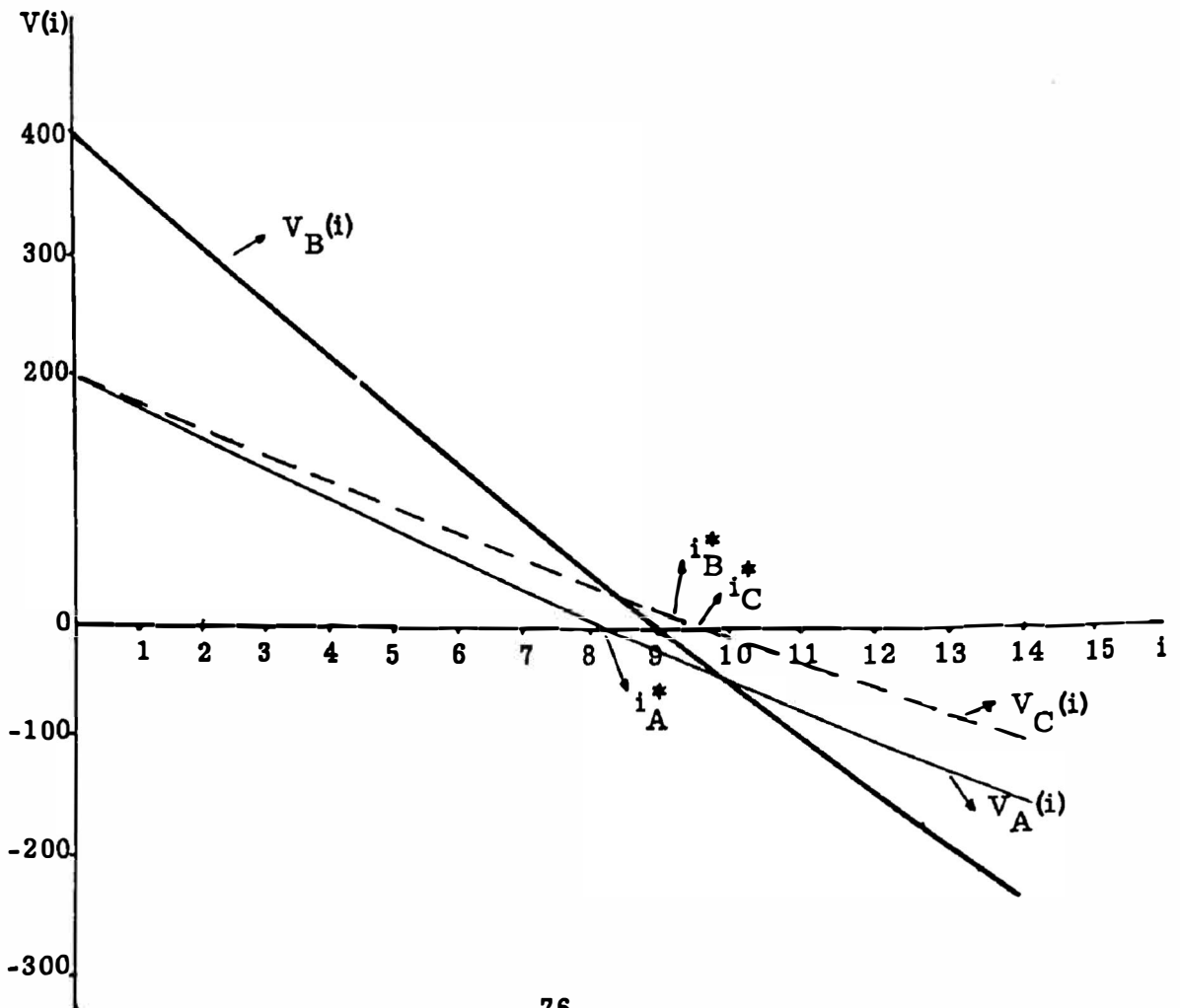
Vejamos, agora, a interpretação de taxas múltiplas. Primeiramen-

te, consideremos o caso do "projeto" fisheriano. Ora, como a taxa "fisheriana" é a taxa para o qual os valores atuais dos dois projetos que estão sendo cotejados são iguais, é perfeitamente admissível, dispensando a busca de outras explicações, haver mais de uma taxa $i > 0$ que faça com que isso aconteça.

Convém notar que a existência de mais de uma variação de sinal é condição necessária, mas não suficiente, para a ocorrência de múltiplas soluções. Em particular, no caso do nosso exemplo, temos:

i (%)	$V_A(i)$	$V_B(i)$	$V_C(i) = V_B(i) - V_A(i)$	i (%)	$V_A(i)$	$V_B(i)$	$V_C(i)$
0	200	400	200	8,5	2,7	20,3	17,6
1	173,5	348,1	174,6	9	7,2	1,7	8,9
2	148,0	298,4	150,4	9,5	16,9	16,5	0,4
3	123,4	250,7	127,3	10	-26,4	-34,4	-8,0
4	99,6	204,9	105,3	11	-45,1	-69,1	-24,0
5	76,8	161,0	84,2	12	-63,1	-102,5	-39,4
6	54,7	118,8	64,1	15	-113,7	-195,8	-82,1
7	33,3	78,2	44,9	18	-159,8	-279,5	-119,7
8	12,7	39,2	26,5				

Gráficamente, teremos:



Vemos então que, embora o "projeto" C apresente 3 variações de sinal na sequência de seus fluxos de caixa, só tem uma taxa interna de retorno positiva, que é de, aproximadamente, 9,5% por período. Observemos ainda que, para taxas mínimas de atratividade $\rho < i_B^* \approx 9\%$, o projeto B será o preferível, pois, teremos $V_B(\rho) > 0$ e $V_B(\rho) > V_A(\rho)$.

Caso os projetos mutuamente exclusivos em estudo fôssem:

$$D: d_0 = -800; d_1 = 1200; d_2 = 200$$

e

$$E: e_0 = -400; e_1 = 320; e_2 = 683$$

o "projeto" fisheriano seria:

$$F: f_0 = -400; f_1 = 880; f_2 = -483$$

o qual apresenta duas variações de sinal.

Ora, procurar a(s) taxa(s) fisheriana(s) equivale a procurar taxa(s) $i > 0$ que satisfaça(m) à equação:

$$\sum_{j=0}^2 f_j (1+i)^{-j} = 0$$

ou

$$-400 + 880(1+i)^{-1} - 483(1+i)^{-2} = 0$$

$$\text{Fazendo-se } (1+i)^{-1} = x, \text{ vem: } -483x^2 + 880x - 400 = 0$$

$-483x^2 - 8,8x + 4 = 0 \rightarrow$ que é uma simples equação de segundo grau em x .

Resolvendo-se esta última, teremos:

$$x = \frac{8,8 \pm \sqrt{77,44 - 72,28}}{9,66} = \frac{8,8 \pm \sqrt{0,16}}{9,66}$$

$$= \frac{8,8 \pm 0,4}{9,66} \rightarrow \begin{cases} x_1 = 9,2/9,66 \\ x_2 = 8,4/9,66 \end{cases}$$

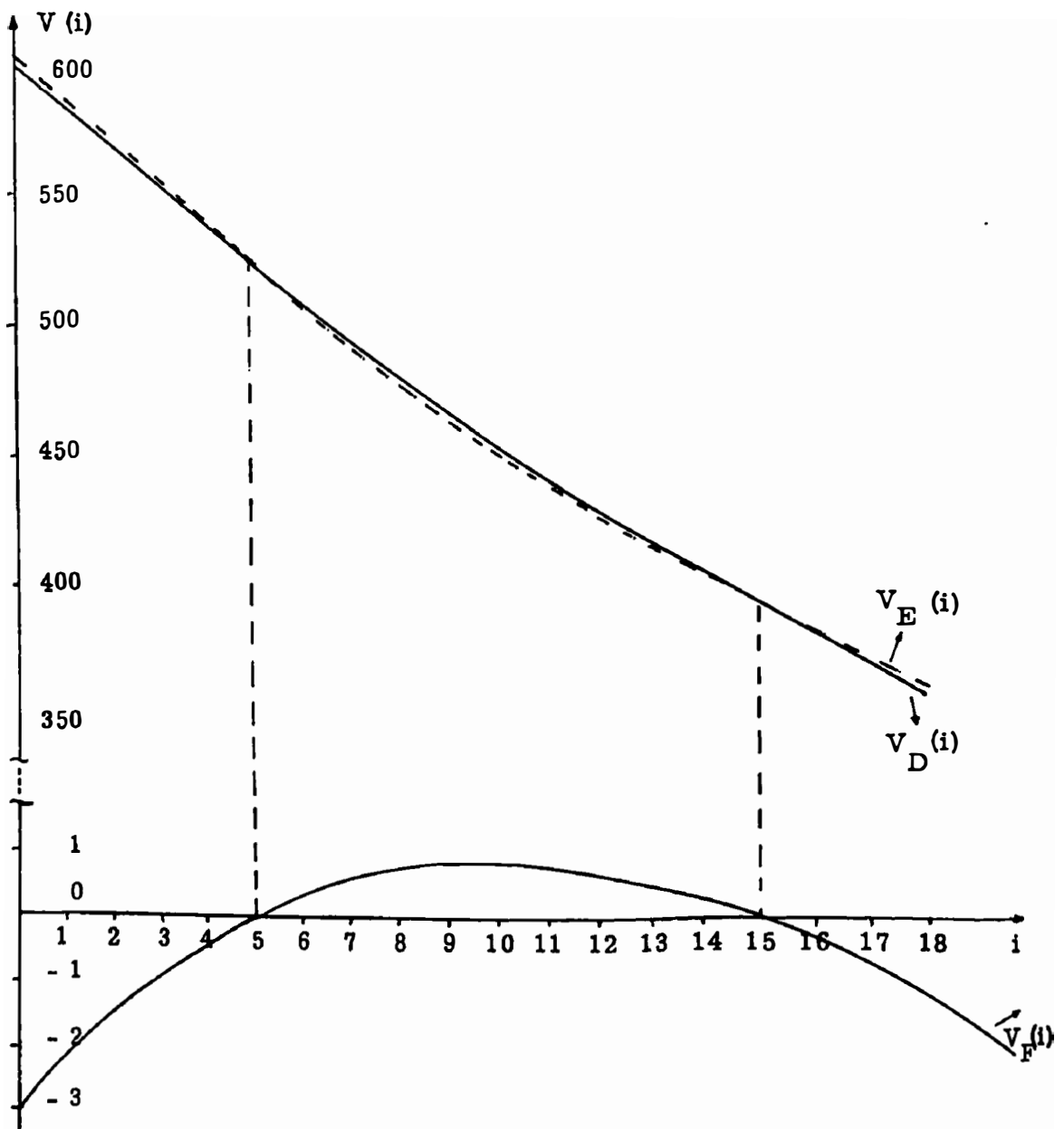
Portanto, sendo $i = x^{-1} - 1$, as taxas fisherianas serão:

$$i_1^* = \frac{9,66}{9,2} - 1 = 0,05$$

$$i_2^* = \frac{9,66}{8,4} - 1 = 0,15$$

Estas duas taxas significam tão-sòmente que os projetos D e E são equivalentes (apresentam o mesmo valor atual) se $i = 5\%$ ou se $i = 15\%$ por período.

Gràficamente, teríamos:



i (%)	$V_D(i)$	$V_E(i)$	$V_F(i)$	i (%)	$V_D(i)$	$V_E(i)$	$V_F(i)$
0	600,0	603,0	- 3,0	7	496,2	495,6	0,6
1	584,2	586,4	- 2,2	8	482,6	481,9	0,7
2	568,7	570,2	- 1,5	9	469,3	468,5	0,8
3	553,6	554,5	- 0,9	10	456,2	455,4	0,8
4	538,8	539,2	- 0,4	11	443,4	442,6	0,8
5	524,3	524,3	0	12	430,9	430,2	0,7
6	510,1	509,8	0,3	15	394,7	394,7	0
				18	360,6	361,7	- 1,1

Vemos, claramente, que, para $0,05 < i < 0,15$, teremos $V_D(i) > V_E(i) > 0$; então, para taxas mínimas de atratividade p ($0,05; 0,15$) o projeto D deverá ser o preferível. Em caso contrário, $p > 0,15$ ou $p < 0,05$, o projeto E será o mais interessante. Em particular, se $p = 0,05$ ou $p = 0,15$, ficaremos indiferentes entre os projetos D e E.

Convém frisar que as taxas $i_1^* = 0,05$ e $i_2^* = 0,15$, "taxas internas de retôrno" do "projeto" F, não têm outro significado senão o de serem tais que $V_D(i) = V_E(i)$.

Suponhamos agora que o projeto F fôsse não mais um projeto fisheriano, e sim uma alternativa com características próprias. Como existe inversão de sinal, podemos, realmente, caracterizar a proposta F como sendo um projeto de investimento? Até a época 1, certamente, pois, estaríamos investindo 400 unidades de capital objetivando-se um retôrno de 880. Porém, na época 2, teremos um nôvo gasto, e, então, parte da receita auferida na época 1 deverá ser reservada para o seu financiamento. Parece, assim, que a proposta F pode ser decomposta em duas partes: um investimento seguido de um financiamento.

Caracterizemos melhor o que seja uma proposta de financiamento. Um projeto de financiamento pode ser assimilado ao caso em que pedimos emprestado um certo capital, com a obrigação de restituí-lo, normalmente acrescido de juros à uma certa taxa, por meio de pagamentos efetuados tempos depois.

Um projeto de financiamento será dito simples se a êle estiver associada uma série de fluxos de caixa com as seguintes características:

$$a_0 > 0; a_j \leq 0, j = 1, 2, \dots, n-1 \text{ e } a_n < 0$$

O projeto será do tipo convencional de financiamento se:

$$a_0 > 0; a_j \geq 0, j = 1, 2, \dots, k; a_j \leq 0, j = k + 1, \dots, n-1 \text{ e } a_n < 0.$$

Como um corolário imediato do teorema A, teremos que a função valor atual de um projeto de financiamento simples será estritamente crescente e côncava para taxa no intervalo $[0, \infty)$, e, como um corolário do teorema B, se $a_0 < -\sum_{j=1}^n a_j$ (condição normalmente exigida pelo financiador), teremos uma única taxa positiva que seja raiz da equação $V(i) = 0$. Ou seja, projetos de financiamento simples apresentarão uma única taxa interna de retôrno positiva.

Do ponto de vista econômico, esta taxa interna de retôrno poderia ser interpretada, sob a ótica do tomador, [3], como a menor taxa de atratividade para a qual o valor atual da proposta será positivo, sendo, portanto, desejável o empréstimo. Assim, se $i^* < \rho$, a proposta será interessante, pois $V(\rho) > 0$.

Também, como corolário do teorema C, um projeto do tipo convencional de financiamento que seja de financiamento puro para todo $i > 0$, isto é $M_j(i) \geq 0$ para $j = 0, 1, \dots, n-1$, terá a função montante estritamente crescente para $i > 0$, e se $M(0) = V(0) = \sum_{j=0}^n a_j < 0$, haverá uma única taxa interna de retôrno positiva, a qual terá interpretação análoga ao caso de financiamento simples.

Retornando ao caso do projeto F, vemos, no gráfico, que sua função valor atual apresenta um trecho crescente, característico aos projetos de financiamento, e, outro decrescente, peculiar às propostas do investimento. Tal fato vem corroborar a nossa análise inicial, ou seja, estamos diante de uma proposta que não pode ser identificada nem como de financiamento nem como de investimento.

Então, as soluções da equação $V(i) = 0$ para um projeto não convencional carecerão da interpretação econômica usualmente associada aos projetos de investimento ou de financiamento, significando, tão somente, que, para estas

taxas, ficaremos indiferentes entre aceitar o projeto ou investir na proposta alternativa. Por êsse motivo preferimos, ao invés de tentar discutir possíveis outras interpretações⁺ para as taxas múltiplas, adotar a determinação de valor atual à taxa mínima de atratividade como o critério decisivo.

⁺ Aos interessados na questão da discussão de taxas múltiplas recomendamos as referências [19] e [13].

APÊNDICE II
NOTAS SÔBRE O USO DA CAPITALIZAÇÃO CONTÍNUA

1 - CONCEITUAÇÃO E DEDUÇÃO DE FÓRMULAS

Embora na prática esteja disseminado o uso da capitalização periódica (descontínua), o emprêgo da capitalização contínua, conduzindo a uma função exponencial cujas propriedades matemáticas, como apontado em [14], são notáveis e particularmente fáceis de serem utilizadas, traria, no mínimo, maiores vantagens no manuseio de fórmulas.

No caso em que os fluxos de caixa, como vimos supondo até então, estejam concentrados no fim de cada período de tempo, a adoção da capitalização contínua, a uma taxa periódica nominal, δ , conversível instantaneamente ao longo do período, conduziria aos mesmos resultados que os obtidos mediante o emprêgo da capitalização descontínua, a uma taxa i por período e tal que $\delta = i \cdot m$ (onde \lg é adotado como símbolo de logarítmo neperiano). Isso porque, e nos remetemos ou a [5] ou a [6], investindo um mesmo capital, durante um mesmo prazo, segundo cada um dos dois regimes de capitalização, respectivamente, às taxas consideradas, os dois regimes serão equivalentes se conduzirem a um mesmo montante, ou seja:

$$C (1 + i)^n = C \cdot e^{\delta \cdot n}$$

Então, efetuando-se as simplificações pertinentes e tomando-se os logarítimos neperianos de ambos os membros da igualdade acima, a condição de equivalência implicará a seguinte relação entre as taxas:

$$\lg(1+i) = \delta$$

Adotando-se capitalização contínua à taxa nominal δ , o valor atual de um projeto do tipo que vimos estudando será dado por:

$$V(\delta) = \sum_{j=0}^n a_j \cdot e^{-\delta \cdot j}$$

E a taxa interna de retorno, efetiva e periódica $i^* = e^{\delta^*} - 1$, será obtida procurando-se a raiz δ^* , real e não negativa, da equação:

$$V(\delta) = \sum_{j=0}^n a_j \cdot e^{-\delta \cdot j} = 0$$

Então, desde que disponhamos de tabelas que apresentem os valores assumidos por $e^{-\delta \cdot j}$ para vários valores de δ e de j , a adoção da capitalização contínua à taxa δ ou descontínua à taxa $i = e^{\delta} - 1$, seria, no caso de ser válida a hipótese de fluxos de caixa concentrados em pontos no tempo, meramente uma questão de gosto pessoal do analista.

Porém em certos casos, como apontado em [8] apêndice B, a suposição de fluxos concentrados em pontos no tempo deixa de ser válida. Nessa eventualidade, como já mencionamos, seria mais correto admitir-se que os fluxos estão uniformemente⁺ distribuídos ao longo de cada período, e não concentrados no fim (início) de cada período. Nesses casos, torna-se imperativo o uso do regime de capitalização contínua, valendo, pois, abordar o assunto.

Consideremos o caso em que tenhamos uma unidade de capital uniformemente distribuída² ao longo do período compreendido entre as épocas 0 e 1. O seu valor atual, na época zero e à taxa nominal δ , será:

⁺ Em alguns casos a lei de distribuição dos fluxos poderá não ser uniforme, mas linear ou segundo um outro processo de formação. De uma maneira geral representaremos um fluxo contínuo cuja dimensão é unidade de capital por unidade de tempo, por $Q(t)$.

² $Q(t) = 1$.

$$V(\delta) = \int_0^1 1 \cdot e^{-\delta \cdot t} dt = \left[-\frac{1}{\delta} e^{-\delta \cdot t} \right]_0^1 = \frac{e^{-\delta} - 1}{\delta \cdot e^{\delta}}$$

ou, em função da taxa periódica efetiva $i = e^{\delta} - 1$:

$$V(i) = \frac{i}{(1+i) \lg(1+i)}$$

Então, caso essa unidade de capital esteja uniformemente distribuída ao longo do período compreendido entre as épocas k e $k+1$, e representando-se por $V^k(\delta)$ o seu valor atual na época k , o seu valor atual na época zero será:

$$V(\delta) = V^k(\delta) e^{-\delta \cdot k} = \frac{e^{-\delta} - 1}{\delta \cdot e^{\delta}} \times e^{-\delta \cdot k} = \frac{e^{-\delta} - 1}{\delta \cdot e^{\delta(k+1)}}$$

ou, em função da taxa efetiva i :

$$V(i) = \frac{i}{(1+i)^{k+1} \lg(1+i)}$$

No caso em que o fluxo uniforme unitário se estende ao longo do intervalo de tempo entre as épocas 0 e k , o seu valor atual, na época zero e à taxa δ , será:

$$V(\delta) = \int_0^k Q(t) e^{-\delta \cdot t} dt = \int_0^k 1 \cdot e^{-\delta \cdot t} dt = \left[-\frac{1}{\delta} e^{-\delta \cdot t} \right]_0^k = \frac{e^{-\delta \cdot k} - 1}{\delta \cdot e^{\delta \cdot k}}$$

ou, em função da taxa i :

$$V(i) = \frac{(1+i)^k - 1}{(1+i)^k \lg(1+i)} = \frac{1 - (1+i)^{-k}}{\lg(1+i)} = \bar{a}_{\overline{k}|i}$$

Outras possibilidades para a lei de formação do fluxo poderiam ser abordadas, mas, como não são de ocorrência frequente, estudaremos ainda somente o caso do fluxo crescente linearmente com o tempo, por ser a contrapartida, no caso contínuo, das chamadas séries em gradiente (vide [7] ou [8], por exemplo). Isto é, consideremos o caso onde $Q(t) = a \cdot t$, fluxo contínuo cres

cente linearmente à taxa a por período, para o caso particular onde a é igual a um.

Se o fluxo $Q(t) = t$ se estender entre as épocas 0 e k , o seu valor atual, à taxa δ e na época zero, será:

$$V(\delta) = \int_0^k Q(t) e^{-\delta \cdot t} dt = \int_0^k t \cdot e^{-\delta \cdot t} dt$$

Integrando-se por partes, fazendo-se $t = u$. $\therefore dt = du$ e $dv = e^{-\delta \cdot t} dt$
 $\therefore v = -\frac{1}{\delta} e^{-\delta \cdot t}$, vem:

$$\begin{aligned} V(\delta) &= \left[-\frac{t}{\delta} \cdot e^{-\delta \cdot t} \right]_0^k + \int_0^k \frac{1}{\delta} e^{-\delta \cdot t} dt = \\ &= -\frac{k}{\delta} e^{-\delta \cdot k} + \frac{1}{\delta} \left[-\frac{1}{\delta} e^{-\delta \cdot t} \right]_0^k = -\frac{k}{\delta} e^{-\delta \cdot k} - \frac{1}{\delta} \left(\frac{e^{-\delta \cdot k}}{\delta} - \frac{1}{\delta} \right) = \\ &= \frac{1}{\delta} \left[\frac{1}{\delta} - \left(\frac{1}{\delta} + k \right) e^{-\delta \cdot k} \right] \end{aligned}$$

ou, em função da taxa periódica efetiva i :

$$\begin{aligned} V(i) &= \frac{1}{\lg(1+i)} \left[\frac{1}{\lg(1+i)} - \left(\frac{1}{\lg(1+i)} + k \right) (1+i)^{-k} \right] = \\ &= \overline{(i \ a)} \left. \vphantom{\overline{(i \ a)}} \right]_k i \end{aligned}$$

Convém notar que êsse caso é diferente daquele em que se toma o fracionamento limite das séries crescentes em progressão aritmética de razão unitária e igual ao primeiro termo. Neste último caso, no limite, teremos uma unidade de capital uniformemente distribuída ao longo do primeiro período, seguida por duas unidades de capital uniformemente distribuídas ao longo do segundo período, etc., [6]. Agora, o valor atual, na época zero e à taxa nominal δ , será:

$$\begin{aligned}
V(\delta) &= \int_0^1 1 \cdot e^{-\delta \cdot t} dt + e^{-\delta} \int_1^2 2 \cdot e^{-\delta \cdot t} dt + e^{-2\delta} \int_2^3 3 \cdot e^{-\delta \cdot t} dt + \\
&+ \dots + e^{-(k-1)\delta} \int_{k-1}^k k \cdot e^{-\delta \cdot t} dt = \\
&= \frac{e^\delta - 1}{\delta \cdot e^\delta} + 2 \times \frac{e^\delta - 1}{\delta \cdot e^{2\delta}} + 3 \times \frac{e^\delta - 1}{\delta \cdot e^{3\delta}} + \dots + k \times \frac{e^\delta - 1}{\delta \cdot e^{k\delta}} = \\
&= \frac{e^\delta - 1}{\delta} (e^{-\delta} + 2 \cdot e^{-2\delta} + 3 \cdot e^{-3\delta} + \dots + k \cdot e^{-k\delta}) = + \\
&= \frac{e^\delta - 1}{\delta} \times \frac{e^{-\delta}}{(1 - e^{-\delta})^2} \left[1 - e^{-\delta \cdot k} (1 + k - k \cdot e^{-\delta}) \right]
\end{aligned}$$

ou, em função da taxa efetiva i :

$$V(i) = \frac{1}{\lg(1+i)} \left[\frac{1}{d} - \left(\frac{1}{d} + k \right) (1+i)^{-k} \right] = (I \bar{a})_{\overline{k}|i}$$

onde $d = \frac{i}{1+i}$

Uma vez de posse de tabelas que apresentem os valores numéricos assumidos pelos valores atuais estudados, para diversos prazos (n) e taxas efetivas (i) ou nominais (δ), estaríamos aptos a analisar, usando a mesma siste-

+ Fazendo-se $b = e^{-\delta}$, a soma dos termos entre parêntesis pode ser escrita como: $S = \sum_{k=1}^n k \cdot b^k$. Então, admitindo-se $b \neq 1 \rightarrow \delta \neq 0$, subtraindo-se de S

o produto $b \cdot S$, vem: $S(1-b) = \sum_{k=1}^n k \cdot b^k - \sum_{k=1}^n k \cdot b^{k+1} = -n \cdot b^{n+1}$

+ $\sum_{k=1}^n b^k$. Observando-se que $\sum_{k=1}^n b^k$ é a soma dos n primeiros termos de uma

progressão geométrica de razão e primeiro termo iguais a b , temos que:

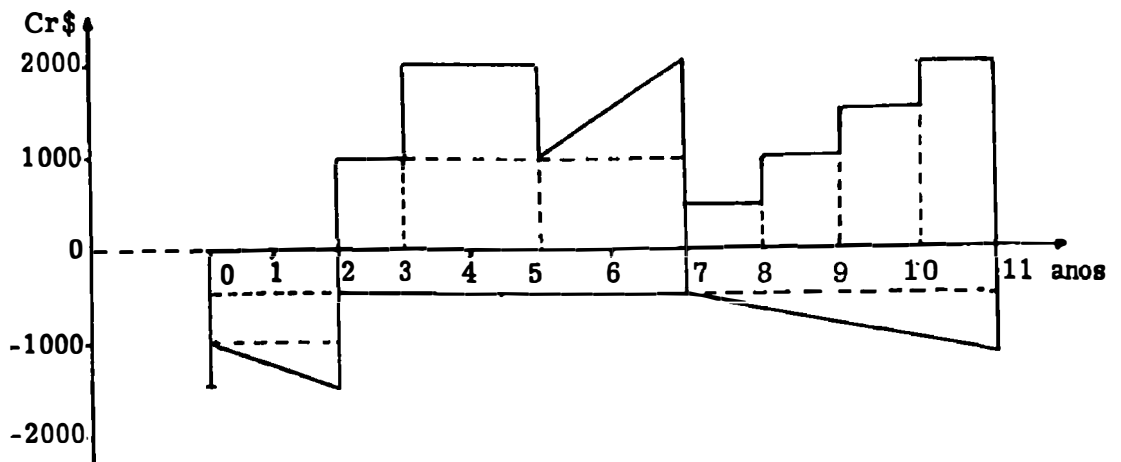
$$S(1-b) = \frac{b - b^{n+1}}{1-b} - n \cdot b^{n+1}. \text{ Logo } S = \frac{b}{(1-b)^2} \left[1 + b^n (1 + n - n \cdot b) \right]$$

mática vista para o caso descontínuo, projetos para os quais seja mais adequada a adoção da convenção de fluxos de caixa contínuos.

Devido a escassez de publicações com tais tabelas, não sendo do nosso conhecimento nenhum trabalho em língua portuguesa que as apresente, achamos por bem complementar êste apêndice com uma tabela que encerra os valores atuais estudados, em função da taxa efetiva e periódica i , ilustrando sua utilização para o caso do seguinte exemplo, construído tão somente com finalidade didática.

Seja um projeto que requer um investimento inicial (instantâneo) de Cr\$ 1 500,00. Durante seu período de construção, que suporemos ser de 2 anos, serão dispendidos Cr\$ 1 000,00, uniformemente distribuídos ao longo desse período, havendo ainda despesas crescentes linearmente com o tempo, à taxa de Cr\$ 250,00 por ano, durante êsse mesmo prazo. No decorrer da fase de operação, do início do 3º ano ao fim do 11º ano (fim da vida do projeto), está previsto um custo de Cr\$ 500,00, uniformemente distribuído, sendo que, a partir do início do 8º ano, haverá um acréscimo de despesas com crescimento linear à taxa de Cr\$ 150,00 por ano.

Essa sucessão de desembolsos é melhor visualizada no esquema abaixo, ao qual sobrepomos uma sucessão de receitas e cuja interpretação passa a ser imediata.



a) Sendo considerada uma taxa efetiva de 12% a. a. (o que corresponde a uma taxa nominal de 11,33% a. a. com capitalização instantânea) o valor atual desse projeto será:

$$\begin{aligned}
 V(12\%) = & -1500 - 500 \cdot \bar{a}_{\overline{2}|12} - 250 \cdot (\bar{I}\bar{a})_{\overline{2}|12} - 500 \cdot \bar{a}_{\overline{11}|12} \\
 & - 150 \cdot (\bar{I}\bar{a})_{\overline{4}|12} \cdot (1 + 0,12)^{-7} + 1000 \cdot \bar{a}_{\overline{5}|12} \cdot (1 + 0,12)^{-2} \\
 & + 1000 \cdot \bar{a}_{\overline{2}|12} \cdot (1 + 0,12)^{-3} + 500 \cdot (\bar{I}\bar{a})_{\overline{2}|12} \cdot (1 + 0,12)^{-5} \\
 & + 500 \cdot (\bar{I}\bar{a})_{\overline{4}|12} \cdot (1 + 0,12)^{-7}
 \end{aligned}$$

Da tabela anexa, para $i = 12\%$, tiramos os valores correspondentes aos símbolos indicados, obtendo:

$$\begin{aligned}
 V(12\%) = & -1500 - 500 \times 1,79 - 250 \times 1,72 - 500 \times 6,29 \\
 & - 150 \times 5,95 (1 + 0,12)^{-7} + 1000 \times 3,82 (1 + 0,12)^{-2} \\
 & + 1000 \times 1,79 (1 + 0,12)^{-3} + 500 \times 1,72 (1 + 0,12)^{-5} \\
 & + 500 \times 7,59 (1 + 0,12)^{-7}
 \end{aligned}$$

Lançando mão de uma tabela financeira comum, para a obtenção dos valores assumidos por $(1 + 0,12)^{-n}$, teremos:

$$V(12\%) = 153,3$$

Como o valor atual é positivo segue-se que, para a taxa mínima de atratividade considerada, esse projeto deve ser aceito.

b) Determinação da taxa interna de retorno.

Como para $i = 12\%$ a. a. como vimos acima, o valor atual do projeto é positivo, vejamos seu comportamento quando se adota uma taxa superior, 15% a. a. por exemplo. Teremos:

$$\begin{aligned}
V(15\%) = & -1500 - 500 \cdot \bar{a}_{\overline{2}|15} - 250 \cdot (\bar{I} \bar{a})_{\overline{2}|15} - 500 \cdot \bar{a}_{\overline{11}|15} \\
& - 150 (1 + 0,15)^{-7} \cdot (\bar{I} \bar{a})_{\overline{4}|15} + 1000 (1 + 0,15)^{-2} \cdot \bar{a}_{\overline{5}|15} \\
& + 1000 (1 + 0,15)^{-3} \cdot \bar{a}_{\overline{2}|15} + 500 (1 + 0,15)^{-5} \cdot (\bar{I} \bar{a})_{\overline{2}|15} \\
& + 500 (1 + 0,15)^{-7} \cdot (\bar{I} \bar{a})_{\overline{4}|15}
\end{aligned}$$

ou, lançando mão da tabela para $i = 15\%$:

$$\begin{aligned}
V(15\%) = & -1500 - 500 \times 1,74 - 250 \times 1,66 - 500 \times 5,62 \\
& - 150 \times 5,56 (1 + 0,15)^{-7} + 1000 \times 3,60 (1 + 0,15)^{-2} \\
& + 1000 \times 1,74 (1 + 0,15)^{-3} + 500 \times 1,66 (1 + 0,15)^{-5} \\
& + 500 \times 7,13 (1 + 0,15)^{-7} = -414,4
\end{aligned}$$

Como houve variação de sinal, concluímos que a taxa interna de retorno pertence ao intervalo (12%, 15%). Experimentemos, então, $i = 13\%$ a.a.; teremos:

$$V(13\%) = -14,7$$

Portanto, sem necessidade de recorrer a interpolação, vemos que a taxa interna de retorno deste projeto será levemente inferior a 13% a.a.

2 - INFLUÊNCIA DA ESCOLHA DA CONVENÇÃO RELATIVA AOS FLUXOS DE CAIXA NA SELEÇÃO DE PROJETOS

Usualmente, a variação da convenção de fluxos concentrados para a de fluxos contínuos, ou vice-versa, não trará influência na ordenação de projetos. Porém, em certos casos, a variação na convenção adotada pode levar a resultados conflitantes na seleção de projetos. Conforme apontado em [8], isso ocorre, particularmente, no caso em que tenhamos dois projetos, supostos in

dependentes, um dêles com vida superior a do outro.

Como ilustração,[†] consideremos os dois seguintes projetos:

A: investimento inicial de Cr\$ 20 000,00 e excesso de receitas em relação as despesas de Cr\$ 12 400,00 por ano, durante dois anos.

B: investimento inicial de Cr\$ 20 000,00 e excesso de receitas sôbre as despesas de Cr\$ 4 100,00 por ano, ao longo de 20 anos.

Considerando-se, de cada vez e para ambos os projetos, a adoção da hipótese de fluxos de caixa concentrados no fim de cada ano, e, a seguir, lançando mão da conversão de fluxos uniformes contínuos, obteremos a seguinte evolução para a função valor atual de cada um dos projetos:

i (% a. a.)	Fluxos Concentrados		Fluxos Contínuos	
	V _A (i)	V _B (i)	V _A (i)	V _B (i)
0	4 800	62 000	4 800	62 000
5	3 057	31 095	3 638	32 362
10	1 521	14 906	2 579	16 623
15	159	5 663	1 636	7 543
16	- 95	4 308	1 458	6 205
17	- 343	3 074	1 283	4 984
18	- 586	1 946	1 113	3 867
20	- 1 056	- 35	781	1 901
22	- 1 505	- 1 713	462	231
24	- 1 935	- 3 148	155	- 1 198
25	- 2 144	- 3 789	5	- 1 838

Notemos que, sendo válida a suposição de que os projetos sejam independentes, podemos lançar mão do critério da taxa interna para a seleção entre os mesmos. Ora, na hipótese de fluxos concentrados, temos:

$$\alpha_A \cong 16\% \text{ a. a.} < \alpha_B \cong 20\% \text{ a. a.} \implies B \text{ é preferível a A.}$$

[†] Adaptada de exemplo constante da obra citada.

Ao passo que, adotando-se o critério de fluxos uniformes contínuos, teremos:

$$\alpha_A \approx 25\% \text{ a. a. } > \alpha_B \approx 22,5\% \text{ a. a. } \implies A \text{ é preferível a B.}$$

Observemos porém que, usando o método do valor atual, teremos B preferível a A para taxas mínimas de atratividade inferiores a 20% a. a., tanto considerando-se a convenção de fluxos concentrados como a de fluxos contínuos.

3 - DESCRIÇÃO E USO DAS TABELAS

Nas tabelas anexas, para diversas taxas efetivas e para prazos que vão desde um até cem períodos, são apresentados os valores atuais assumidos pelos fluxos dos tipos estudados:

Assim, em cada página, que corresponde a uma taxa efetiva a qual é especificada no cabeçalho sob forma percentual, ⁺ é apresentado, na intersecção de cada coluna com a linha relativa ao prazo ou época considerados (o qual é indicado na primeira coluna), o valor atual na época zero de:

a) (na segunda coluna) - um fluxo unitário uniforme que se estenda entre as épocas \underline{n} e $\underline{n+1}$.

Por exemplo, considerada a taxa de 5% a. a., se desejarmos saber o valor atual na época zero de um fluxo de 500 unidades de capital (u. c.) que se distribua uniformemente entre o quinto e o sexto semestre, bastará multiplicar por 500 o número que, na página II. T-5, está situado na intersecção da linha relativa a $n = 5$ com a segunda coluna. Ou seja, o valor atual procurado será: $500 \times 0,7647$;

b) (na terceira coluna) - um fluxo unitário uniforme que se distribui da época zero até a época n ; $\bar{a}_{\overline{n}|i}$

⁺ No cabeçalho é também indicada a taxa nominal de capitalização contínua (δ) correspondente a taxa efetiva considerada (i), de acordo com a fórmula $\lg(1+i) = \delta$.

Considerada a taxa de 10% a. a. , que corresponde a uma taxa nominal anual de capitalização instantânea de cêrca de 9,53%, o valor atual de um fluxo de 180 u. c. por ano que se distribui uniformemente, a partir da época atual, ao longo de 15 anos, será:

$$180. \bar{a}_{\overline{15}|10} = 180 \times 7,98$$

Onde 7,98 foi retirado da página II. T-10, no encontro da linha correspondente a $n = 15$ com a terceira coluna.

c) (na quarta coluna) - um fluxo crescente linearmente a uma taxa unitária por período, e que se estende da época zero à época n ; $(\bar{I} \bar{a})_{\overline{n}|i}$

Assim, por exemplo, o valor atual de um fluxo que cresce linearmente, a partir de zero, à taxa de 100 u. c. por mês e durante 10 meses, será dado por:

$$100. (\bar{I} \bar{a})_{\overline{10}|i}$$

Então, admitindo-se uma taxa de 2% a. m. , tendo em vista o que consta da intersecção da linha relativa a $n = 10$ com a quarta coluna da página II. T-2, o valor atual procurado será:

$$100 \times 43,86$$

d) (na quinta coluna) - um fluxo unitário em gradiente que se estende entre as épocas zero e n ; $(I \bar{a})_{\overline{n}|i}$

Dêsse modo, o valor atual à taxa de 15% a. a. , de uma sucessão de fluxos uniformes em gradiente a razão de 120 u. c. por ano, e que se estende da época atual até o fim de 20 anos, será:

$$120. (I \bar{a})_{\overline{20}|15} = 120 \times 42,76$$

42, 76 constando do encontro da linha relativa a $n = 20$ com a quinta coluna da página II. T-15.

NOTA: Obviamente, o caso onde os fluxos dos 3 últimos tipos são iniciados em épocas outras que não a atual, pode ser tratado como indicado no exemplo do texto.

**VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA $i = 1.00\%$
(TAXA NOMINAL = 0.995%) DE UM FLUXO UNITÁRIO**

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.985191	0.995042	0.49676	0.99496
2	0.975437	1.980230	1.97362	2.96512
3	0.965779	2.955664	4.41121	5.89122
4	0.956217	3.921440	7.79055	9.75420
5	0.946749	4.877654	12.09259	14.53507
6	0.937375	5.824402	17.29891	20.21543
7	0.928094	6.761774	23.39091	26.77678
8	0.918905	7.689867	30.35079	34.20140
9	0.909807	8.608771	38.16070	42.47145
10	0.900799	9.518576	46.80301	51.56931
11	0.891881	10.419372	56.26047	61.47781
12	0.883050	11.311251	66.51621	72.18018
13	0.874307	12.194299	77.55355	83.65965
14	0.865651	13.068604	89.35582	95.89974
15	0.857080	13.934252	101.90692	108.88424
16	0.848594	14.791331	115.19094	122.59744
17	0.840192	15.639923	129.19196	137.02343
18	0.831873	16.480112	143.89445	152.14659
19	0.823637	17.311983	159.28329	167.95196
20	0.815482	18.135618	175.34332	184.42450
21	0.807408	18.951098	192.05997	201.54944
22	0.799414	19.758505	209.41849	219.31232
23	0.791499	20.557916	227.40439	237.69847
24	0.783662	21.349413	246.00389	256.69428
25	0.775903	22.133075	265.20299	276.28586
26	0.768221	22.908976	284.98769	296.45911
27	0.760615	23.677195	305.34476	317.20071
28	0.753084	24.437808	326.26099	338.49782
29	0.745628	25.190890	347.72315	360.33702
30	0.738246	25.936517	369.71848	382.70576
31	0.730936	26.674760	392.23415	405.59100
32	0.723699	27.405695	415.25798	428.98086
33	0.716534	28.129392	438.77751	452.86277
34	0.709440	28.845925	462.78067	477.22477
35	0.702415	29.555361	487.25547	502.05487
40	0.668324	32.998569	616.30423	632.82766
45	0.635888	36.274663	755.46996	773.63384
50	0.605025	39.391755	903.46690	923.19160
60	0.547722	45.179422	1221.30821	1243.93114
70	0.495845	50.418924	1561.44093	1586.68738
80	0.448883	55.162177	1916.79121	1944.41286
90	0.406368	59.456184	2281.42538	2311.19717
100	0.367879	63.343492	2650.39694	2682.11523

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 2.00%
(TAXA NOMINAL = 1.980%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.970749	0.990164	0.49347	0.99018
2	0.951715	1.960913	1.94796	2.93164
3	0.933054	2.912626	4.32565	5.78674
4	0.914759	3.845680	7.58979	9.51894
5	0.896823	4.760438	11.70469	14.09270
6	0.879238	5.657259	16.63571	19.47360
7	0.861998	6.536496	22.34924	25.62822
8	0.845096	7.398493	28.81283	32.52420
9	0.828525	8.243588	35.99473	40.13005
10	0.812280	9.072113	43.86434	48.41527
11	0.796353	9.884391	52.39190	57.35031
12	0.780738	10.680743	61.54861	66.90652
13	0.765430	11.461481	71.30654	77.05607
14	0.750421	12.226909	81.63855	87.77203
15	0.735707	12.977329	92.51838	99.02832
16	0.721281	13.713036	103.92063	110.79961
17	0.707139	14.434316	115.82054	123.06137
18	0.693273	15.141454	128.19427	135.78981
19	0.679680	15.834726	141.01863	148.96194
20	0.666353	16.514405	154.27126	162.55552
21	0.653287	17.180757	167.93037	176.54891
22	0.640477	17.834043	181.97491	190.92116
23	0.627919	18.474519	196.38453	205.65208
24	0.615607	19.102437	211.13961	220.72214
25	0.603536	19.718044	226.22093	236.11228
26	0.591702	20.321579	241.61009	251.80416
27	0.580100	20.913280	257.28916	267.78007
28	0.568726	21.493379	273.24094	284.02284
29	0.557574	22.062104	289.44863	300.51585
30	0.546641	22.619677	305.89613	317.24303
31	0.535923	23.166318	322.56773	334.18888
32	0.525415	23.702240	339.44839	351.33837
33	0.515112	24.227654	356.52348	368.67702
34	0.505012	24.742766	373.77887	386.19081
35	0.495110	25.247777	391.20089	403.86617
40	0.448436	27.628128	480.36584	494.22520
45	0.406163	29.784085	571.90504	586.84593
50	0.367874	31.736802	664.57851	680.49896
60	0.301785	35.107346	849.40255	867.01379
70	0.247569	37.872367	1028.67284	1047.67111
80	0.203093	40.140647	1198.41974	1218.55588
90	0.166607	42.001427	1356.27913	1377.34872
100	0.136676	43.527915	1501.04372	1522.87904

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 3.00%
(TAXA NOMINAL = 2.956%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.956666	0.985366	0.49027	0.98537
2	0.928802	1.942030	1.92290	2.89867
3	0.901750	2.870831	4.24259	5.68504
4	0.875485	3.772580	7.39648	9.29202
5	0.849986	4.648064	11.33400	13.66942
6	0.825229	5.498048	16.00681	18.76928
7	0.801193	6.323276	21.36875	24.54586
8	0.777857	7.124468	27.37571	30.95538
9	0.755201	7.902324	33.98556	37.95607
10	0.733205	8.657524	41.15808	45.50804
11	0.711850	9.390728	48.85492	53.57327
12	0.691116	10.102577	57.03942	62.11544
13	0.670987	10.793692	65.67665	71.09992
14	0.651443	11.464678	74.73328	80.49368
15	0.632469	12.116120	84.17759	90.26531
16	0.614048	12.748589	93.97929	100.38479
17	0.596163	13.362636	104.10955	110.82358
18	0.578799	13.958798	114.54090	121.55448
19	0.561941	14.537596	125.24724	132.55162
20	0.545574	15.099536	136.20368	143.79041
21	0.529683	15.645109	147.38657	155.24743
22	0.514256	16.174791	158.77342	166.90042
23	0.499277	16.689046	170.34289	178.72827
24	0.484735	17.188323	182.07465	190.71089
25	0.470617	17.673057	193.94944	202.82924
26	0.456910	18.143673	205.94899	215.06524
27	0.443602	18.600582	218.05594	227.40177
28	0.430681	19.044183	230.25387	239.82258
29	0.418137	19.474863	242.52719	252.31230
30	0.405958	19.892999	254.86117	264.85636
31	0.394134	20.298957	267.24186	277.44104
32	0.382655	20.693091	279.65610	290.05330
33	0.371509	21.075745	292.09141	302.68088
34	0.360689	21.447253	304.53603	315.31216
35	0.350183	21.807941	316.97888	327.93623
40	0.302071	23.459787	378.82138	390.60872
45	0.260569	24.884684	439.29178	451.79504
50	0.224770	26.113812	497.59970	510.72054
60	0.167250	28.088657	605.73038	619.84348
70	0.124450	29.558127	700.88449	715.73592
80	0.092602	30.651552	782.62234	798.02316
90	0.068905	31.465162	851.57911	867.38872
100	0.051272	32.070565	908.94344	925.05724

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA $i = 4.00\%$
 (TAXA NOMINAL = 3.922%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.942927	0.980644	0.48713	0.98065
2	0.906661	1.923570	1.89843	2.86650
3	0.871789	2.830230	4.16212	5.58647
4	0.838259	3.702019	7.21052	9.07361
5	0.806018	4.540277	10.97994	13.26490
6	0.775018	5.346295	15.41041	18.10100
7	0.745209	6.121311	20.44548	23.52611
8	0.716547	6.866520	26.03212	29.48777
9	0.688988	7.583067	32.12042	35.93669
10	0.662488	8.272054	38.66354	42.82655
11	0.637008	8.934541	45.61749	50.11392
12	0.612508	9.571549	52.94099	57.75800
13	0.588950	10.184056	60.59533	65.72059
14	0.566298	10.773005	68.54422	73.96587
15	0.544517	11.339302	76.75367	82.46032
16	0.523574	11.883819	85.19191	91.17259
17	0.503437	12.407393	93.82915	100.07333
18	0.484074	12.910829	102.63764	109.13519
19	0.465456	13.394902	111.59141	118.33257
20	0.447554	13.860357	120.66627	127.64167
21	0.430340	14.307910	129.83964	137.04028
22	0.413788	14.738250	139.09053	146.50774
23	0.397874	15.152037	148.39940	156.02486
24	0.382571	15.549910	157.74811	165.57381
25	0.367857	15.932480	167.11983	175.13806
26	0.353708	16.300336	176.49895	184.70231
27	0.340104	16.654044	185.87105	194.25242
28	0.327023	16.994148	195.22279	203.77531
29	0.314445	17.321170	204.54186	213.25897
30	0.302351	17.635615	213.81696	222.69231
31	0.290722	17.937966	223.03766	232.06518
32	0.279541	18.228688	232.19445	241.36828
33	0.268789	18.508228	241.27860	250.59311
34	0.258451	18.777017	250.28214	259.73192
35	0.248511	19.035467	259.19784	268.77769
40	0.204258	20.186044	302.25051	312.40941
45	0.167885	21.131734	342.36513	352.99995
50	0.137990	21.909023	379.22286	390.24887
60	0.093221	23.073006	442.86245	454.47424
70	0.062977	23.859351	493.71853	505.72606
80	0.042545	24.390578	533.38734	545.66222
90	0.028742	24.749455	563.77495	576.23045
100	0.019417	24.991900	586.72819	599.30569

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA $i = 5.00\%$
 (TAXA NOMINAL = 4.879%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.929521	0.975997	0.48404	0.97600
2	0.885258	1.905518	1.87454	2.83504
3	0.843103	2.790776	4.08408	5.49081
4	0.802956	3.633879	7.03151	8.86322
5	0.764720	4.436834	10.64154	12.87799
6	0.728304	5.201553	14.84439	17.46631
7	0.693623	5.929856	19.57540	22.56443
8	0.660594	6.623479	24.77475	28.11342
9	0.629137	7.284073	30.38711	34.05875
10	0.599178	7.913209	36.36134	40.35011
11	0.570646	8.512386	42.65026	46.94106
12	0.543472	9.083031	49.21037	53.78880
13	0.517593	9.626503	56.00155	60.85393
14	0.492945	10.144095	62.98693	68.10021
15	0.469472	10.637039	70.13263	75.49438
16	0.447116	11.106511	77.40753	83.00592
17	0.425825	11.553626	84.78311	90.60688
18	0.405547	11.979450	92.23330	98.27172
19	0.386236	12.384997	99.73426	105.97710
20	0.367844	12.771232	107.26428	113.70181
21	0.350327	13.139075	114.80356	121.42651
22	0.333645	13.489402	122.33416	129.13369
23	0.317757	13.823046	129.83980	136.80751
24	0.302626	14.140803	137.30579	144.43367
25	0.288215	14.443428	144.71888	151.99931
26	0.274491	14.731643	152.06718	159.49288
27	0.261420	15.006133	159.34005	166.90411
28	0.248971	15.267552	166.52802	174.22385
29	0.237115	15.516523	173.62267	181.44400
30	0.225824	15.753638	180.61659	188.55744
31	0.215071	15.979461	187.50329	195.55797
32	0.204829	16.194532	194.27713	202.44022
33	0.195076	16.399360	200.93323	209.19957
34	0.185786	16.594435	207.46745	215.83212
35	0.176939	16.780221	213.87630	222.33462
40	0.138637	17.584576	243.95793	252.82170
45	0.108626	18.214809	270.67884	279.86028
50	0.085111	18.708613	294.08439	303.51475
60	0.052251	19.398675	331.75831	341.53650
70	0.032078	19.822313	359.12321	369.11494
80	0.019693	20.082390	378.52365	388.64647
90	0.012090	20.242054	392.03049	402.23379
100	0.007422	20.340075	401.30272	411.55543

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 6.00%
(TAXA NOMINAL = 5.827%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.916438	0.971424	0.48100	0.97143
2	0.864564	1.887861	1.85120	2.80429
3	0.815626	2.752424	4.00841	5.39798
4	0.769459	3.568049	6.85914	8.66048
5	0.725905	4.337508	10.31796	12.50776
6	0.684816	5.063412	14.30691	16.86318
7	0.646053	5.748227	18.75488	21.65688
8	0.609484	6.394279	23.59713	26.82529
9	0.574985	7.003762	28.77477	32.31063
10	0.542438	7.578745	34.23432	38.06047
11	0.511734	8.121183	39.92729	44.02728
12	0.482768	8.632917	45.80974	50.16808
13	0.455442	9.115685	51.84199	56.44406
14	0.429662	9.571126	57.98823	62.82023
15	0.405342	10.000787	64.21624	69.26515
16	0.382398	10.406128	70.49705	75.75060
17	0.360753	10.788526	76.80475	82.25136
18	0.340333	11.149278	83.11616	88.74489
19	0.321069	11.489610	89.41065	95.21120
20	0.302895	11.810678	95.66992	101.63256
21	0.285750	12.113572	101.87778	107.99334
22	0.269576	12.399322	108.02001	114.27983
23	0.254317	12.668897	114.08414	120.48005
24	0.239921	12.923213	120.05933	126.58363
25	0.226341	13.163134	125.93622	132.58165
26	0.213529	13.389474	131.70680	138.46650
27	0.201443	13.603003	137.36427	144.23177
28	0.190040	13.804445	142.90295	149.87215
29	0.179283	13.994485	148.31816	155.38330
30	0.169135	14.173768	153.60613	160.76179
31	0.159562	14.342902	158.76392	166.00496
32	0.150530	14.502463	163.78931	171.11091
33	0.142009	14.652992	168.68078	176.07838
34	0.133971	14.795001	173.43739	180.90668
35	0.126388	14.928972	178.05872	185.59564
40	0.094444	15.493305	199.15279	206.97461
45	0.070575	15.915007	217.02401	225.05873
50	0.052738	16.230127	231.95404	240.14785
60	0.029449	16.641565	254.38447	262.78599
70	0.016444	16.871310	269.20695	277.72447
80	0.009183	16.999599	278.76664	287.34892
90	0.005128	17.071234	284.82107	293.43952
100	0.002864	17.111235	288.60184	297.24049

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 7.00%
(TAXA NOMINAL = 6.766%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.903665	0.966921	0.47801	0.96693
2	0.844547	1.870586	1.82842	2.77425
3	0.789296	2.715132	3.93502	5.30789
4	0.737660	3.504427	6.60310	8.46507
5	0.689402	4.242087	10.00841	12.15336
6	0.644301	4.931488	13.79623	16.28977
7	0.602150	5.575788	17.98055	20.79987
8	0.562757	6.177938	22.49327	25.61706
9	0.525942	6.740694	27.27353	30.68187
10	0.491534	7.266635	32.26700	35.94128
11	0.459378	7.758169	37.42534	41.34815
12	0.429325	8.217546	42.70558	46.86067
13	0.401238	8.646871	48.06972	52.44189
14	0.374989	9.048108	53.48416	58.05922
15	0.350457	9.423097	58.91938	63.68405
16	0.327530	9.773554	64.34949	69.29135
17	0.306103	10.101083	69.75188	74.85935
18	0.286078	10.407186	75.10694	80.36919
19	0.267362	10.693263	80.39776	85.80466
20	0.249871	10.960624	85.60980	91.15189
21	0.233525	11.210495	90.73074	96.39918
22	0.218247	11.444019	95.75020	101.53671
23	0.203970	11.662266	100.65952	106.55638
24	0.190626	11.866235	105.45164	111.45164
25	0.178155	12.056860	110.12088	116.21727
26	0.166500	12.235015	114.66281	120.84928
27	0.155608	12.401514	119.07411	125.34477
28	0.145428	12.557121	123.35242	129.70176
29	0.135914	12.702548	127.49628	133.91914
30	0.127022	12.838462	131.50495	137.99654
31	0.118712	12.965483	135.37839	141.93421
32	0.110946	13.084195	139.11714	145.73299
33	0.103688	13.195141	142.72225	149.39419
34	0.096905	13.298828	146.19520	152.91957
35	0.090565	13.395732	149.53785	156.31122
40	0.064572	13.793059	164.38169	171.35596
45	0.046039	14.076347	176.38158	183.49910
50	0.032825	14.278328	185.94725	193.16689
60	0.016687	14.525014	199.37695	206.72132
70	0.008483	14.650416	207.45795	214.86573
80	0.004313	14.714165	212.20341	219.64343
90	0.002193	14.746571	214.93983	222.39623
100	0.001115	14.763045	216.49562	223.96035

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 8.00%
(TAXA NOMINAL = 7.696%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.891193	0.962488	0.47508	0.96249
2	0.825179	1.853681	1.80615	2.74488
3	0.764054	2.678859	3.86380	5.22041
4	0.707458	3.442913	6.53309	8.27663
5	0.655054	4.150370	9.71211	11.81391
6	0.606531	4.805423	13.31070	15.74423
7	0.561603	5.411954	17.24926	19.98994
8	0.520003	5.973557	21.45768	24.48276
9	0.481484	6.493559	25.87436	29.16278
10	0.445819	6.975042	30.44537	33.97762
11	0.412795	7.420861	35.12360	38.88162
12	0.382218	7.833655	39.86809	43.83515
13	0.353905	8.215872	44.64335	48.80397
14	0.327690	8.569777	49.41879	53.75864
15	0.303417	8.897467	54.16819	58.67398
16	0.280942	9.200883	58.86920	63.52865
17	0.260131	9.481824	63.50293	68.30464
18	0.240862	9.741955	68.05354	72.98699
19	0.223021	9.982817	72.50794	77.56336
20	0.206501	10.205837	76.85540	82.02377
21	0.191204	10.412337	81.08733	86.36027
22	0.177041	10.603540	85.19698	90.56675
23	0.163927	10.780581	89.17926	94.63868
24	0.151784	10.944507	93.03048	98.57292
25	0.140541	11.096291	96.74821	102.36751
26	0.130131	11.236832	100.33109	106.02156
27	0.120491	11.366962	103.77870	109.53507
28	0.111566	11.487453	107.09142	112.90882
29	0.103302	11.599018	110.27033	116.14422
30	0.095650	11.702320	113.31706	119.24326
31	0.088565	11.797969	116.23376	122.20840
32	0.082005	11.886533	119.02296	125.04245
33	0.075930	11.968537	121.68757	127.74859
34	0.070306	12.044467	124.23073	130.33019
35	0.065098	12.114772	126.65580	132.79088
40	0.044305	12.395481	137.13747	143.41470
45	0.030153	12.586526	145.22635	151.60032
50	0.020522	12.716549	151.38161	157.82143
60	0.009506	12.865265	159.46657	165.98170
70	0.004403	12.934150	163.90032	170.45033
80	0.002040	12.966057	166.27307	172.83924
90	0.000945	12.980836	167.51990	174.09356
100	0.000438	12.987681	168.16588	174.74301

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 9.00%
(TAXA NOMINAL = 8.618%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.879012	0.958123	0.47219	0.95813
2	0.806433	1.837135	1.78439	2.71615
3	0.739847	2.643567	3.79468	5.13544
4	0.678759	3.383414	6.37883	8.09483
5	0.622715	4.062172	9.42837	11.48862
6	0.571298	4.684886	12.84882	15.22490
7	0.524127	5.256183	16.55815	19.22398
8	0.480850	5.780309	20.48533	23.41699
9	0.441147	6.261159	24.56910	27.74463
10	0.404722	6.702305	28.75682	32.15609
11	0.371305	7.107027	33.00349	36.60803
12	0.340647	7.478331	37.27082	41.06367
13	0.312520	7.818977	41.52645	45.49207
14	0.286715	8.131496	45.74321	49.86734
15	0.263042	8.418211	49.89852	54.16806
16	0.241323	8.681252	53.97377	58.37672
17	0.221397	8.922574	57.95385	62.47919
18	0.203117	9.143971	61.82670	66.46433
19	0.186346	9.347087	65.58289	70.32353
20	0.170959	9.533432	69.21528	74.05044
21	0.156843	9.704390	72.71871	77.64057
22	0.143893	9.861233	76.08970	81.09111
23	0.132012	10.005126	79.32625	84.40064
24	0.121112	10.137137	82.42757	87.56892
25	0.111112	10.258249	85.39393	90.59670
26	0.101938	10.369360	88.22648	93.48560
27	0.093521	10.471298	90.92708	96.23790
28	0.085799	10.564818	93.49821	98.85647
29	0.078715	10.650616	95.94285	101.34462
30	0.072215	10.729330	98.26436	103.70605
31	0.066253	10.801545	100.46639	105.94471
32	0.060782	10.867797	102.55286	108.06478
33	0.055764	10.928579	104.52783	110.07057
34	0.051159	10.984342	106.39549	111.96652
35	0.046935	11.035501	108.16010	113.75708
40	0.030505	11.234491	115.58661	121.28451
45	0.019826	11.363821	121.05998	126.82347
50	0.012886	11.447876	125.03757	130.84369
60	0.005443	11.538013	129.93112	135.78296
70	0.002300	11.576087	132.37895	138.25010
80	0.000972	11.592170	133.57378	139.45308
90	0.000411	11.598964	134.14642	140.02917
100	0.000174	11.601834	134.41701	140.30122

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 10.00%
(TAXA NOMINAL = 9.531%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.867113	0.953824	0.46934	0.95383
2	0.788284	1.820936	1.76312	2.68805
3	0.716622	2.609220	3.72757	5.05290
4	0.651475	3.325842	6.23006	7.91939
5	0.592250	3.977316	9.15652	11.17676
6	0.538409	4.569565	12.40919	14.73025
7	0.489463	5.107974	15.90456	18.49911
8	0.444966	5.597436	19.57165	22.41481
9	0.404515	6.042402	23.35032	26.41950
10	0.367741	6.446916	27.18999	30.46464
11	0.334310	6.814656	31.04834	34.50979
12	0.303918	7.148966	34.89025	38.52150
13	0.276289	7.452883	38.68680	42.47243
14	0.251172	7.729172	42.41451	46.34047
15	0.228338	7.980344	46.05450	50.10804
16	0.207580	8.208681	49.59192	53.76145
17	0.188709	8.416261	53.01534	57.29030
18	0.171554	8.604970	56.31625	60.68706
19	0.155958	8.776524	59.48863	63.94658
20	0.141780	8.932482	62.52856	67.06573
21	0.128891	9.074261	65.43392	70.04311
22	0.117174	9.203152	68.20405	72.87871
23	0.106522	9.320325	70.83952	75.57369
24	0.096838	9.426847	73.34193	78.13020
25	0.088035	9.523684	75.71368	80.55114
26	0.080032	9.611719	77.95785	82.84003
27	0.072756	9.691749	80.07803	85.00087
28	0.066142	9.764505	82.07823	87.03802
29	0.060129	9.830646	83.96273	88.95612
30	0.054663	9.890775	85.73605	90.75997
31	0.049693	9.945437	87.40281	92.45450
32	0.045176	9.995130	88.96774	94.04468
33	0.041069	10.040305	90.43559	95.53547
34	0.037336	10.081374	91.81106	96.93180
35	0.033941	10.118709	93.09882	98.23852
40	0.021075	10.260238	98.37817	103.58976
45	0.013086	10.348117	102.09563	107.35185
50	0.008126	10.402683	104.67670	109.96064
60	0.003133	10.457601	107.65424	112.96608
70	0.001208	10.478774	109.01395	114.33654
80	0.000466	10.486938	109.61980	114.94654
90	0.000180	10.490085	109.88486	115.21320
100	0.000070	10.491298	109.99919	115.32814

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 11.00%
(TAXA NOMINAL = 10.436%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.855486	0.949589	0.46654	0.94959
2	0.770708	1.805075	1.74233	2.66056
3	0.694332	2.575782	3.66240	4.97269
4	0.625524	3.270113	6.08652	7.75001
5	0.563535	3.895637	8.89594	10.87763
6	0.507689	4.459171	11.99048	14.25884
7	0.457378	4.966860	15.28604	17.81266
8	0.412052	5.424238	18.71239	21.41768
9	0.371218	5.836290	22.21125	25.18014
10	0.334431	6.207507	25.73459	28.89232
11	0.301289	6.541938	29.24320	32.57105
12	0.271432	6.843226	32.70540	36.18652
13	0.244533	7.114658	36.09593	39.71512
14	0.220300	7.359190	39.39500	43.13858
15	0.198469	7.579490	42.58743	46.44308
16	0.178801	7.777958	45.66196	49.61857
17	0.161082	7.956758	48.61061	52.65817
18	0.145119	8.117840	51.42813	55.55763
19	0.130738	8.262958	54.11155	58.31488
20	0.117782	8.393695	56.65979	60.92962
21	0.106110	8.511476	59.07328	63.40303
22	0.095594	8.617585	61.35371	65.73743
23	0.086121	8.713179	63.50374	67.93609
24	0.077587	8.799300	65.52682	70.00298
25	0.069898	8.876886	67.42701	71.94264
26	0.062971	8.946783	69.20878	73.75997
27	0.056731	9.009754	70.87696	75.46018
28	0.051109	9.066484	72.43655	77.04862
29	0.046044	9.117593	73.89269	78.53077
30	0.041481	9.163636	75.25058	79.91208
31	0.037371	9.205117	76.51538	81.19798
32	0.033667	9.242487	77.69221	82.39382
33	0.030331	9.276154	78.78609	83.50482
34	0.027325	9.306484	79.80189	84.53605
35	0.024617	9.333809	80.74435	85.49241
40	0.014609	9.434798	84.50958	89.30902
45	0.008670	9.494730	88.72245	93.57346
50	0.005146	9.530297	88.72545	93.57346
60	0.001812	9.563930	90.54654	95.41166
70	0.000639	9.575775	91.30635	96.17750
80	0.000225	9.579947	91.61566	96.48893
90	0.000080	9.581416	91.73929	96.61331
100	0.000028	9.581933	91.78800	96.66229

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA = 12.00%
(TAXA NOMINAL = 11.333%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.844123	0.945417	0.46379	0.94542
2	0.753681	1.789540	1.72200	2.63366
3	0.672930	2.543220	3.59908	4.89471
4	0.600830	3.216149	5.94798	7.58642
5	0.536456	3.816979	8.64604	10.59057
6	0.478978	4.353434	11.59148	13.80930
7	0.427659	4.832411	14.70031	17.16214
8	0.381839	5.260070	17.90371	20.58341
9	0.340927	5.641908	21.14573	24.01995
10	0.304400	5.982835	24.38132	27.42922
11	0.271785	6.287234	27.57463	30.77761
12	0.242666	6.559019	30.69759	34.03902
13	0.216666	6.801684	33.72861	37.19367
14	0.193452	7.018349	36.65154	40.22698
15	0.172725	7.211800	39.45476	43.12875
16	0.154219	7.384524	42.13035	45.89233
17	0.137695	7.538742	44.67349	48.51404
18	0.122942	7.676437	47.08185	50.99254
19	0.109770	7.799379	49.35511	53.32843
20	0.098009	7.909148	51.49457	55.52382
21	0.087508	8.007156	53.50282	57.58200
22	0.078132	8.094664	55.38340	59.50716
23	0.069761	8.172795	57.14063	61.30419
24	0.062287	8.242556	58.77934	62.97844
25	0.055613	8.304842	60.30476	64.53559
26	0.049655	8.360454	61.72235	65.98151
27	0.044335	8.410108	63.03772	67.32217
28	0.039584	8.454442	64.25648	68.56353
29	0.035343	8.494026	65.38425	69.71146
30	0.031557	8.529369	66.42653	70.77174
31	0.028176	8.560925	67.38869	71.74998
32	0.025157	8.589100	68.27594	72.65158
33	0.022461	8.614257	69.09328	73.48174
34	0.020055	8.636718	69.84551	74.24542
35	0.017906	8.656772	70.53720	74.94732
40	0.010161	8.729064	73.23117	77.67811
45	0.005766	8.770084	74.96490	79.43274
50	0.003272	8.793360	76.06504	80.54475
60	0.001054	8.814062	77.18449	81.67474
70	0.000340	8.820727	77.61158	82.10522
80	0.000110	8.822873	77.77055	82.26529
90	0.000036	8.823564	77.82865	82.32373
100	0.000012	8.823787	77.84958	82.34478

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA $i = 13.00\%$
 (TAXA NOMINAL = 12.222%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.833015	0.941307	0.46107	0.94131
2	0.737182	1.774321	1.70211	2.60734
3	0.652373	2.511502	3.53756	4.81888
4	0.577321	3.163875	5.81422	7.42837
5	0.510904	3.741196	8.40629	10.31498
6	0.452127	4.252099	11.21105	13.38040
7	0.400113	4.704226	14.14527	16.54528
8	0.354082	5.104339	17.14204	19.74618
9	0.313347	5.458420	20.14813	22.93292
10	0.277298	5.771767	23.12173	26.06638
11	0.245397	6.049065	26.03054	29.11666
12	0.217165	6.294461	28.85010	32.06142
13	0.192182	6.511626	31.56245	34.88456
14	0.170073	6.703808	34.15494	37.57510
15	0.150507	6.873880	36.61925	40.12618
16	0.133192	7.024386	38.95058	42.53428
17	0.117869	7.157577	41.14687	44.79853
18	0.104309	7.275446	43.20836	46.92017
19	0.092309	7.379754	45.13700	48.90202
20	0.081689	7.472062	46.93608	50.74819
21	0.072291	7.553751	48.60986	52.46365
22	0.063975	7.626042	50.16338	54.05405
23	0.056615	7.690016	51.60215	55.52546
24	0.050102	7.746631	52.93201	56.88421
25	0.044338	7.796732	54.15898	58.13674
26	0.039237	7.841069	55.28914	59.28951
27	0.034723	7.880306	56.32851	60.34890
28	0.030729	7.915029	57.28303	61.32113
29	0.027193	7.945757	58.15846	62.21225
30	0.024065	7.972950	58.96038	63.02803
31	0.021297	7.997014	59.69410	63.77404
32	0.018847	8.018310	60.36471	64.45551
33	0.016678	8.037156	60.97702	65.07743
34	0.014760	8.053834	61.53556	65.64448
35	0.013062	8.068594	62.04460	66.16105
40	0.007090	8.120505	63.97815	68.12109
45	0.003848	8.148681	65.16849	69.32580
50	0.002089	8.163973	65.89101	70.05613
60	0.000616	8.176779	66.58257	70.75422
70	0.000182	8.180551	66.82402	70.99759
80	0.000054	8.181662	66.90626	71.08040
90	0.000016	8.181989	66.93376	71.10806
100	0.000005	8.182086	66.94283	71.11718

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 14.00%
(TAXA NOMINAL = 13.103%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.822155	0.937256	0.45840	0.93726
2	0.721189	1.759411	1.68266	2.58157
3	0.632622	2.480599	3.47776	4.74513
4	0.554931	3.113220	5.68502	7.27561
5	0.486782	3.668151	8.17615	10.05027
6	0.427002	4.154932	10.84814	12.97096
7	0.374563	4.581933	13.61899	15.95996
8	0.328564	4.956496	16.42412	18.95646
9	0.288214	5.285059	19.21332	21.91354
10	0.252820	5.573273	21.94820	24.79567
11	0.221772	5.826092	24.60004	27.57668
12	0.194537	6.047863	27.14799	30.23793
13	0.170646	6.242399	29.57757	32.76690
14	0.149690	6.413045	31.87942	35.15594
15	0.131307	6.562734	34.04828	37.40128
16	0.115181	6.694040	36.08209	39.50218
17	0.101036	6.809221	37.98132	41.46025
18	0.088629	6.910257	39.74835	43.27890
19	0.077744	6.998885	41.38700	44.96283
20	0.068197	7.076629	42.90215	46.51771
21	0.059822	7.144825	44.29944	47.94983
22	0.052475	7.204647	45.58494	49.26590
23	0.046031	7.257122	46.76505	50.47283
24	0.040378	7.303152	47.84627	51.57756
25	0.035420	7.343530	48.83509	52.58701
26	0.031070	7.378949	49.73788	53.50790
27	0.027254	7.410019	50.56088	54.34677
28	0.023907	7.437272	51.31007	55.10988
29	0.020971	7.461179	51.99115	55.80318
30	0.018396	7.482150	52.60956	56.43231
31	0.016137	7.500546	53.17043	57.00257
32	0.014155	7.516682	53.67855	57.51894
33	0.012417	7.530837	54.13843	57.98604
34	0.010892	7.543253	54.55424	58.40820
35	0.009555	7.554145	54.92988	58.78941
40	0.004963	7.591537	56.32195	60.20058
45	0.002578	7.610957	57.14204	61.03059
50	0.001339	7.621043	57.61840	61.51211
60	0.000362	7.629003	58.04771	61.94548
70	0.000098	7.631149	58.18498	62.08385
80	0.000027	7.631729	58.22780	62.12696
90	0.000008	7.631885	58.24091	62.14015
100	0.000002	7.631927	58.24487	62.14413

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 15.00%
(TAXA NOMINAL = 13.976%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.811534	0.933264	0.45577	0.93327
2	0.705682	1.744798	1.66362	2.55634
3	0.613637	2.450480	3.41961	4.67338
4	0.533597	3.064116	5.56019	7.12792
5	0.463998	3.597713	7.95517	9.79591
6	0.403476	4.061710	10.50175	12.57989
7	0.350849	4.465186	13.11964	15.40422
8	0.305086	4.816034	15.74692	18.21101
9	0.265292	5.121120	18.33660	20.95678
10	0.230689	5.386412	20.85378	23.60970
11	0.200599	5.617100	23.27332	26.14727
12	0.174434	5.817699	25.57788	28.55446
13	0.151682	5.992133	27.75627	30.82210
14	0.131897	6.143814	29.80220	32.94564
15	0.114694	6.275711	31.71317	34.92409
16	0.099734	6.390404	33.48958	36.75918
17	0.086725	6.490137	35.13401	38.45464
18	0.075413	6.576862	36.65068	40.01568
19	0.065577	6.652274	38.04493	41.44852
20	0.057023	6.717851	39.32290	42.76004
21	0.049585	6.774873	40.49120	43.95752
22	0.043118	6.824458	41.55670	45.04839
23	0.037494	6.867575	42.52634	46.04008
24	0.032603	6.905069	43.40700	46.93992
25	0.028351	6.937672	44.20539	47.75500
26	0.024653	6.966022	44.92799	48.49211
27	0.021437	6.990675	45.58100	49.15772
28	0.018641	7.012112	46.17026	49.75796
29	0.016210	7.030752	46.70131	50.29854
30	0.014096	7.046962	47.17930	50.78482
31	0.012257	7.061057	47.60904	51.22177
32	0.010658	7.073314	47.99498	51.61399
33	0.009268	7.083972	48.34124	51.96570
34	0.008059	7.093239	48.65160	52.28080
35	0.007008	7.101298	48.92954	52.56287
40	0.003485	7.128313	49.93479	53.58194
45	0.001733	7.141744	50.50174	54.15576
50	0.000862	7.148422	51.81700	54.47443
60	0.000213	7.153392	51.08477	54.74475
70	0.000053	7.154621	51.16325	54.82386
80	0.000014	7.154925	51.18568	54.84645
90	0.000004	7.155000	51.19198	54.85278
100	0.000001	7.155019	51.19372	54.85453

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA $i = 16\%$
 (TAXA NOMINAL = 14.842%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.801146	0.929330	0.45318	0.92933
2	0.690643	1.730475	1.64499	2.53163
3	0.595382	2.421118	3.36306	4.60355
4	0.513261	3.016500	5.43954	6.98508
5	0.442466	3.529760	7.74286	9.55138
6	0.381436	3.972226	10.17095	12.20618
7	0.328825	4.353662	12.64557	14.87623
8	0.283470	4.682486	15.10768	17.50682
9	0.244370	4.965955	17.51367	20.05804
10	0.210664	5.210325	19.83216	22.50174
11	0.181607	5.420989	22.04152	24.81904
12	0.156558	5.602595	24.12775	26.99832
13	0.134964	5.759153	26.08279	29.03357
14	0.116348	5.894116	27.90312	30.92305
15	0.200300	6.010464	29.58872	32.66827
16	0.086466	6.110763	31.14213	34.27306
17	0.074540	6.197229	32.56774	35.74297
18	0.064258	6.271768	33.87125	37.08467
19	0.055395	6.336026	35.05922	38.30557
20	0.047755	6.391420	36.13873	39.41347
21	0.041168	6.439174	37.11710	40.41630
22	0.035490	6.480341	38.00169	41.32198
23	0.030594	6.515831	38.79975	42.13823
24	0.026375	6.546425	39.51833	42.87248
25	0.022737	6.572799	40.16417	43.53184
26	0.019601	6.595535	40.74367	44.12298
27	0.016897	6.615135	41.26283	44.65219
28	0.014567	6.632032	41.72728	45.12530
29	0.012558	6.646598	42.14224	45.54772
30	0.010826	6.659155	42.51252	45.92443
31	0.009332	6.669980	42.84255	46.26000
32	0.008045	6.679312	43.13639	46.55863
33	0.006936	6.687357	43.39775	46.82410
34	0.005979	6.694292	43.62999	47.05990
35	0.005154	6.700271	43.83617	47.26915
40	0.002454	6.719846	44.56426	48.00727
45	0.001169	6.729167	44.85751	48.40530
50	0.000557	6.733604	45.16694	48.61699
60	0.000127	6.736723	45.33474	48.78639
70	0.000029	6.737430	45.37985	48.88186
80	0.000007	6.737590	45.39167	48.84377
90	0.000002	6.737626	45.39472	48.84683
100	0.000001	6.737634	45.39549	48.84761

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 17.00%
(TAXA NOMINAL = 15.700%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.790984	0.925451	0.45063	0.92545
2	0.676054	1.716434	1.62676	2.50742
3	0.577824	2.392488	3.30805	4.53558
4	0.493867	2.970311	5.32288	6.84688
5	0.422109	3.464178	7.53882	9.31621
6	0.360777	3.886286	9.85489	11.84886
7	0.308356	4.247062	12.19522	14.37429
8	0.263552	4.555418	14.50385	16.84114
9	0.225259	4.818970	16.74060	19.21310
10	0.192529	5.044228	18.87760	21.36568
11	0.164555	5.236756	20.89663	23.58349
12	0.140645	5.401310	22.78685	25.55814
13	0.120209	5.541955	24.54307	27.38652
14	0.102743	5.662164	26.16432	29.06945
15	0.087815	5.764907	27.65274	30.61059
16	0.075055	5.852721	29.01271	32.01561
17	0.064150	5.927776	30.25014	33.29155
18	0.054829	5.991925	31.37192	34.44624
19	0.046863	6.046754	32.38553	35.48799
20	0.040054	6.093616	33.29873	36.42523
21	0.034234	6.133669	34.11929	37.26634
22	0.029260	6.167903	34.85486	38.01948
23	0.025008	6.197162	35.51282	38.69244
24	0.021375	6.222170	36.10018	39.29263
25	0.018269	6.243544	36.62357	39.82699
26	0.015615	6.261813	37.08918	40.30198
27	0.013346	6.277427	37.50275	40.72356
28	0.011407	6.290773	37.86958	41.09723
29	0.009750	6.302179	38.19451	41.42802
30	0.008333	6.311928	38.48198	41.72049
31	0.007122	6.320261	38.73602	41.97880
32	0.006088	6.327382	38.96026	42.20670
33	0.005203	6.333470	39.15801	42.40757
34	0.004447	6.338672	39.33223	42.58446
35	0.003801	6.343119	39.48558	42.74009
40	0.001734	6.357345	40.01446	43.27628
45	0.000791	6.363834	40.28814	43.55328
50	0.000361	6.366794	40.42776	43.69442
60	0.000076	6.368759	40.53340	43.80107
70	0.000016	6.369168	40.55947	43.82734
80	0.000004	6.369253	40.56574	43.83366
90	0.000001	6.369271	40.56722	43.83515
100	0.000001	6.369275	40.56757	43.83550

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA $i = 18\%$
 (TAXA NOMINAL = 16.551%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.781039	0.921626	0.44811	0.92163
2	0.661898	1.702665	1.60890	2.48371
3	0.560930	2.364562	3.25452	4.46940
4	0.475365	2.925492	5.21004	6.71312
5	0.402852	3.400857	7.34263	9.08994
6	0.341400	3.803708	9.55275	11.50705
7	0.289322	4.145107	11.76714	13.89684
8	0.245188	4.434428	13.93306	16.21141
9	0.207787	4.679616	16.01378	18.41810
10	0.176090	4.887402	17.98488	20.49596
11	0.149229	5.063492	19.83140	22.43295
12	0.126466	5.212721	21.54547	24.22370
13	0.107174	5.339186	23.12454	25.86774
14	0.090826	5.446360	24.56991	27.36818
15	0.076971	5.537185	25.88562	28.73055
16	0.065230	5.614156	27.07761	29.96208
17	0.055280	5.679385	28.15299	31.07098
18	0.046847	5.734664	29.11961	32.06600
19	0.039701	5.781511	29.98563	32.95609
20	0.033645	5.821211	30.75924	33.75010
21	0.028513	5.854856	31.44849	34.45664
22	0.024163	5.883368	32.06111	35.08391
23	0.020478	5.907531	32.60445	35.63966
24	0.017354	5.928008	33.08538	36.13111
25	0.014707	5.945361	33.51030	36.56494
26	0.012463	5.960068	33.88511	36.94731
27	0.010562	5.972531	34.21520	37.28381
28	0.008951	5.983093	34.50551	37.57954
29	0.007586	5.992043	34.76048	37.83911
30	0.006429	5.999629	34.98415	38.06667
31	0.005448	6.006057	35.18012	38.26595
32	0.004617	6.011505	35.35165	38.44028
33	0.003913	6.016121	35.50163	38.59263
34	0.003316	6.020034	35.63264	38.72565
35	0.002810	6.023350	35.74698	38.84170
40	0.001229	6.033718	36.13227	39.23231
45	0.000537	6.038250	36.32334	39.42571
50	0.000235	6.038250	36.41677	39.52015
60	0.000045	6.041476	36.48357	39.58759
70	0.000009	6.041714	36.49871	39.60286
80	0.000002	6.041759	36.50206	39.60623
90	0.000001	6.041768	36.50278	39.60696
100	0.000001	6.041769	36.50294	39.60712

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 20%
(TAXA NOMINAL = 18,232%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.761780	0.914136	0.44319	0.91414
2	0.634817	1.675916	1.57429	2.43770
3	0.529014	2.310733	3.15170	4.34215
4	0.440845	2.839747	4.99521	6.45820
5	0.367371	3.280591	6.97232	8.66243
6	0.306143	3.647962	8.98728	10.86665
7	0.255119	3.954104	10.97255	13.00965
8	0.212599	4.209223	12.88207	15.05060
9	0.177166	4.421822	14.68593	16.96390
10	0.147639	4.598987	16.36631	18.73564
11	0.123032	4.746625	17.91427	20.35966
12	0.102527	4.869657	19.32727	21.83604
13	0.085439	4.972184	20.60729	23.16888
14	0.071199	5.057622	21.75942	24.36503
15	0.059333	5.128821	22.79072	25.43301
16	0.049444	5.188154	23.70947	26.38233
17	0.041204	5.237597	24.52454	27.22287
18	0.034336	5.278800	25.24497	27.96453
19	0.028614	5.313136	25.87966	28.61691
20	0.023845	5.341749	26.43719	29.18917
21	0.019871	5.365594	26.92563	29.68991
22	0.016559	5.385464	27.35254	30.12705
23	0.013799	5.402023	27.72486	30.50790
24	0.011500	5.415822	28.04892	30.83907
25	0.009583	5.427321	28.33047	31.12655
26	0.007986	5.436903	28.57468	31.37569
27	0.006655	5.444889	28.78618	31.59130
28	0.005546	5.451543	28.96907	31.77763
29	0.004622	5.457089	29.12704	31.93844
30	0.003852	5.461710	29.26329	32.07708
31	0.003210	5.465561	29.38069	32.19646
32	0.002675	5.468770	29.48173	32.29915
33	0.002229	5.471444	29.56860	32.38741
34	0.001858	5.473673	29.64323	32.46318
35	0.001548	5.475530	29.70727	32.52818
40	0.000622	5.481084	29.91346	32.72724
45	0.000250	5.483316	30.00749	32.83241
50	0.000101	5.484213	30.04976	32.87514
60	0.000017	5.484718	30.07683	32.90247
70	0.000003	5.484800	30.08202	32.90770
80	0.000001	5.484813	30.08299	32.90868
90	0.000001	5.484815	30.08316	32.90886
100	0.000001	5.484816	30.08320	32.90889

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA $I = 22\%$
 (TAXA NOMINAL = 19.885%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.743320	0.906850	0.43841	0.90685
2	0.609279	1.650170	1.54108	2.39349
3	0.499409	2.259448	3.05419	4.22133
4	0.409352	2.758857	4.79385	6.21896
5	0.335534	3.168208	6.62915	8.26572
6	0.275028	3.503742	8.46903	10.27892
7	0.225433	3.778769	10.25215	12.20411
8	0.184781	4.004202	11.93916	14.00757
9	0.151460	4.188982	13.50674	15.67060
10	0.124148	4.340442	14.94310	17.18520
11	0.101761	4.464589	16.24459	18.55082
12	0.083410	4.566349	17.41314	19.77194
13	0.068369	4.649759	18.45439	20.85627
14	0.056040	4.718128	19.37623	21.81343
15	0.045935	4.774168	20.18788	22.65403
16	0.037652	4.820102	20.89911	23.38898
17	0.030862	4.857754	21.51973	24.02905
18	0.025297	4.888615	22.05929	24.58456
19	0.020735	4.913912	22.52686	25.06519
20	0.016996	4.934646	22.93084	25.47988
21	0.013931	4.951642	23.27897	25.83679
22	0.011419	4.965573	23.57825	26.14327
23	0.009360	4.976992	23.83499	26.40590
24	0.007672	4.986351	24.05478	26.63053
25	0.006289	4.994023	24.24262	26.82233
26	0.005155	5.000311	24.40287	26.98583
27	0.004225	5.005466	24.53937	27.12500
28	0.003464	5.009691	24.65549	27.24330
29	0.002839	5.013154	24.75413	27.34372
30	0.002327	5.015992	24.83782	27.42888
31	0.001908	5.018319	24.90875	27.50101
32	0.001564	5.020226	24.96879	27.56204
33	0.001282	5.021790	25.01957	27.61362
34	0.001051	5.023071	25.06247	27.65719
35	0.000861	5.024121	25.09869	27.69395
40	0.000319	5.027129	25.21025	27.80706
45	0.000118	5.028242	25.25709	27.85448
50	0.000044	5.028653	25.27648	27.87408
60	0.000006	5.028862	25.28763	27.88534
70	0.000001	5.028891	25.28944	27.88717
80	0.000001	5.028894	25.28973	27.88746
90	0.000001	5.028895	25.28978	27.88750
100	0.000001	5.028895	25.28978	27.88751

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA $i = 24\%$
 (TAXA NOMINAL = 21.511%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.725613	0.899759	0.43377	0.89976
2	0.585172	1.625371	1.50919	2.35099
3	0.471913	2.210542	2.96163	4.10650
4	0.380575	2.682455	4.60487	5.90415
5	0.306915	3.063029	6.31064	7.89702
6	0.247512	3.369944	7.99317	9.73851
7	0.199607	3.617456	9.59757	11.47109
8	0.160973	3.817062	11.09104	13.08794
9	0.129817	3.978035	12.45643	14.51670
10	0.104692	4.107852	13.68736	15.81487
11	0.084429	4.212543	14.78474	16.96647
12	0.068088	4.296971	15.75415	17.97961
13	0.054910	4.365058	16.60402	18.86474
14	0.044282	4.419967	17.34431	19.63347
15	0.035711	4.464249	17.98560	20.29769
16	0.028800	4.499960	18.53848	20.86907
17	0.023226	4.528759	19.01315	21.35865
18	0.018730	4.551984	19.41918	21.77670
19	0.015105	4.570714	19.76534	22.13257
20	0.012182	4.585819	20.05962	22.43467
21	0.009824	4.598000	20.30911	22.69047
22	0.007923	4.607823	20.52015	22.90659
23	0.006389	4.615746	20.69825	23.08880
24	0.005153	4.622135	20.84828	23.24214
25	0.004156	4.627287	20.97442	23.37095
26	0.003351	4.631442	21.08030	23.47898
27	0.002703	4.634793	21.16904	23.56946
28	0.002180	4.637495	21.24331	23.64512
29	0.001758	4.639675	21.30538	23.70832
30	0.001418	4.641432	21.35719	23.76105
31	0.001144	4.642850	21.40040	23.80493
32	0.000922	4.643992	21.43638	23.84156
33	0.000744	4.644914	21.46632	23.87198
34	0.000600	4.645658	21.49121	23.89725
35	0.000484	4.646257	21.51188	23.91824
40	0.000165	4.647903	21.57288	23.98009
45	0.000057	4.648464	21.59649	24.00399
50	0.000020	4.648656	21.60551	24.00399
60	0.000003	4.648744	21.61018	24.01782
70	0.000001	4.648754	21.61082	24.01847
80	0.000001	4.648755	21.61091	24.01856
90	0.000001	4.648755	21.61092	24.01857
100	0.000001	4.648755	21.61092	24.01857

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA $i = 25\%$
 (TAXA NOMINAL = 22.314%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.717028	0.896285	0.43149	0.89629
2	0.573622	1.613312	1.49371	2.33034
3	0.458898	2.186933	2.91711	4.05121
4	0.367118	2.645831	4.51472	5.88680
5	0.293695	3.012949	6.15993	7.72239
6	0.234956	3.306643	7.76980	9.48455
7	0.187965	3.541599	9.29264	11.12024
8	0.150372	3.729563	10.69888	12.63298
9	0.120298	3.879935	11.97425	13.98630
10	0.096238	4.000232	13.11483	15.18927
11	0.076991	4.096470	14.12354	16.24789
12	0.061593	4.173460	15.00750	17.17177
13	0.049274	4.235052	15.77626	17.97247
14	0.039419	4.284326	16.44054	18.66230
15	0.031536	4.323745	17.01138	19.25359
16	0.025229	4.355280	17.49959	19.75815
17	0.020183	4.380508	17.91538	20.18703
18	0.016147	4.400690	18.26820	20.55031
19	0.012917	4.416837	18.56660	20.85709
20	0.010334	4.429753	18.81824	21.11542
21	0.008267	4.440087	19.02989	21.33243
22	0.006614	4.448354	19.20747	21.51429
23	0.005291	4.454967	19.35615	21.66640
24	0.004233	4.460258	19.48038	21.79338
25	0.003387	4.464490	19.58400	21.89920
26	0.002709	4.467876	19.67028	21.98723
27	0.002168	4.470585	19.74202	22.06037
28	0.001734	4.472752	19.80157	22.12105
29	0.001387	4.474486	19.85095	22.17133
30	0.001110	4.475873	19.89184	22.21293
31	0.000888	4.476982	19.92566	22.24733
32	0.000711	4.477870	19.95360	22.27573
33	0.000569	4.478580	19.97667	22.29917
34	0.000455	4.479148	19.99569	22.31846
35	0.000364	4.479603	20.01136	22.33439
40	0.000120	4.480825	20.05663	22.38030
45	0.000040	4.481225	20.07347	22.39735
50	0.000013	4.481357	20.07965	22.40359
60	0.000002	4.481414	20.08269	22.40666
70	0.000001	4.481420	20.08308	22.40705
80	0.000001	4.481421	20.08312	22.40710
90	0.000001	4.481421	20.08313	22.40710
100	0.000001	4.481421	20.08313	22.40710

VALOR ATUAL NA ÉPOCA ZERO E A TAXA PERIÓDICA EFETIVA I = 30.00%
(TAXA NOMINAL = 26.236%) DE UM FLUXO UNITÁRIO

Número de Períodos N	Uniforme entre as Épocas N e N + 1	Uniforme Entre as Épocas 0 e N	Linear Entre as Épocas 0 e N	Em Gradiente Entre as Épocas 0 e N
1	0.676597	0.879576	0.42058	0.87958
2	0.520459	1.556173	1.42070	2.23277
3	0.400354	2.076632	2.71048	3.79415
4	0.307964	2.476985	4.10298	5.39556
5	0.236896	2.784949	5.48209	6.93538
6	0.182228	3.021844	6.77984	8.35675
7	0.140175	3.204071	7.96034	9.63234
8	0.107827	3.344246	9.00859	10.75374
9	0.082944	3.452073	9.92276	11.72418
10	0.063803	3.535016	10.70891	12.55362
11	0.049080	3.598819	11.37745	13.25545
12	0.037754	3.647898	11.94079	13.84440
13	0.029041	3.685651	12.41187	14.33519
14	0.022340	3.714692	12.80329	14.74176
15	0.017184	3.737031	13.12672	15.07685
16	0.013219	3.754215	13.39270	15.35179
17	0.010169	3.767434	13.61051	15.57651
18	0.007822	3.777602	13.78823	15.75953
19	0.006017	3.785423	13.93276	15.90814
20	0.004629	3.791440	14.04995	16.02847
21	0.003561	3.796068	14.14473	16.12566
22	0.002739	3.799628	14.22119	16.20398
23	0.002107	3.802367	14.28275	16.26697
24	0.001621	3.804473	14.33221	16.31753
25	0.001247	3.806094	14.37187	16.35804
26	0.000959	3.807340	14.40363	16.39045
27	0.000738	3.808299	14.42902	16.41634
28	0.000568	3.809037	14.44929	16.43699
29	0.000437	3.809604	14.46544	16.45344
30	0.000336	3.810040	14.47831	16.46653
31	0.000259	3.810376	14.48854	16.47694
32	0.000199	3.810634	14.49667	16.48521
33	0.000153	3.810833	14.50312	16.49176
34	0.000118	3.810986	14.50824	16.49696
35	0.000091	3.811103	14.51229	16.50107
40	0.000025	3.811390	14.52287	16.51180
45	0.000007	3.811467	14.52611	16.51508
50	0.000002	3.811488	14.52708	16.51607
60	0.000001	3.811495	14.52746	16.51645
70	0.000001	3.811495	14.52749	16.51648
80	0.000001	3.811495	14.52750	16.51648
90	0.000001	3.811495	14.52750	16.51648
100	0.000001	3.811495	14.52750	16.51648

APÊNDICE III
PROGRAMA PARA DETERMINAÇÃO DA(S) TAXA(S) INTERNA(S)
DE RETORNO DE UM PROJETO

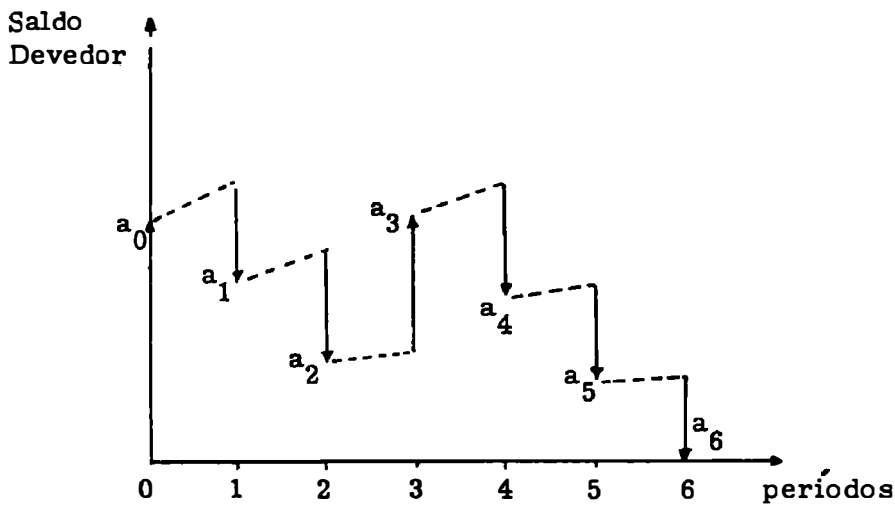
O algoritmo que ora apresentamos consiste numa adaptação do veiculado através de um programa em FORTRAN, constante de [7] págs. 476-477. Julgamos necessária uma adaptação porquanto, na sua versão original, o programa não só recusava projetos que não fôsem do tipo investimento ($a_0 < 0$), como ainda, uma vez detectada a existência de mais de uma solução (mais de uma "taxa interna"), ficávamos também sem nenhuma indicação para a avaliação do projeto.

Mantivemos, porém, o controle do indicador de existência de soluções múltiplas, não só por poupar tempo na determinação dessas soluções, permitindo-nos eliminar a procura de "taxas internas" sem significação econômica,[†] como também por ser êsse controle baseado em engenhosa análise financeira, como expomos a seguir.

Considerando-se um projeto do tipo investimento ($a_0 < 0$), podemos interpretar o fluxo de caixa inicial, a_0 , como o valor de um empréstimo a ser

[†] No programa, admitiu-se como significante, bastante arbitrariamente, taxas, sob forma unitária, no intervalo [0,01;5].

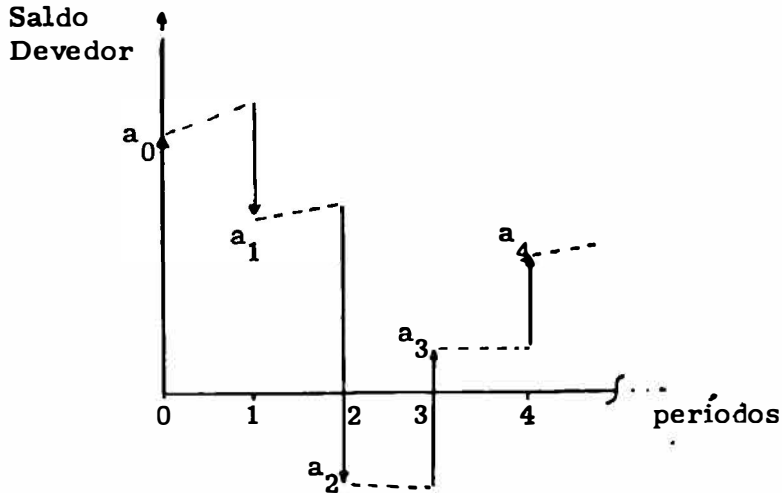
restituído, a determinada taxa de juros (que será a taxa interna de retorno), por meio das receitas líquidas futuras. Gràficamente, invertendo-se a convenção de sinais, considerando um projeto com vida igual a 6 períodos e receitas excedendo despesas nas épocas 1, 2, 4, 5 e 6, teremos a seguinte evolução para o "saldo devedor" (onde as linhas pontilhadas indicam crescimento devido à taxa de juros i).



Êste seria um caso em que, na época 3, fôsse necessário uma nova inversão, o que seria interpretado como se mais fôsse tomado emprestado, o novo débito sendo somado ao valor remanescente do anterior, nessa época, e devendo ser pago à mesma taxa de juros.

A taxa interna de retorno do projeto será a taxa tal que o "saldo devedor", no fim da vida do projeto, seja nulo, pois esta condição nada mais significa que anular o montante do projeto na época n .

Ora, para certos casos de projetos do tipo não-convencional de investimento, é possível existir em taxas $i > 0$ para as quais o "saldo devedor" evolua como no esquema a seguir:



Tal fato, "saldo devedor" não positivo antes do fim da vida do projeto, representaria, do ponto de vista financeiro, que se passou de devedor a credor, o que, via de regra, leva à consideração de uma nova taxa de juros.⁺

A adaptação aludida, além da correção de pequenas imperfeições, consiste em, uma vez apontada a possibilidade de existência de mais de uma "taxa interna de retorno", $M_j(i) > 0$ para $j < n$, ou, sendo um projeto do tipo financeiro, $a_0 > 0$, construir um gráfico que mostre a evolução do valor atual do projeto para taxas no intervalo $[0, 0,01; 5]$.

Visto que o processamento do IPEA vem sendo realizado no sistema IBM-7044 do Rio Datacentro da PUCRJ, o programa foi escrito em FORTRAN - IV.⁺⁺ Em anexo apresentamos as listagens do programa principal e a da subrotina GRAFIC, e ainda, para os dois exemplos abaixo especificados, o formato de perfuração dos dados, bem como parte do correspondente relatório de saída.

Para a montagem da seqüência dos cartões de dados para processamento, devem ser observadas as seguintes indicações:

⁺ Verifica-se, assim, que projetos de investimento nos quais o último fluxo de caixa seja negativo (despesas maiores do que as receitas) apresentarão mais de uma "taxa interna" não negativa.

⁺⁺ Veja-se, por exemplo, "A GUIDE TO FORTRAN IV PROGRAMMING" de Daniel D. McCracken, Wiley, 1968.

- a) não há limitação no número de projetos a serem processados de uma só vez;
- b) cada projeto só pode ter, no máximo, uma vida igual a 100 períodos; isto é, o maior número de fluxos de caixa associados a um projeto é cem;
- c) cada cartão de dados se supõe dividido em oito campos, cada um deles formado por dez colunas;
- d) o primeiro campo de cada cartão de dados apresenta formato livre, isto é, o usuário pode lançar mão das dez primeiras colunas para qualquer tipo de identificação que desejar;
- e) os campos numéricos, isto é, do segundo ao oitavo inclusive, devem ser preenchidos a partir da direita ("right justified");
- f) cada projeto deve ser alimentado no computador por meio dos seguintes cartões, que devem ser colocados sequencialmente:
- f.1 - em um primeiro cartão será colocado, no segundo campo (colunas de 11 a 20), o inteiro, N, que represente a vida do projeto em número de períodos,
- f.2 - a partir do segundo cartão e começando-se no segundo campo, serão perfurados os N + 1 fluxos de caixa líquidos do projeto, utilizando-se os sete campos numéricos de cada cartão (notar que os fluxos de caixa ocuparão um número de cartões igual a $\lceil (N + 1) / 7 \rceil$, onde $\lceil N + 1 \rceil$ é o menor múltiplo de 7 não inferior a N + 1).
- g) após o último cartão de dados do último projeto, será colocado um cartão, identificado no exemplo como "vida final", e contendo um zero no segundo campo, que sinalizará o fim de dados.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Admite-se que os fluxos de caixa líquidos sejam representados por números do tipo real, estando implícito que o ponto decimal esteja situado logo após a última coluna de cada campo. Caso o ponto decimal seja perfurado, a pontuação implícita do campo correspondente será ignorada.

2) Fluxo de caixa nulo poderá ser indicado deixando-se em branco o campo correspondente.

Como ilustração, é apresentado no Anexo 4, após as listagens do programa principal e da subrotina GRAFIC a fôlha de pedido de perfuração para o caso de processamento dos dois seguintes projetos:

$$A: a_0 = - 50\ 000; a_1 = 10\ 000; a_2 = 20\ 000,00;$$

$$a_3 = a_4 = 15\ 000.$$

$$B: b_0 = - 400,00; b_1 = 880; b_2 = - 483.$$

Em seguida à fôlha de pedido de perfuração, que corresponde à entrada dos dados, é apresentado o relatório de saída correspondente.

```

C   CLIVIS DE FARO - TRABALHO IPFA NO 8787
C   DETERMINACAO DA(S) TAXA(S) INTERNA(S) DE RETORNO DE UM PROJETO DADOS
C   OS FLUXOS DE CAIXA LIQUIDOS AO LONGO DE SUA VIDA.
      DIMENSÃO FLUXO(100),XMONT(100),TAXA(86),VATUAL(86),TAXA1(40),TAXA
      12(46),VATUA1(40),VATUA2(46)
      EQUIVALENCE (VATUAL(1),VATUA1(1)),(VATUAL(41),VATUA2(1)),(TAXA(1),
      1TAXA1(1)),(TAXA(41),TAXA2(1))
      MENTRA = 5
      MSAI = 6
C   MENTRA DESIGNA A UNIDADE DE ENTRADA E MSAI DESIGNA A UNIDADE DE
C   SAIDA.
      NUMERO = 0
      1 REAO(MENTRA,2) N
C   N,EM NO. DE PERIODOS A QUE SE REFERIRA(O) A(S) TAXA(S),DESIGNA
C   A VIDA DO PROJETO.
      2 FORMAT(10X,I10)
      IF(N.EQ.0) STOP
C   O PROGRAMA SERA TERMINADO AO ENCONTRAR-SE VIDA NULA.
      NUMERO = NUMERO + 1
      M = N + 1
C   M DESIGNA O NO. MAXIMO POSSIVEL DE FLUXOS DE CAIXA ASSOCIADOS AO
C   PROJETO (POIS INCLUI-SE A EPOCA ZERO).
      READ(MENTRA,10) (FLUXO(J),J = 1,M)
      10 FORMAT(10X,7F10.0)
      WRITE(MSAI,20) NUMERO
      20 FORMAT(1H1,21X,7HPROJETO,15,/,10X,5HEPOCA,4X,22HFLUXO DE CAIXA LI
      QUIDO,/)
      DO 30 J = 1,M
      IEPOCA = J - 1
      WRITE(MSAI,21) IEPOCA,IEPOCA,FLUXO(J)
      21 FORMAT(9X,14,8X,2HA(,14,2H)=,F12.2,/)
      30 CONTINUE
      WRITE(MSAI,40)
      40 FORMAT(///// ,10X,9HINTERACAO,4X,22HTAXA PERIODICA TENTADA, /24X,20H
      1(SOB FORMA UNITARIA),/)
      ERRO = FLUXO(1) * .00001
C   TOLERANCIA DE .001 POR CENTO DO FLUXO INICIAL
      ITER = 1
      RATE = 1.
C   A PRIMEIRA TENTATIVA SERA FEITA COM UMA TAXA DE 100 POR CENTO
C   POR PERIODO.
      NFLAG = 1
C   NFLAG E UM CONTROLE.
      XMONT(1) = FLUXO(1)
C   XMONT(J) E O BALANCO DO PROJETO NA EPOCA J-1.
      IF(XMONT(1)) 41,42,42
      41 DO 50 J = 2,M
      XMONT(J) = XMONT(J-1) * (1.0 + RATE) + FLUXO(J)
      IF(XMONT(J) + ERRO) 50,50,90
      50 CONTINUE
      WRITE(MSAI,51) ITER,RATE
      51 FORMAT(12X,14,10X,F11.5)
      ITER = ITER + 1
      IF(XMONT(M) - ERRO) 60,70,70

```

```

60 NFLAG = 0
   ML = M
80 DRATE = XMONT(1)
   M1 = ML - 1
   M2 = M1 - 1
   IF(M2) 100,120,100
100 DO 110 II = 2,M1
110 DRATE = DRATE * (1.0 + RATE) + XMONT(II)
120 TEMP = RATE
   RATE = RATE - XMONT(ML) / DRATE
   DIF = ABS(RATE - TEMP)
   IF(DIF - 0.00001) 70,70,41
90 WRITE(MSAI,51) ITER,RATE
   ITER = ITER + 1
   IF(NFLAG) 70,140,130
130 ML = J
   GO TO 80
42 WRITE(MSAI,131)
131 FORMAT(///10X,72H PROJETO NAO E DO TIPO INVESTIMENTO POIS O FLUXO
1 INICIAL NAO E NEGATIVO,/,15X,60HOLHE O GRAFICO PARA SABER A(S) TA
2XA(S) INTERNA(S) DE RETORNO,/)
   GO TO 148
140 WRITE(MSAI,141) J
141 FORMAT(///,10X,36HNAO EXISTE SOLUCAO UNICA POIS XMONT(,14,12H) E P
1 OSITIVO,/,15X,54HOLHE O GRAFICO PARA SABER AS TAXAS INTERNAS DE RE
2TORNO,/)
   PREPARO DOS DADOS PARA O TRACADO DO GRAFICO ATRAVES A SUB ROTINA
   GRAFIC
148 WRITE(MSAI,149)
149 FORMAT(1H1,10X,107HGRAFICO DA FUNCAO VALOR ATUAL DO PROJETO PARA T
1 TAXAS NO INTERVALO DE 1 POR CENTO A 500 POR CENTO POR PERIODO,/)
   TAXA(1) = 0.01
   DO 160 L = 2,40
160 TAXA(L) = TAXA(L-1) + 0.01
   DO 170 L = 41,86
170 TAXA(L) = TAXA(L-1) + 0.10
   DO 180 L = 1,86
   VATUAL(L) = FLUXO(M)
   DO 180 K = 2,M
   KI = M - K + 1
180 VATUAL(L) = VATUAL(L) * (1.0 + TAXA(L))**(-1) + FLUXO(KI)
   WRITE(MSAI,185)
185 FORMAT(15X,85HPRIMEIRO TRECHO - TAXAS NO INTERVALO DE 1 A 40 POR C
1 IENTO,VARIANDO DE 1 EM 1 POR CENTO,/)
   CALL GRAFIC (TAXA1,VATUA1,40)
   WRITE(MSAI,190)
190 FORMAT(1H1,15X,88HSEGUNDO TRECHO - TAXAS NO INTERVALO DE 50 A 500
1 POR CENTO,VARIANDO DE 10 EM 10 POR CENTO,/)
   CALL GRAFIC (TAXA2,VATUA2,46)
70 WRITE(MSAI,200)
200 FORMAT(////,10X,65HNAO HAVENDO GRAFICO A TAXA INTERNA DE RETORNO S
1 ERA A TAXA TENTADA ,/,10X,65HNA ULTIMA INTERACAO , CASO CONTRARIO
2A(S) TAXA(S) QUE ANULA(M) O ,/,10X,53HVALOR ATUAL DO PROJETO SERA
3(O) OBTIDA(S) DO GRAFICO. ,///,20X,15H FIM DO PROJETO )
   GO TO 1
   END

```

```

SUBROUTINE GRAFIC (VARIA,FUNCAO,NPONTO)
INTEGER LINHA,BRANCO,PONTO,MAIX
DIMENSION VARIA(NPONTO),FUNCAO(NPONTO),LINHA(109)
DATA BRANCO,MAIX,PONTO/1H ,1HX,1H./
C DETERMINACAO DO MAXIMO E DO MINIMO DA FUNCAO NO CAMPO DE VARIACAO
YMAX = FUNCAO(1)
YMIN = FUNCAO(1)
DO 300 IND = 2,NPONTO
IF(FUNCAO(IND).GT.YMAX) YMAX = FUNCAO(IND)
IF(FUNCAO(IND).LT.YMIN) YMIN = FUNCAO(IND)
300 CONTINUE
AMPLIT = YMAX - YMIN
C DETERMINACAO DA POSICAO DO EIXO DAS ABCISSAS
X = YMAX * YMIN
IF(X)360,361,362
360 IPONTO = ((-YMIN)/AMPLIT) * 107. + 1.5
C O GRAFICO OCUPARA 108 COLUNAS EM CADA LINHA
GO TO 370
361 IF(YMAX)363,364,363
363 IPONTO = 1
C O EIXO SE CONFUNDIRA COM O PONTO DE MAX.
GO TO 370
364 IPONTO = 108
C O EIXO SE CONFUNDIRA COM O PONTO DE MIN.
GO TO 370
362 IPONTO = 0
C A FUNCAO NAO CORTA O EIXO
WRITE(6,365)
365 FORMAT(15X,47H A FUNCAO NAO SE ANULA NO INTERVALO CONSIDERADO,/)
C UMA LINHA DE PONTOS SERA O EIXO VERTICAL QUANDO O PAPEL FOR VIRADO
370 DO 371 MARCA = 1,109
371 LINHA(MARCA) = PONTO
WRITE(6,372) LINHA
372 FORMAT(3X,18HTAXA VALOR ATUAL *,109A1)
C TORNE A LINHA EM BRANCO
DO 373 MARCA = 1,109
373 LINHA(MARCA) = BRANCO
C PONHA UM PONTO NA POSICAO DO EIXO
IF(IPONTO)374,374,375
374 MARCAP = 109
C O EIXO ESTARA FORA DO ESPACO ALOCADO
GO TO 380
375 MARCAP = IPONTO
380 LINHA(MARCAP) = PONTO
DO 400 L = 1,NPONTO
MARCA = (FUNCAO(L) - YMIN)/AMPLIT * 107. + 1.5
LINHA(MARCA) = MAIX
C PONHA O SINAL NO GRAFICO
WRITE(6,390) VARIA(L),FUNCAO(L),LINHA
390 FORMAT(2X,F5.2,F12.2,2H *,109A1)
C PONHA O SINAL , QUE PODERA TER FICADO SOBRE O EIXO , EM BRANCO
LINHA(MARCA) = BRANCO
C REFAÇA A POSICAO DO EIXO POIS PODE TER-SE TORNADO EM BRANCO NO
C COMANDO ANTERIOR
400 LINHA(MARCAP) = PONTO
RETURN
END

```


PEDIDO DE PERFURAÇÃO

CARTÃO INTERPRETADO SIM NÃO

Nº _____

SETOR AVIAÇÃO DE PROTETES ASSUNTO TAXA INTERNA

IDENTIFICAÇÃO																																																																															
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
PROJ1 VIDA																																																																															
FLUXOS 1										-50000										10000										20000.00										15000										15000																													
PROJ2 VIDA																																																																															
FLUXOS 2										-400.00										880										-483																																																	
VIDA FINAL																																																																															

PROJETO 1

EPOCA FLUXO DE CAIXA LIQUIDO

0	A(0)=	-50000.00
1	A(1)=	10000.00
2	A(2)=	20000.00
3	A(3)=	15000.00
	A(4)=	15000.00

INTERACAO TAXA PERIODICA TENTADA
(SUB FORMA UNITARIA)

1	1.00000
2	0.57040
3	0.28540
4	0.13017
5	0.07949
6	0.07432
7	0.07427

NAO HAVENDO GRAFICO A TAXA INTERNA DE RETORNO SERA A TAXA TENTADA NA ULTIMA INTERACAO , CASO CONTRARIO A(S) TAXA(S) QUE ANULA(M) O VALOR ATUAL DO PROJETO SERA(O) OBTIDA(S) DO GRAFICO.

FIM DO PROJETO

PROJETO 2

EPOCA FLUXO DE CAIXA LIQUIDO

0	A(0)=	-400.00
1	A(1)=	880.00
2	A(2)=	-483.00

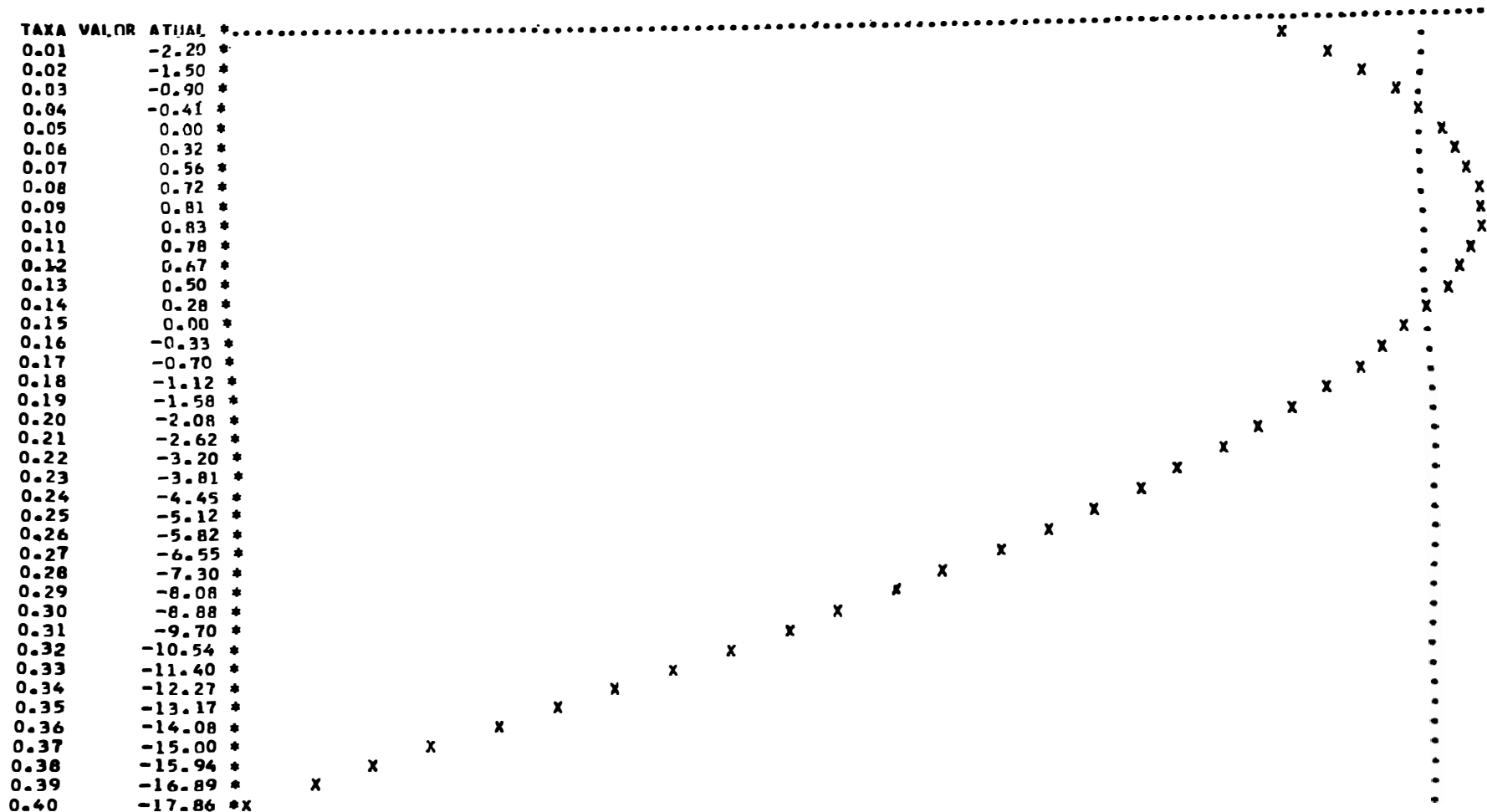
INTERACAO TAXA PERIODICA TENTADA
(SUB FORMA UNITARIA)

1	1.00000
2	1.20000
3	0.65114

NAO EXISTE SOLUCAO UNICA POIS XMONT(2) E POSITIVO
OLHE O GRAFICO PARA SABER AS TAXAS INTERNAS DE RETORNO

GRÁFICO DA FUNÇÃO VALOR ATUAL DO PROJETO PARA TAXAS NO INTERVALO DE 1 POR CENTO A 500 POR CENTO POR PERIOOO

PRIMEIRO TRECHO - TAXAS NO INTERVALO DE 1 A 40 POR CENTO, VARIANDO DE 1 EM 1 POR CENTO



APÊNDICE IV

PROGRAMA PARA DETERMINAÇÃO DE ALGUNS ÍNDICES DE AVALIAÇÃO

Em anexo apresentamos a listagem de um programa, escrito em FORTRAN IV, que permite, dado um projeto agora caracterizado por duas sequências de fluxos de caixa (custos e benefícios), determinar, para taxas arbitrariamente estipuladas e que são fornecidas juntamente com os fluxos de caixa, os seguintes índices de avaliação: valor atual, razão benefício/custo e, caso o projeto seja do tipo convencional de investimento, o tempo de recuperação do capital investido.

Para a utilização do programa, as seguintes indicações devem ser obedecidas na montagem da sequência dos cartões de dados:

- a) não há limitação no número de projetos a serem processados de uma só vez;
- b) a vida máxima de cada projeto é de cem períodos; ou seja não pode exceder a 100 o número de elementos em cada uma das duas sequências de fluxos de caixa associadas ao projeto;
- c) cada projeto será alimentado por meio da seguinte sequência de cartões:

c.1 - inicialmente um cartão que apresente o inteiro, N , que representa o número de períodos da vida útil do projeto, e que será perfurado no canto direito do campo formado pelas colunas 31-40 (as 30 primeiras colunas sendo livres para qualquer identificação do usuário).

c. 2 - a seguir devem vir $N + 1$ cartões, nos quais as 30 primeiras colunas são de formato livre, sendo que, em cada cartão, são perfurados nos campos formados pelas colunas 31-40 e 41-50, respectivamente, os valores absolutos do custo e do benefício relativos a cada época.

c. 3 - com o mesmo formato de c. 1, será colocado a seguir um cartão perfurado com o inteiro M , não superior a 100, representando o número de taxas periódicas percentuais que serão utilizadas na análise do projeto considerado.

c. 4 - finalmente, utilizando-se de $[M] / 7$ cartões, cada um deles dividido em 8 campos de 10 colunas e sendo o primeiro campo de formato livre, serão perfuradas as M taxas percentuais consideradas.

d) após o último cartão de taxas relativo ao último projeto da pilha, será colocado, como indicado em anexo, um sinalizador de fim de dados;

e) tendo presente que agora taxas, custos e benefícios são números reais, são válidas as mesmas observações relativas à posição do ponto decimal e a valores nulos que as apresentadas para a utilização do programa anterior.

Em anexo, após a listagem de programa fonte, apresentamos a folha de pedido de perfuração e, em seguida, o relatório de saída correspondentes aos seguintes projetos:

Projeto 1

Custos: $c_0 = 50\ 000$; $c_1 = c_2 = 0$
Benefícios: $b_0 = 0$; $b_1 = 25\ 000$; $b_2 = 25\ 000$
Taxas: 0%; 7% e 12%.

Projeto 18

Custos: $c_0 = 1\ 000$; $c_1 = 2\ 000$; $c_3 = 3\ 000$; $c_4 = 3\ 000$
 $c_5 = 4\ 000$; $c_6 = c_7 = c_8 = c_9 = 2\ 000$.
Benefícios: $b_0 = 0$; $b_1 = 1\ 000$; $b_2 = b_3 = b_4 = 2\ 000$
 $b_5 = b_6 = b_7 = b_8 = b_9 = 4\ 000$
Taxas: 0%; 0,25%; 0,5%; 1%; 2%; 3%; 4%; 5%; 6%; 7%; 8%;
8,5%; 9% e 9,5%.

```

C   CLIVIS DE FARD - TRABALHO IPEA NO. 8647
C
C   DADAS AS RECEITAS (BENEFICIOS) E DESPESAS (CUSTOS), NO FIM DE CADA
C   PERIODO L A LONGO DA VIDA DO PROJETO, SERAO DETERMINADOS OS
C   SEGUINTE$ INDICES DE AVALIACAO
C   1- VALOR ATUAL DO PROJETO PARA AS TAXAS DADAS.
C   2- RAZAO BENEFICIO/CUSTO ATUALIZADO, PARA CADA TAXA DADA.
C   3- TEMPO DE RECUPERACAO DO CAPITAL (NO CASO EM QUE O PROJETO
C   SEJA DO TIPO CONVENCIONAL).
C   DIMENSJUN CUSTO(100), RENDA(100), XLUCRO(100), TAXA(100), VATUAL(100),
C   HRAZAO(100), VCUSTO(100), VRENDA(100), TAXAE(100)
C   MENTRA = 5
C   MSAI = 6
C   NP = 0
C   1 READ(MENTRA,2) NVIDA
C   NVIDA, EM NU. DE PERIODOS, REPRESENTA A 'VIDA' DO PROJETO.
C   2 FORMAT(30X,110)
C   IF(NVIDA.EQ.0) STOP
C   O PROGRAMA SERA TERMINADO AO SE ENCONTRAR VIDA NULA.
C   NP = NP + 1
C   NP E O CONTADOR DO NO. DE PROJETOS.
C   M = NVIDA + 1
C   M DESIGNA O NU. MAXIMO POSSIVEL DE FLUXOS DE CAIXA (POIS INCLUI-SE A
C   EPOCA ZERO) NAU NULOS
C   READ(MENTRA,10) (CUSTO(J),RENDA(J),J=1,M)
C   PARA CADA PROJETO, ALEM DO CARTAO NVIDA, TEREMOS M CARTOES, CADA UM DELES
C   CONTENDO O CUSTO E O BENEFICIO NO PERIODO CONSIDERADO.
C   10 FORMAT(30X,2F10.0)
C   WRITE(MSAI,20)NP
C   20 FORMAT(1H1,30X,12HPROJETO NO. ,15,/,5X,5HEPOCA,9X,5HCUSTO,13X,9HB
C   1ENEFICIO,8X,21HLIQUIDO = BENF - CUST,/)
C   DO 30 J = 1,M
C   IEPOCA = J-1
C   XLUCRO(J) = RENDA(J) - CUSTO(J)
C   30 WRITE(MSAI,21)IEPUCA,IEPOCA,CUSTO(J),IEPOCA,RENDA(J),IEPOCA,XLUCRO
C   1(J)
C   21 FORMAT(5X,15,2X,2HC(,14,2H)=,F11.2,2X,2HB(,14,2H)=,F11.2,2X,2HA(,1
C   14,2H)=,F11.2)
C   READ(MENTRA,31)NT
C   APOS OS M+1 CARTOES QUE IDENIFICAM O PROJETO TEREMOS UM CARTAO COM O
C   NO.,NT, DE TAXAS QUE SERAO CONSIDERADAS, E MAIS TANTOS CARTOES
C   QJANTO SEJAM NECESSARIOS PARA AS TAXAS (7 TAXAS EM CADA).
C   31 FORMAT(30X,110)
C   READ(MENTRA,32)(TAXA(L),L=1,NT)
C   32 FORMAT(10X,7F10.0)
C   WRITE(MSAI,33)NP
C   33 FORMAT(1H1,10X,57HVALORE(S) ATUAL(IS) E RAZAO(S) BENEFICIO/CUSTO O
C   10 PROJETO,15,/,20X,26HPARA CADA TAXA CONSIDERADA,/)
C   WRITE(MSAI,34)
C   34 FORMAT(5X,14HTAXA PERIODICA,4X,11HVALOR ATUAL,4X,16HRAZAO BENF/CUS
C   1TO,/,6X,12H(PERCENTUAL),/)
C   DO 50 L=1,NT
C   TAXAE(L) = TAXA(L)/100.
C   VCUSTO(L) = CUSTO(M)
C   VRENDA(L) = RENDA(M)
C   DO 40 K=2,M
C   KI = M - K + 1
C   VCUSTO(L) = VCUSTO(L)*(1.0 +TAXAE(L))**(-1) + CUSTO(KI)

```

```

40 VRENDA(L) = VRENDA(L)*(1.0 + TAXAE(L))**(-1) + RENDA(KI)
   VATUAL(L) = VRENDA(L) - VCUSTO(L)
   RAZAO(L) = VRENDA(L)/VCUSTO(L)
   WRITE(MSAI,45)TAXA(L),VATUAL(L),RAZAO(L)
45 FORMAT(8X,F7.2,7X,F12.2,8X,F9.2)
50 CONTINUE
2 0 0 0 1 1
VERIFICACAO DO TIPO DO PROJETO PARA , NO CASO DE SER DO TIPO DE
INVESTIMENTO CONVENCIONAL , DETERMINAR O TEMPO DE RECUPERACAO DO
CAPITAL INVESTIDO .
   IF(XLUCRO(1))60,80,80
60 KSINAL = 0
   KSINAL SERA O CONTADOR DO NO. DE INVERSOES DE SINAL NO FLUXO DE
   CAIXA LIQUIDO
   SOMAO = XLUCRO(1)
   DO 68 L = 2,M
68 SOMAO = SOMAO + XLUCRO(L)
   L1 = 0
   DO 70 L=2,M
   IF(XLUCRO(L))70,70,69
69 L1 = L
   GO TO 71
70 CONTINUE
71 IF(L1) 82,82,72
72 IF(SOMAO) 82,73,73
73 KSINAL = KSINAL + 1
   DO 75 L=L1,M
   IF(XLUCRO(L))74,75,75
74 KSINAL = KSINAL + 1
75 CONTINUE
   IF(KSINAL - 1)85,85,80
80 WRITE(MSAI,81)NP
81 FORMAT(///,10X,9H PROJETO,15,44H NAU E DO TIPO DE INVESTIMENTO CO
INVENCIONAL.)
   GO TO 1
82 WRITE(MSAI,83)
83 FORMAT(///,10X,21H DESISTA DESSE PROJETO)
   GO TO 1
85 WRITE(MSAI,86)NP
86 FORMAT(///,10X,52H TEMPO DE RECUPERACAO DO CAPITAL INVESTIDO NO PRO
1JETO,15,/)
   CAPINV = 0.0
   L11 = L1 - 1
   DO 90 L = 1,L11
90 CAPINV = CAPINV - XLUCRO(L)
   CAPREC = 0.0
   DO 95 L = L1,M
   TEMPO = L - 1
   CAPREC = CAPREC + XLUCRO(L)
   L2 = L
   IF(CAPREC - CAPINV)95,120,105
95 CONTINUE
105 FRACAO = (CAPINV - CAPREC + XLUCRO(L2))/XLUCRO(L2)
   TEMPO = TEMPO - 1. + FRACAO
120 WRITE(MSAI,121)TEMPO
121 FORMAT(15X,7H TEMPO =,F7.2,8H PERIODOS)
   GO TO 1
   END

```


PEDIDO DE PERFURAÇÃO

CARTÃO INTERPRETADO SIM NÃO

Nº _____

SETOR AVALIAÇÃO DE PROJETOS ASSUNTO ÍNDICES DE AVALIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO																																																																															
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
PROJETO Nº. UM NO. DE TEXTO										VIDA																																																																					
PRØJ. UM EPØCA ZERO-CUST.										BENFC										50000																																																											
PRØJ. UM EPØCA UM																				0										25000																																																	
PRØJ. UM EPØCA DOIS																				0.0										25000.00																																																	
PRØJ. UM - NO. DE TAXAS																				3																																																											
UM-TAXA 1										0										7.0										12.00																																																	
PROJETO Nº. 18										VIDA																																																																					
PRØJ. 18 EPØCA ZERO-CUST.										BENFC										1000.00										0.00																																																	
PRØJ. 18 EPØCA UM																				2000.00										1000.0																																																	
PRØJ. 18										DOIS										3000										2000																																																	
PRØJ. 18										TRES										3000										2000.0																																																	
PRØJ. 18										QUAT										3000.										2000.00																																																	
PRØJ. 18										CINC										4000.										4000																																																	
PRØJ. 18										SEIS										2000										4000																																																	
PRØJ. 18										SETE										2000										4000																																																	
PRØJ. 18										OITO										2000.0										4000.																																																	
PRØJ. 18										NOVE										2000.										4000.0																																																	
PRØJ. 18 - NO. DE TAXAS																				14																																																											
18-TAXA 1										0.00										0.25										.5										1.0										2																													
18-TAXA 2										5										6										7.00										8										8.50										3.00																			
VIDA FINAL										(FIM DOS DADOS)																																																																					

135

IV-A-3

PROJETO NO. 1

EPOCA	CUSTO		BENEFICIO		LIQUIDO = BENF - CUST	
0	Q(0)=	50000.00	B(0)=	0.00	A(0)=	-50000.00
1	Q(1)=	0.00	B(1)=	25000.00	A(1)=	25000.00
2	Q(2)=	0.00	B(2)=	25000.00	A(2)=	25000.00

VALOR ATUAL E RAZAO BENEFICIO/CUSTO DO PROJETO 1
PARA CADA TAXA CONSIDERADA

TAXA PERIODICA (PERCENTUAL)	VALOR ATUAL	RAZAO BENF/CUSTO
0.00	0.00	1.0000
7.00	-4799.54	0.9040
12.00	-7748.72	0.8450

TEMPO DE RECUPERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO NO PROJETO 1

TEMPO = 2.00 PERIODOS

PROJETO NO. 18

EPOCA	CUSTO		BENEFICIO		LIQUIDO = BENEF - CUST	
0	C(0)=	1000.00	B(0)=	-0.00	A(0)=	-1000.00
1	C(1)=	2000.00	B(1)=	1000.00	A(1)=	-1000.00
2	C(2)=	3000.00	B(2)=	2000.00	A(2)=	-1000.00
3	C(3)=	3000.00	B(3)=	2000.00	A(3)=	-1000.00
4	C(4)=	3000.00	B(4)=	2000.00	A(4)=	-1000.00
5	C(5)=	4000.00	B(5)=	4000.00	A(5)=	-0.00
6	C(6)=	2000.00	B(6)=	4000.00	A(6)=	2000.00
7	C(7)=	2000.00	B(7)=	4000.00	A(7)=	2000.00
8	C(8)=	2000.00	B(8)=	4000.00	A(8)=	2000.00
9	C(9)=	2000.00	B(9)=	4000.00	A(9)=	2000.00

VALORE(S) ATUAL(IS) E RAZAO(S) BENEFICIO/CUSTO DO PROJETO 18
PARA CADA TAXA CONSIDERADA

TAXA PERIODICA (PERCENTUAL)	VALOR ATUAL	RAZAO BENEF/CUSTO
0.00	3000.00	1.13
0.25	2876.49	1.12
0.50	2755.90	1.12
1.00	2523.21	1.11
2.00	2089.83	1.10
3.00	1695.71	1.08
4.00	1337.12	1.07
5.00	1010.74	1.05
6.00	713.55	1.04
7.00	442.86	1.02
8.00	196.23	1.01
8.50	81.24	1.00
9.00	-28.53	1.00
9.50	-133.33	0.99

TEMPO DE RECUPERACAO DO CAPITAL INVESTIDO NO PROJETO 18

TEMPO = 7.50 PERIODOS

IV.A-5

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- 1 - ALCHIAN, ARMEN A. - "The Rate of Interest, Fisher's Rate of Return Over Costs and Keynes Internal Rate of Return" - American Economic Review - 45, 938-4, Dec. 1955.
- 2 - ANTHONY, ROBERT N. - "Management Accounting-Text and Cases" - Illinois, D. Irwin, Inc. - 1956.
- 3 - BIERMAN, HAROLD Jr., and Smidt, Seymour - "The Capital Budgeting Decision". New York, Mac Millan, 1969.
- 4 - DARNA, P. - "L'Entrepreneur Face a L'Investissement", Paris, Dunod, - 1969.
- 5 - DE FARO, CLÓVIS - "Matemática Financeira" - Rio de Janeiro, APEC - 2ª Edição, 1970.
- 6 - DE FINETTI, B. - "Leçons de Mathematiques Financières" - Paris, Dunod, 1969.
- 7 - DE GARMO, E. PAUL - "Engineering Economy" - New York, Fourth Edition, The Mac Millan Company, 1969.
- 8 - GRANT, EUGENE L., and Ireson, W. Grant - "Principles of Engineering Economy" New York, The Ronald Press Company, 4th. ed., 1964.
- 9 - HANSSMAN, FRED - "Operations Research Techniques for Capital Investment", New York, John Wiley & Sons Inc., 1968.
- 10 - HIRSHLEIFER, J. - "On the Theory of Optimal Investment Decision", Journal of Political Economy, 66:329-52, Aug. 1958
- 11 - HIRSHLEIFER, J. et alii - "WATER SUPPLY - Economics Technology and Policy", | Chicago | The University of Chicago Press - 1960.

- 12 - KEMENY, J. G., et alii - "Finite Mathematics with Business Applications" N.J., Prentice - Hall, Inc. - Englewood Clifes, 1962.
- 13 - LERNER, EUGENE M., and Carleton, Willard T. - "A Theory of Financial Analysis", New York, Harcourt, Brace & World, Inc., 1966.
- 14 - MASSÉ, PIERRE - "Optimal Investment Decisions", N.J., Prentice-Hall, Inc. - Englewood Cliffs, 1962.
- 15 - McKEAN, ROLAND N. - "Efficiency in Government Through Systems Analysis", New York, (O. R. S. A., 3) - 1967.
- 16 - OCDE - "Manual of Industrial Project Analysis in Developing Countries" - Paris, 1968, V. 1
- 17 - PUCCINI, A., et alii - "Engenharia Econômica e Análise 'e Investimentos" Rio de Janeiro, Forum Editora, 1969.
- 18 - TEICHROEW, D., Robichek, A. A., and Montalbano, M. - "Mathematical Analysis of Rates of Return under Certainty" - Management Science 11, (3), 395-403, Jan. 1965.
- 19 - IBID - "An Analysis of Criteria for Investment and Financing Decisions under Certainty" - Management Science 12, (3): 151-79, Nov. 1965.
- 20 - VAN HORNE, James C. - "Financial Management and Policy" N.J., Prentice Hall, - Englewood Cliffs, 1968.

